

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:
criação de um sistema avaliativo exclusivo
de EaD para o avanço tecnológico e
educacional do país.**

CHADE REZEK NETO

Piracicaba
2008

**EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:
criação de um sistema avaliativo exclusivo
de EaD para o avanço tecnológico e
educacional do país.**

CHADE REZEK NETO

Orientador: Prof. Dr. Francisco Cock Fontanella.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Piracicaba
2008

**EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA:
criação de um sistema avaliativo exclusivo
de EaD para o avanço tecnológico e
educacional do país.**

CHADE REZEK NETO

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco Cock Fontanella.

Titular 1: Prof. Dr. Olivio Carlos Nascimento Souto.

Titular 2: Prof. Dr. Rodrigo Ruiz Sanches.

Titular 3: Prof. Dr. Elias Boaventura.

Titular 4: Prof. Dr. Francisco Baccarin.

Suplente 1: Prof. Dr. Jurandyr Carneiro Nobre Lacerda Neto.

Suplente 2: Prof. Dr. José Maria de Paiva.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é a retribuição à dedicação prestada. Quero agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente tenham contribuído para a realização deste trabalho e em especial aos meus orientadores Professor Dr. Hugo Assmann (*in memoriam*) e Professor Dr. Francisco Cock Fontanella, que sempre atuaram como incentivadores. Quero agradecer também a minha família, a Professora Maria Luiza da Silva Silveira e a Bibliotecária Mara Pedrochi.

A prática de avaliação na sociedade está ampliando e tornando mais complexa a noção de autonomia dos sujeitos. A autonomia não estaria na mudança do poder da referência universal para uma referência puramente subjetivista. No fundo, quanto maior a autonomia, maior a clareza sobre a dependência estabelecida nas inter-relações que constituem a complexidade do tecido social.

(ALVES; NOVA, 2003, p. 131).

REZEK NETO, Chade. *Educação superior a distância: criação de um sistema avaliativo exclusivo de EaD, para o avanço tecnológico e educacional do país*. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 2008. Tese doutorado. Orientador: Prof. Dr. Francisco Cock Fontanella.

RESUMO

Devido ao ensino de EaD proporcionar ao aluno o desenvolvimento de sua própria forma de pensar e entender o mundo, explorando seu entendimento cognitivo, suas estratégias de envolvimento, responsabilidade e participação, objetivou-se desenvolver um sistema avaliativo específico para esta modalidade. Utilizou-se os referenciais de qualidade estabelecidos pelo MEC aos cursos superiores, juntamente com a legislação vigente no país, desenvolvendo-se uma pré-estrutura organizacional, que incentive a pesquisa e desenvolvimento para o país, possibilitando o enriquecimento concomitante do pesquisador.

Palavras-chave: Educação superior a distância, sistema avaliativo específico, qualidade, aprendizado.

REZEK NETO, Chade. *Higher distance education: criation of an avaliative system exclusive in EaD to technological advance and educational of the country*. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 2008. *Doctoral Dissertation*. Orientador: Prof. Dr. Francisco Cock Fontanella.

ABSTRACT

Due to teaching at EaD provides student development at its form of thought and understanding the world, exploring its cognitive perception, its strategies of involvement, responsibility and participation, it aimed the development of a specific system of evaluation to this modality. It was used the quality of referencies established by MEC courses connected with the current legislation in the country, developing an organizational pre-structure, which should motivate the research and development to the country, contributing to the searcher enrichment.

Keywords: *Higher distance education, specific system evaluation, quality, learning.*

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO	21
1.1 Noções de educação.....	21
1.2 As diversas influências na educação que hoje permeiam a EaD.....	22
1.3 Definição de Educação a Distância.....	24
1.4 Histórico da Educação a Distância.....	27
1.5 Surgimento da EaD no Brasil.....	29
1.6 A era da “Secretaria Especial de Educação a Distância - SEED”.....	38
1.7 O ensino de graduação a distância atualmente no Brasil.....	42
CAPÍTULO 2 - A LEGISLAÇÃO QUE EXPLICA E FUNDAMENTA A EaD NO BRASIL	51
CAPÍTULO 3 - ENSINO VOLTADO PARA A BUSCA DA QUALIDADE	75
3.1 Educação enquanto processo de ensino e de aprendizagem...	76
3.2 Definição de espaço e tempo na EaD.....	79
3.3 Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância / MEC / agosto de 2007: uma análise.....	81
3.3.1 Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem.....	82
3.3.2 Os sistemas de comunicação dentro da EaD.....	82

3.3.3 O material didático utilizado na EaD.....	84
3.3.4 Avaliação: vista como elemento de contribuição para o aprendizado.....	85
3.3.5 Equipe multidisciplinar: elementos que asseguram o processo de ensino e aprendizagem.....	87
3.3.6 Infra-estrutura de apoio.....	90
3.3.7 Gestão acadêmico-administrativa.....	92
3.3.8 Sustentabilidade financeira da instituição.....	93
3.3.9 A verificação do processo ensino e aprendizagem.....	94

CAPÍTULO 4 - APRENDIZAGEM EM EaD: PROCESSO FORMADOR DO SER HUMANO INTEGRADO A SUA REALIDADE.....	96
4.1 O papel do aluno.....	96
4.2 Professor – seu novo papel frente a EaD.....	99
4.2.1 Definição de aprendizagem significativa.....	101
4.2.2 Renovação de atitudes – a nova visão da educação formadora de seres humanos conscientes.....	102
4.3 A instituição e seu importante papel na formação do indivíduo.....	105
4.3.1 Elementos constituintes na instituição.....	107
4.4 A nova visão da avaliação dentro da EaD e as novas possibilidades avaliativas.....	110
4.4.1 Avaliação da aprendizagem, sua importância como feedback ao aprendizado do aluno e à metodologia aplicada.....	113
4.4.2 A diferença entre avaliação quantitativa e qualitativa.....	114
4.4.3 Avaliação educacional e seu processo.....	116
4.4.4 A avaliação nos ambientes on-line.....	117
4.4.5 Aprendizagem cooperativa: avaliação e seus ambientes....	122
4.4.6 Aprendizagem cooperativa: avaliação e infra-estrutura....	125
4.5 Sistema de avaliação do Ensino a Distância – “SAEAD”.....	127
4.5.1 A teoria.....	127
4.5.2 A tecnologia a favor da avaliação.....	135

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DA PRÁTICA NA EaD.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
BIBLIOGRAFIA.....	159
APÊNDICE A - CONHECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUIÇÃO-ALUNO EM EaD.....	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Panorama de desenvolvimento da EaD.....	36
Quadro 2	- Extrato de avaliação externa das IES.....	58
Quadro 3	- Sistemas de avaliação e aprendizagem.....	110
Quadro 4	- Avaliação em sistemas de aprendizagem.....	112
Quadro 5	- Indicadores para avaliação on-line.....	120
Quadro 6	- Técnicas pedagógicas para utilização.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Apresentação do curso.....	140
Gráfico 2	- Material <i>on-line</i>	141
Gráfico 3	- Biblioteca.....	141
Gráfico 4	- Midiateca.....	142
Gráfico 5	- Conteúdos – livros e apostilas.....	142
Gráfico 6	- <i>Chats</i>	143
Gráfico 7	- Fóruns.....	143
Gráfico 8	- Biblioteca virtual.....	144
Gráfico 9	- Laboratórios específicos.....	144
Gráfico 10	- Design do material.....	145
Gráfico 11	- Acessibilidade do material.....	145
Gráfico 12	- Alunos.....	146
Gráfico 13	- Equipe docente.....	146
Gráfico 14	- Equipe de apoio.....	147
Gráfico 15	- Pré-divulgação do processo.....	147
Gráfico 16	- Sistema de notas.....	147
Gráfico 17	- Avaliação de aprendizado <i>on-line</i>	148
Gráfico 18	- Avaliação de aprendizado presencial.....	148
Gráfico 19	- Quem estuda mais?.....	149
Gráfico 20	- Média de alunos por profissional docente.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.15 - Média de alunos / profissional segundo o tipo de instituições.....	150
Tabela 3.16 - Média de alunos / profissional segundo o tipo de instituição e natureza jurídica.....	151
Tabela 3.23 - Mídias mais utilizadas pelas instituições.....	151
Tabela 3.24 - Interatividade com mídias de <i>E-learning</i>	152
Tabela 3.25 - N° de instituições segundo apoio tutorial <i>on-line</i> .	152
Tabela 3.26 - N° de instituições segundo recursos tutoriais.....	152
Tabela 3.28 - Estrutura física oferecida aos alunos.....	153
Tabela 3.31 - Tipo de avaliação durante o processo e final do curso.....	153
Tabela 3.32 - Avaliação final empregada em instituições de EaD.....	154
Tabela 3.35 - Motivos para evasão.....	154

INTRODUÇÃO

“Qualidade não é obra do acaso.
Resulta de intenção, esforço e
competência”.

(George Herbert).

Assim como o agricultor cuida da terra, para nela semear a plantação, que após algum tempo poderá lhe apresentar frutos, dependendo das intempéries; a escrita marca as civilizações, vindo a frutificar na transmissão, ampliação e expansão dos diversos conhecimentos que marcam a humanidade.

Aproximadamente três milênios a.C., surgiu a escrita, que contribuiu para a perpetuação das histórias, pois até então, todos os costumes, conhecimentos e tradições eram passados de geração a geração através da oralidade.

Segundo Lévy (2006, p. 89) “A escrita permite uma situação prática de comunicação radicalmente nova. [...] A comunicação puramente escrita elimina a mediação humana no contexto que adaptava ou traduzia as mensagens vindas de um outro tempo ou lugar”.

Houve grandes avanços na cultura, sinais do processo de educar, o que permitem a transmissão de informações, conhecimentos e fatos, disseminando-os para todos os povos, contribuindo para a comunicação entre as sociedades.

Lévy (2006, p. 89) diz que:

[...] a atividade hermenêutica, por sinal, não se exercia apenas sobre papéis e tabuinhas, mas também sobre uma infinidade de

sintomas, signos e presságios, no céu estrelado, em peles, nas entranhas dos animais [...]. Desde então, o mundo se oferece como um grande texto a ser decifrado.

O surgimento da escrita é visto como diminuidor da distância; por ela busca-se e consegue-se a aproximação das pessoas e dos povos.

Lèvy diz ainda que, a escrita é literal, possibilitando de início a narração dos fatos, mas principalmente contribuindo para o armazenamento e elaboração dos conhecimentos.

Vê-se então, a descrição inicial do processo educativo; mas, o mesmo só se concretiza na Grécia, onde se ensinava em casa as noções da escrita e de cálculo, permeados pela filosofia, que fervilhava na época áurea.

Após o surgimento da impressão, vê-se desenvolver uma forma de comunicação e disseminação das diversas culturas em todo o mundo. Os povos de uma mesma língua se aproximam, transmitem hábitos e tradições, enfim criam as árvores de conhecimento de pessoa a pessoa.

Segundo Baccarin (2003, p. 8) a revolução através da informática, hoje vivenciada por todos, foi precedida pela “[...] revolução com o falar, escrever e imprimir, fazendo crescer aceleradamente no mundo um processo conhecido como “informatização da sociedade”.

No séc. XX, surge a informática, possibilitando a disseminação das culturas e do conhecimento em todas as áreas.

Lèvy (2006, p. 92) afirma que com este surgimento “[...] aumenta a quantidade socialmente disponível de informações modulares e fora do contexto”, o que possibilita o maior compartilhamento e a cooperação entre os povos.

Com o desenvolvimento acentuado do comércio, das ciências, da escrita e dos processos de comunicação, somados à informática, surgem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que para Assmann (2005, p. 18) passam a serem vistas, “[...] não só como meros instrumentos no sentido técnico tradicional, mas feixes de propriedades ativas [...]” que ajudam ou contribuem para o desenvolvimento da inteligência e conhecimentos dos seres humanos, que possibilitam o desenvolvimento cooperativo, interativo e colaborador, permitindo que

“[...] Um grande número de agentes cognitivos humanos pode interligar-se em um mesmo processo de construção de conhecimentos”.

Esta nova tecnologia, assim como a escrita, a impressão e a informática causam na sociedade e nos povos um grande impacto que afeta e influencia a Educação.

Baccarin (2003, p. 8) afirma que

[...] o desenvolvimento tecnológico muda tudo repentinamente, desde a maneira de manejar a indústria têxtil até a forma de fazer pesquisa científica, transformando escritórios inteiros e redefinindo os valores, acerca dos quais são definidos os conhecimentos necessários ao desenvolvimento profissional no mundo de hoje.

Compreende-se, então, que *educar* é coordenar, somar valores aos conhecimentos adquiridos durante uma vivência, é contribuir para a construção de saberes cooperativos e integradores que juntamente com as TICs, torna-se descobrir, pesquisar e desenvolver o ser humano com uma visão mais humanística, que busca contribuir conscientemente para a sociedade onde vive.

Dentro deste processo de “educar” observa-se o papel do professor que na Grécia, deixava sua casa e ia de casa em casa, ensinando o que já havia aprendido. Neste caso, ele poderia ser um gramático, matemático ou filósofo, que estudava todo o conhecimento descrito em manuscritos, na época, e procurava transmití-lo a seu aprendiz. Era um sistema de tutoria.

Com o passar dos tempos este processo evoluiu, passando pelas escolas da Europa, com métodos diferenciados e chegou até às universidades da Idade Média.

Esta evolução esteve sempre permeada pela busca de padrões de “qualidade”, que segundo cada época possuía uma visão ideal.

Desde o início do processo de formação da EDUCAÇÃO o professor absorve o principal papel, pois torna-se o transmissor do saber já descoberto, pronto e acabado. Mas, Freire busca instigar através da Pedagogia do Oprimido uma profunda reflexão sobre este papel.

Vê-se com a expansão do mercado de trabalho e a evolução tecnológica a necessidade da formação de cidadãos conscientes, que não vivam somente da opressão ou da submissão, mas criem estratégias e busquem soluções para problemas pontuais.

Quando o educador passa a focar o *aluno* como principal interessado no ato da descoberta, procura orientá-lo a buscar e descobrir, não somente mastigar algo já pré-elaborado.

Freire (2005, p. 52) diz que os professores opressores são aqueles que “na medida em que, para dominar, se esforçam para *deter* a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, [...] e na verdade [...] os opressores matam a vida”, permitindo a reflexão do ato construtor do conhecimento.

O professor deixa de representar o saber supremo e passa a refletir sobre suas práticas pedagógicas, o como atingir o objetivo da aprendizagem sem exclusão e de forma construtiva, ampliando a formação do ser humano.

Neste novo processo de educar, professor e aluno caminham juntos. Ambos descobrem, aprendem e compartilham juntos.

Quando ambos buscam recriar o conhecimento, criticamente, tomam a postura de “sujeitos do ato” de construção do seu próprio conhecimento, contribuindo de maneira consciente para a transformação da sociedade onde vivem.

Freire (2005, p. 64) diz que “[...] ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, descobrem-se como seus refazedores permanentes”.

A educação, a partir de então, toma dimensões amplas, pois o aluno deixa de ser visto como depósito e passa a ser respeitado e observado como um ser humanizado, que precisa de formação de valores, saber resolver seus problemas e os problemas de sua sociedade, não como um ato heróico, mas participativo, pleno, constante e colaborativo.

O “ser humano consciente” é conhecedor de que “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente,

permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. (FREIRE, 2005, p. 67).

O processo do diálogo e da partilha permite que os grupos interajam, cooperem, partilhem as descobertas e pesquisas, possibilitando a construção do conhecimento universalizado, integrador e conectado ao mundo onde vivem.

Neste ponto, ao estarem “conectados” ampliam os horizontes e as possibilidades de partilhar o conhecimento, pois as TICs permitem novos métodos que facilitem a aprendizagem.

Santos (2003, p. 16) afirma que “[...] são notórios os fundamentos para uma nova abordagem pedagógica adequada à realidade escolar, consistente, motivadora, crítica e inovadora, visando a um educador atuante, pesquisador, inovador e criativo”.

Quanto à aprendizagem, as TICs visam “[...] proporcionar ao aluno o incentivo às descobertas, despertando nele o desejo de aprender e de participar do processo de aprendizagem e gerenciar os conhecimentos em sua aplicabilidade” (SANTOS, 2003, p. 17).

Vêm-se novas possibilidades para alcançar a aprendizagem. Obrigatoriamente o professor é levado a atualizar-se, procura especializar-se constantemente, conhecer, pesquisar e criar estratégias de incentivo e que visem facilitar ao aluno vislumbrar novas oportunidades de aprender.

Segundo Santos (2003, p. 18), “O processo de “ensino-aprendizagem” lança um novo olhar no trabalho de integração professor-aluno, visando propiciar uma multiplicidade de conhecimentos”.

As TICs possibilitam ainda que o aluno vislumbre janelas de conhecimentos, inter-relacionadas, que se articulam; entende-se que “São a percepção global do processo em função de uma visão de mundo e do ser humano” (SOUZA, 2003, p.19).

Todas estas características apresentam-se na EaD, que hoje é uma modalidade de ensino, que, assim como todo o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação, em seus primórdios, almeja alcançar o maior número de aprendizes, facilitando o acesso à educação, mas que prima pela qualidade.

No Brasil a história da EaD superior é recente, tendo surgido por volta de 1980; e a cada momento buscam-se alterações necessárias para seu aperfeiçoamento.

A avaliação constante de todo o processo educacional de EaD, seus elementos constituintes, suas partes, seus participantes e principalmente, da Instituição, possibilita detectar se sua sistemática de ensino está contribuindo para o objetivo principal que é o aprendizado do aluno.

Esta requer infra-estrutura adequada, metodologia própria e atualizada, professores e profissionais de apoio (tecnológico e didático) com constante aperfeiçoamento, recursos multimídia e informacionais em perfeito funcionamento; material impresso e on-line corretos, bem elaborados. Ou seja, todo seu mecanismo educacional tem que estar em perfeita sintonia, pois, se falhar, afetará a qualidade do ensino e conseqüentemente o aluno.

Com todas estas precauções, este autor procurará analisar a modalidade de EaD superior, voltando-se mais para a qualidade. Será necessário refletir sobre a metodologia utilizada; como atua o corpo docente, o tutor, os profissionais de apoio e especificamente, como se dá o processo de aprendizagem do aluno, quais as possíveis falhas e onde estão ocorrendo os progressos.

Necessita-se levar em consideração as vantagens que a informatização trouxe à educação, pois para Baccarin (2003, p. 11) a Internet é um espaço novo, onde “[...] os processos de aprendizagem poderão ocorrer, uma vez que estes se alimentam da informação”.

Este espaço midiático ainda permite que

[...] uma pessoa se comunique com uma ou várias pessoas ao mesmo tempo ou mesmo em momentos distintos, possibilitando desta forma enviar sua mensagem, que será recebida e interpretada individual ou coletivamente, estabelecendo um processo comunicacional, como base para o aprendizado (BACCARIN, 2003, p.11).

A partir dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância e dos dados coletados, será desenvolvida uma sugestão de sistema avaliativo, exclusivo para a EaD, pois seu processo de ensino é realmente diferenciado e precisa, sob o foco do especialista, de avaliação diferenciada e específica.

CAPÍTULO 1

SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO

1.1 Noções de educação

De acordo com Maia; Mattar (2007) os primeiros modelos de cultura e educação surgiram na Grécia Antiga e marcaram acentuadamente, o Ocidente. Estes buscavam a *formação integral* do ser humano – *paidéia*, que era um padrão de educação ideal para os gregos. Esta associava-se a *gymnastikè* (educação do corpo, através da educação física e atlética) e *mousikè* (Educação da mente ou do espírito, incluindo música e poesia).

A educação grega está intrinsecamente ligada à Filosofia, pois era através dela que se buscava formar cidadãos aptos à arte da dialética e às questões políticas. Seus professores eram remunerados e deslocavam-se até as residências de seus alunos.

Por volta de 387 a.C., surge a Academia fundada por Platão, discípulo de Sócrates e em 335 a.C., Aristóteles funda o Liceu.

Em Roma, a educação era realizada nas casas, pelos pais ou tutores, onde a criança a partir dos 7 anos aprendia a ler, escrever e calcular, ou seja, cursava uma escola primária.

Às meninas era permitido somente o estudo primário; já aos meninos era ministrado ensino adicional a partir dos 12 anos, com estudo de literatura e gramática, aplicada por um gramático. Após os 15 anos, eles estudariam com um retórico e depois, passariam a ter aulas com um filósofo.

No século IV, surgem os mosteiros, centro de preservação da ciência e da cultura antiga.

A partir do século IX, o ensino fundamenta-se nas artes liberais, o *trivium* que contemplava a gramática, a retórica e a dialética e o *quadrivium*, contemplando a geometria, a aritmética, a astronomia e a música.

Na Idade Média surgem as bibliotecas ou câmaras de saber e com seu desenvolvimento há a expansão da educação.

Por volta dos séculos XII e XIII, com o desenvolvimento do comércio e da urbanização, há o surgimento das escolas urbanas. Estas substituem as escolas medievais antigas que eram monásticas e rurais e dão origem às escolas públicas que utilizavam os clássicos latinos e gregos (devido às traduções latinas), buscando desenvolver a inteligência e a razão, voltadas às áreas da atividade humana.

As escolas urbanas com características próprias e mais evoluídas dão origem às universidades.

1.2 As diversas influências na educação que hoje permeiam a EaD

A partir do século XIX, as diversas “correntes pedagógicas existentes” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 2) passam a conviver, buscando alcançar a formação plena do ser humano. Dentre as quais destacam-se:

- O *positivismo* que enfatiza o ensino das ciências;
- O *idealismo* que destaca a importância da educação no desenvolvimento do ser humano e do país;
- O *socialismo*, educação revolucionária, que prega a democratização do ensino.

Neste período surge a escola pública, leiga, gratuita e obrigatória na França, Inglaterra, Alemanha e EUA.

No século XX, a pedagogia passa a ser influenciada por diversas ciências como a psicologia, filosofia, sociologia, etc.

Destaca-se, neste período, o método educacional de Maria Montessori (1870-1952) que correlaciona-se a EaD, pois busca desenvolver no aluno a auto-organização, com utilização de material didático na ordem que ele (aluno) quiser; sendo este orientado ou auxiliado pelo professor nas atividades.

Maia; Mattar (2007, p. 3) afirmam que:

O método Montessori, desenvolvido pela médica italiana Maria Montessori (1870-1952), compreende a educação como autodeterminada pelo aluno [...], sendo o professor concebido apenas como um dirigente e facilitador de suas atividades – características marcantes da EaD.

A educação anarquista, no mesmo período, reforça a idéia da auto-organização e a importância das relações entre as pessoas para seu crescimento.

Já nos EUA, século XX, a educação é tecnicista, centrada no planejamento, na organização, direção e controle das atividades pedagógicas, utilizando-se diversas técnicas e instrumentos para aprendizagem, com recursos audiovisuais e computadores.

Cabe grande destaque para o construtivismo, teoria de Piaget (1896-1980) e Vygotsky (1896-1934), a qual define que o conhecimento é um processo contínuo na invenção, construção e descoberta pelo próprio aluno de sua forma de aprender, utilizando este (aluno) os objetos e pessoas com quem se relaciona no dia-a-dia.

Com o desenvolvimento das diversas tecnologias de informação e comunicação no século XXI, há uma revolução na educação a qual se tornará informatizada, dinâmica, interativa e possível a grandes distâncias. Baccarin (2003, p. 11) acentua que este é um “[...] novo processo, onde as relações espaço/tempo perdem relevância, sendo redirecionadas ao tema/assunto”.

Todo este processo leva a um desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas educacionais, as quais deságuam na EaD,

onde se busca aprimorar o ensino-aprendizagem, somados a informatização tão veloz.

Santos (2003, p. 35) afirma que “[...] as inovações tecnológicas na sociedade atual exigem dos cidadãos outros modos de agir e interagir. É o novo conceito de inter-relação com os saberes “homem/máquina”, visando a múltiplas ações para um mundo em mudanças”.

1.3 Definição de educação a distância

De acordo com Niskier (1999, p. 53) o termo “educação a distância” substituiu “estudo por correspondência” provavelmente a partir dos termos alemães *Fernstudium* (educação a distância) e *Fernunterricht* (ensino a distância), do francês *Tele-enseignement* e do espanhol *Educación a distancia*. Na Inglaterra, a expressão foi introduzida na década de 60, por Charles Wedemeyer, da Universidade Aberta da Grã-Bretanha.

Na legislação brasileira, a definição de EaD centra-se na questão da auto-aprendizagem e no uso de meios de comunicação. No entanto, a Educação a Distância pode ser definida como aprendizagem que ocorre sem a presença física do professor e do aluno num mesmo espaço e tempo.

Segundo Maia; Mattar (2007, p. 6) “[...] a EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”.

Trata-se de uma forma de utilizar a tecnologia para promover o ensino e que ocorre quando educadores e educandos se encontram separados tanto física quanto temporalmente. A separação entre professor e aluno constitui uma “relação mediada”, isso é, o processo de ensino-aprendizagem ocorre por intermédio de outros recursos, e não a exposição

oral síncrona¹ do docente (onde professor e aluno se encontram com horário determinado). Dessa forma, cresce a importância discente no processo da auto-aprendizagem, do auto-desenvolvimento e da aquisição da autonomia.

Santos (2003, p. 42) afirma que

[...] ao repensar o sistema educacional, neste processo de mudanças, é importante situar a integração da informática e da prática pedagógica, para que professor e aluno façam parte de um processo de preparação contínua, com autonomia para construir o próprio conhecimento.

Devido a distância espaço-temporal entre professores e alunos, o processo de aprendizagem ocorreria em um momento posterior ao do ensino. Decorrem desse fato muitas das críticas que essa modalidade educacional tem recebido até hoje. Teoricamente, o ensino presencial possibilita o contato direto entre aluno-professor (expressão oral e facial), otimizando a condução das necessidades dos alunos, o que seria eliminado na EaD.

A EaD não é uma modalidade de ensino que pretenda superar as práticas presenciais, mas contemplá-las, dando-lhes novos sentidos. O uso da tecnologia como uma das principais características desta modalidade deve buscar suprir a deficiência da escola presencial: por meio de *chats*, grupos de discussão, fóruns, e-mail e vídeo conferências.

Santos (2003, p. 45) diz que

[...] a prática pedagógica também está em processo de transformação na Era Digital; é o processo de construção e reconstrução de uma pedagogia com base nos aspectos teóricos, instituindo o saber pedagógico e o saber científico.

De acordo com Niskier (1999, p. 50),

¹ Os termos síncrona e assíncrona foram utilizados seguindo os conceitos de Maia e Mattar (2007, p. 54) e Belloni (2003, p. 58), onde os definem como atividades *síncronas* chats e videoconferências que exigem que alunos e professores estejam conectados ao mesmo tempo e *assíncronas* onde os alunos realizam suas atividades no momento em que desejarem.

[...] o emprego da EaD é muito mais do que o uso puro e simples da tecnologia numa sala de aula. A visão que temos é muito mais ampla, a ela associando-se a interatividade, numa correspondência biunívoca de ensino e resposta, em que o lucro é a apreensão de conhecimentos.

Estudos recentes apontam para o fato de que, na verdade, o aluno a distância pode receber um apoio pedagógico até mais intenso que aquele dado em grandes salas presenciais. Trata-se de uma adaptação do ensino concebido para a sociedade industrial (voltado para a produção de massa) às necessidades da era da informação e do conhecimento. Essa técnica tornou-se possível por intermédio dos últimos avanços dos meios tecnológicos, especialmente da Internet.

Aliás, atualmente, é difícil pensar em EaD sem considerar os modernos meios de transmissão de dados. Considera-se a educação a distância, portanto, um tipo de ensino de terceira geração, decorrente da evolução do presencial e do uso das TIC's.

Baccarin (2003, p.17-18) descreve a EaD como “fases” que se iniciam com textos impressos, passa para a analógica mediada por recursos tecnológicos de multimídia e termina na “digital” com o auxílio das novas tecnologias.

Já Alves e Nova (2003, p. 3) a define como

[...] uma das modalidades de ensino-aprendizagem, possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja esta inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou completamente realizada por meio de distância física.

Além de focalizar a EaD como um sistema de auto-aprendizagem, tem-se que compreendê-la como uma forma de “[...] construção coletiva do conhecimento, mediada pela tecnologia de rede” (ALVES; NOVA, 2003, p. 4).

Neste sentido, vê-se a necessidade de criação não apenas de meios, mas também de uma pedagogia diferenciada que possa adaptar a instituição às necessidades da sociedade da informação, alcançar a

realidade do aluno, possibilitando um processo de qualidade educativa, em que:

[...] cada nova interação possibilita diferentes interpretações e uma nova janela se abre, possibilitando que novos significados e novas relações se estabeleçam. Trata-se de um processo dinâmico de aprendizagem, muito mais amplo, em que o aluno desenvolve ações e tem a iniciativa de aprofundar e ampliar os significados elaborados (SANTOS, 2003, p. 49).

Ao longo deste trabalho, buscar-se-á desenvolver a reflexão do processo ensino-aprendizagem, permeando os referenciais de qualidade do MEC, visando alcançar os critérios avaliativos, dentro de um sistema específico para EaD.

1.4 Histórico da educação a distância

Segundo Maia; Mattar (2007, p. 20) há registro de que as primeiras manifestações escritas foram os desenhos em pedras, dos homens das cavernas, que procuravam formas de comunicar, mas as primeiras expressões escritas ocorreram com o surgimento da escrita.

Lèvy (2006, p. 87) diz que:

[...] a escrita foi inventada diversas vezes e separadamente nas grandes civilizações agrícolas da Antiguidade. Reproduz, no domínio da comunicação, a relação com o tempo e o espaço que a agricultura havia produzido na ordem da subsistência alimentar. O escriba cava sinais na argila de sua tabuinha assim como o trabalhador cava sulcos no barro de seu campo.

A escrita passa a ser um diminuidor das distâncias e um elo entre os povos.

No século XV, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, da Mogúncia, Alemanha, expandiu-se a possibilidade de educação a distância.

Entretanto, apenas no século XIX, algumas instituições dos EUA e da Europa começaram a oferecer cursos por correspondência, geralmente relativos a temas de pequeno valor acadêmico, utilizados na formação de ofícios.

Tem-se como registro de EaD um curso de taquigrafia, oferecido por Caleb Philipps, em 1728. Ele, professor de taquigrafia, oferecia aulas semanais, enviadas pelo correio, em um anúncio divulgado na *Gazzete de Boston*.

Em 1840, na Inglaterra, criou-se a primeira escola de ensino por correspondência, o “*Sir Isaac Pitman Correspondence College*”. Em Berlim, 1856, surgiu a primeira escola oficializada de línguas por correspondência.

Nos EUA, 1883, deu-se o reconhecimento acadêmico do curso por correspondência, quando o Estado de Nova Iorque autorizou o *Instituto Chautauqua* a emitir diplomas para cursos realizados nessa modalidade. Em 1890, a *Colliery Engineer School of Mines* abriu um curso de Engenharia de Minas; um ano mais tarde, surgiu a *International Correspondence Schools*, hoje ainda em atividade.

Em 1891, ainda nos EUA, surgem o *International Correspondence Institut* (de Scrantton, Pensylvania); os cursos de *Wolsey Hall*, Universidade de Oxford (1894/1895) e os cursos do *Instituto Hermond*, na Suécia, em 1898.

Por volta de 1892, Willian R. Harper, lançou um curso de hebreu por correspondência e por ser reitor da Universidade de Chicago, criou a Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão. A iniciativa de Harper deu frutos, multiplicou-se e espalhou-se pelos EUA e Europa onde os cursos por correspondência, em 1930, já se apresentavam em 40 universidades.

A partir do início do século XX, a EaD passa a utilizar o correio, o rádio e o telex. Após a II Guerra, essa modalidade educacional passou a desenvolver novas capacitações profissionais para a população que deixava o campo.

Até a década de 60, a EaD continuou sendo utilizada para a aplicação de cursos livres e de formação profissional não reconhecidos

academicamente. No entanto, a partir dessa data foram criadas e consolidadas as primeiras universidades a distância, competindo com o ensino presencial na formação acadêmica. Surgiram, por exemplo, a Universidade de Wisconsin, nos EUA e a *Open University*, em Londres. Estas utilizavam meios impressos e televisivos e passaram a oferecer inclusive cursos intensivos, para o período de férias das universidades presenciais.

A *Open University* tornou-se modelo para a criação de outras universidades a distância, devido à qualidade de seu trabalho, desenvolvido por meio de tecnologia e metodologia adequadas à formação de profissionais qualificados para competir no mercado de trabalho.

Surgiram outras universidades pioneiras como a *Fern Universität*, na Alemanha; a UNED (Universidade Nacional de Educação a Distância), na Espanha; a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica, seguindo o padrão inglês de EaD.

Algumas universidades presenciais, por sua vez, passaram a utilizar um sistema misto, como o que realizaram a Universidade Autônoma do México, a Universidade de Brasília, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade de Honduras.

A partir deste momento, associada à televisão e as TICs, a EaD se consolida como parte do cotidiano das sociedades.

Atualmente, é utilizada em todos os níveis de ensino, sendo aplicada no meio empresarial para promoção de cursos de treinamento remoto, adequados para tarefas técnicas, operacionais e cursos de educação continuada.

1.5 Surgimento da educação a distancia no Brasil

No Brasil, a EaD surge seguindo o movimento internacional, mas com a oferta de cursos por correspondência. Após este primeiro momento, passa a utilizar as mídias de rádio e TV. Quanto à criação de universidades abertas, esta só aconteceu recentemente.

A referência do início da EaD no país dá-se em 1891 com a publicação na seção de classificados do Jornal do Brasil, de um curso de profissionalização para datilógrafo por correspondência. Mas, considera-se marco o funcionamento das “Escolas Internacionais” em 1904, que representavam as organizações norte-americanas. No início, estes cursos eram em espanhol.

A educação, neste período, enfrenta poucos investimentos, pois era lhe dada pouca importância; o uso dos correios era precário, o que aumentava as dificuldades.

Em 1923 surge a educação pelo rádio. No Rio de Janeiro, cria-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Henrique Morize e Roquette-Pinto, que oferecia cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia. O Departamento de Correios e Telégrafos operava os programas, com aulas de Literatura, Radiotelegrafia e Telefonia, Línguas, Literatura Infantil, entre outras. A emissora foi doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1936, e no ano seguinte criou-se o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.

Na década de 1930, o Ministério da Educação (de acordo com o ideário do aparelho de propaganda de Getúlio Vargas) criou um serviço de radiodifusão educativa. No final da mesma década (1939), a iniciativa privada fundou em São Paulo o Instituto Rádio Técnico Monitor, destinado, inicialmente, a ministrar cursos a distância, cursos técnicos no ramo da eletrônica e, em 1941, o Instituto Universal Brasileiro foi criado para oferecer cursos de formação profissional de nível elementar e médio.

Dois anos mais tarde, a Igreja Adventista lançou programas radiofônicos que, através da Escola Rádio-Postal de “A Voz da Profecia”, tinham por finalidade oferecer aos ouvintes cursos bíblicos por correspondência.

O SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – iniciou em 1946 suas atividades e desenvolveu, no Rio de Janeiro e São Paulo, a Universidade do Ar, que em 1973, iniciou os cursos por correspondência, seguindo o modelo da Universidade de Wisconsin – EUA.

A partir de 50, a correspondência passou a ser utilizada em associação com o rádio e na década seguinte, instituições como o SENAC, o SENAI e o SENAR passaram a oferecer cursos a distância para a capacitação de trabalhadores, através desses meios.

Em 1958, a Universidade de Santa Maria (RS) foi a pioneira a lecionar por meio de circuito fechado de televisão, com programas destinados aos alunos de Medicina.

No ano seguinte, a Diocese de Natal (Rio Grande do Norte) deu origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), originário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo objetivo era alfabetizar, por meio de algumas escolas radiofônicas, as massas excluídas dos programas oficiais de ensino regular. O MEB preparava também equipes de coordenadores para atuar nas áreas de educação moral e cívica e de educação sanitária e realizava programas profissionalizantes, especialmente agrícolas. Essa iniciativa, dada a sua importância, pode ser considerada um marco na EaD não formal no Brasil.

Em 1961, iniciaram-se os programas do telecurso de preparação para o ingresso no ensino médio, promovido pela Secretaria de Educação de São Paulo (“Admissão pela TV”). No Rio de Janeiro, a TV Rio iniciou programa semelhante, no ano seguinte.

Em 1962, foi fundada em São Paulo, a *Occidental School*, uma escola de origem americana voltada para o ensino na área de eletrônica. Em 1980, essa escola ainda contava com alunos no Brasil e em Portugal.

Uma das primeiras iniciativas públicas de uso de EaD refere-se ao IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) que, a partir de 1967, passou também a oferecer cursos por correspondência. Nesse mesmo ano, Maia e Mattar (2007, p. 26) afirmam que a Fundação Padre Landel de Moura começou a oferecer cursos por correspondência e via rádio em seu núcleo de EaD.

Dadas essas primeiras iniciativas de teleducação, o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações, criado em 1961) estabeleceu uma reserva federal de canais de televisão para emissoras educativas. Assim, o governo brasileiro estimulava a promoção da educação a distância.

Em 1965, com a filiação do país à OEA (Organização dos Estados Americanos), o país precisou dedicar mais atenção à educação inclusiva, prioridade máxima daquela organização, que responsabilizava os programas educativos de radiodifusão e televisão pelo auxílio na eliminação dos problemas sócio-econômicos da América Latina.

Assim, a partir da reserva do CONTEL, em 1967 foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE); no ano seguinte, foi ao ar a primeira TV educativa do país, a TV Universitária (TVU, Canal 11), da Universidade Federal de Pernambuco (RE); em 1969, entrou no ar, em São Paulo, a Fundação Padre Anchieta de Rádio e Televisão; em 1970, passou a funcionar a TV Educativa do Maranhão (Fundação Maranhense de Televisão Educativa), que colocou no ar a primeira experiência de TV escolar do país.

Nesse mesmo ano, a Portaria Interministerial MEC/MINICOM n. 408, regulamentou o Decreto n. 236 (de 27 de fevereiro de 1967), tornando obrigatória a cessão, pelas emissoras de rádio e televisão comerciais, de cinco horas semanais para a veiculação de programas educativos.

Essa Portaria estabelecia, também, as regras para a programação das TVs Educativas:

Tais programas poderiam destinar-se à complementação do trabalho dos sistemas educacionais regulares, à educação supletiva de adolescentes e adultos, ou à educação continuada. Poderiam ainda abranger, em qualquer nível de escolaridade, setores de divulgação sobre unidade ou sistemas escolares de interesse da clientela.

Deveria ser intensificado o intercâmbio de programas ou subsídios para sua produção entre instituições competentes e especializadas, públicas e privadas, nacionais e internacionais, além de outras áreas de educação sanitária, cívica, rural, profissional, comunitária, artística e para o lazer.

Cabia ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade pela execução e coordenação das atividades previstas na referida Portaria, devendo, para esses fins, organizá-la como um programa especial (NISKIER, 1999, p.168).

Estabeleciam-se, dessa forma, as múltiplas finalidades da TV Educativa, tanto de auxiliar na divulgação cultural quanto de promover ensino regular.

O próprio governo viria a realizar iniciativas de EaD apenas na década de 70², quando institucionalizou diversos programas de educação a distância, em consonância com a ideologia vigente, de integração nacional. Realizaram-se, então, diversos cursos supletivos, promovidos e divulgados por emissoras de rádio e TV comerciais, de acordo com o estabelecido pela Portaria n. 408/70.

Criado pela Rádio MEC em 4 de outubro de 1970, o “Projeto Minerva” foi uma das mais importantes iniciativas nesse sentido.

De acordo com Arnaldo Niskier,

Nesse primórdio da instrução programada e do ensino individualizado, eram aplicadas as linhas *behaviorista* e *neobehaviorista*, enfatizando-se a tônica comportamentalista. No entanto, a TE (Tecnologia Educacional) não passou ao largo do desenvolvimento em outras áreas, incorporando à sua conceituação outras teorias de aprendizagem, com apoio ainda das ciências matemáticas e estatísticas (NISKIER, 1999, p. 162-163).

Dessa forma, pode-se afirmar que a EaD, desde o início de sua implantação no País, está relacionada diretamente não apenas a inovações tecnológicas nos meios de comunicação (observe-se, principalmente, que o surgimento da educação a distância na televisão acompanhou de perto a introdução e popularização desta no País), mas também procurou sempre novos recursos pedagógicos que auxiliassem a ampliação de sua eficiência.

Para suprir a carência de profissionais qualificados na área, em 1971 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro realizou o primeiro curso para televisão educativa; surgiram, a partir daí, os cursos de Comunicação em nível superior.

Em 1972, o Decreto n. 70.185 criou o Programa Nacional de Teleducação – PRONTEL, cuja finalidade era “[...] integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas, através do rádio, da televisão e de outros meios de forma articulada com a Política Nacional de educação”. Para isso, suas atribuições seriam:

² Até então, o país não concretizara as recomendações da OEA.

- 1) Coordenar, em âmbito nacional, as atividades educativas e culturais que empreguem tecnologias educacionais (televisão, rádio, cinema e outros meios), particularmente, para o desenvolvimento dos projetos do Plano Setorial de Educação e Cultura;
- 2) Elaborar o Plano Nacional de Teleducação, de acordo com a Política Nacional de Educação;
- 3) Coordenar e executar as medidas necessárias à implantação e ao pleno desenvolvimento do Sistema Nacional de Teleducação, a ser previsto no Plano Nacional de Teleducação;
- 4) Estimular a realização de encontros e estudos sobre teleducação e promovê-los sempre que necessário;
- 5) Elaborar padrões de avaliação das atividades de teleducação (NISKIER, 1999, p. 202).

Devido às prioridades estabelecidas pelos objetivos da educação nacional, naquele momento, os conteúdos do tipo informativo-cultural deveriam ser limitados. De acordo com o PRONTEL, a televisão educativa brasileira tinha como função não apenas expandir, mas também melhorar o sistema educacional brasileiro. Segundo Niskier (1999, p. 166):

Assim, a programação educativa, voltada para as prioridades fixadas (pelo MEC) para a teleducação, deveria atender a:

- a) Correção do fluxo escolar, primordialmente nas primeiras séries do primeiro grau;
- b) Capacitação de recursos humanos para atuação no sistema educacional;
- c) Aumento da oferta no ensino supletivo de primeiro e segundo graus;
- d) Promoção de educação pré-escolar;
- e) Promoção de educação para o desenvolvimento comunitário;
- f) Expansão do aperfeiçoamento técnico-profissional, através da educação continuada;
- g) Divulgação da cultura nacional, tendo em vista a preservação e defesa dos seus valores.

Percebe-se, por esses requisitos, a intenção de que a teleducação funcionasse como apoio ao sistema regular de ensino, mas também que servisse para a manutenção do sistema político.

O decreto n. 81.424, de 17 de março de 1978, transformou o PRONTEL no Departamento de Aplicações Tecnológicas (DAT), cujas atribuições eram as mesmas do órgão extinto, do qual absorveu toda a estrutura. No ano seguinte, o decreto n. 84.240/79 transformou o DAT (que estava ligado diretamente à Secretaria Geral do MEC) na Secretaria Especial de Aplicações Tecnológicas (SEAT), também de duração efêmera.

No final dos anos 70, de acordo com o Ministério da Educação, havia cerca de 30 estabelecimentos de ensino que utilizavam a metodologia da EaD, sendo que a maioria deles localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo dessa modalidade de ensino existente era a de ampliar o espectro de alcance dos cursos profissionalizantes, de capacitação ou preparatórios para concurso.

Em 1972 o Congresso Nacional recebeu o Primeiro Projeto de Lei, criando a Universidade Aberta, mas o Projeto não teve sucesso.

Em 1982 criou-se o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), que atribuiu a Funtevê a coordenação da outorga de canais educativos. Com o advento da “Nova República”, em 1985, o órgão foi perdendo suas funções, até tornar-se (em 1988) apenas uma emissora de televisão da Presidência da República (a TVE), desvirtuando-se suas funções educativas.

Em 1987 foi apresentado um novo pedido de criação de uma Universidade Aberta no Brasil (também abandonado). O Ministro Hugo Napoleão criou então, no ano seguinte, uma comissão especial (Portaria 511/88 de 28/2/1988 a 17/1/1989), composta de representantes de diferentes segmentos sociais (governo, professores, trabalhadores, empresários, estudantes) cuja finalidade era estudar a possibilidade de abertura de uma Universidade Aberta no Brasil, à semelhança daquelas já existentes em outros países (como Inglaterra, China, Tailândia, Turquia, França, Índia, Espanha, Indonésia, Coreia e África do Sul). Buscava-se, assim, ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação superior, além de reduzir custos, recuperando assim a defasagem do país em relação à adoção da educação a distância.

O Ministro da Educação seguinte – Carlos Sant’Anna – criou também grupos de trabalho para estudar a educação aberta e a distância, tomada como “[...] uma moderna metodologia, capaz de revolucionar a nossa política de recursos humanos” (NISKIER, 1999, p. 118). Pretendia-se, com esse estudo, viabilizar a realização de cursos a distância para o magistério, além de criar no INEP a Coordenadoria Nacional de Ensino a Distância, órgão que acabou por originar o Instituto Nacional de Educação a Distância.

Alguns pontos positivos foram encontrados no país, favorecendo a implantação de um Sistema Nacional de Ensino Superior Aberto e a Distância: amplo parque editorial, inúmeras emissoras de rádio e de TV, excelente rede de comunicação postal, telefônica e via satélite. No entanto, as iniciativas governamentais no sentido de criar uma universidade pública aberta não tiveram continuidade, como freqüentemente ocorre com as políticas educacionais brasileiras.

Até pelo menos a metade dos anos 90, a EaD não passava de um instrumento emergencial, utilizado pelo governo federal, para suprir demandas específicas – em seguida, era sempre abandonada. Assim, muitas das iniciativas citadas – especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito governamental – não foram adiante, devido à característica de descontinuidade das políticas públicas educacionais brasileiras, marcadas pela transitoriedade e não por perspectivas a longo prazo. Segundo Niskier (1999, p. 25), os programas e campanhas de EaD realizados pelo governo, principalmente aquelas das décadas de 70 e 80, *seguiram* modelos “paternalistas e assistencialistas”, construídos “sem uma visão sistêmica do problema”³.

Segue-se quadro 1 para observação do Panorama de desenvolvimento da EaD no país:

³ Como exemplo, o autor cita a descontinuidade do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que, na década de 70, ensinou a ler, escrever e a contar 5 milhões de brasileiros. No entanto, o programa de semiquificação profissional só atendeu a 1 milhão de alunos. Como resultado, os alfabetizados tornaram-se analfabetos em menos de três anos, por falta de uso das habilidades que adquiriram.

1904	Ensino por correspondência.
1923	Educação por rádio.
1939	Instituto Monitor.
1941	Instituto Universal Brasileiro.
1947	Universidade do Ar (Senac e Sesc).
1961	Movimento de Educação de Base (MEB).
1965	Criação das TVs educativas pelo poder público.
1967	Projeto Saci (Inpe).
1970	Projeto Minerva.
1977	Telecurso (Fundação Roberto Marinho).
1985	Uso do computador <i>stand alone</i> ou em rede local nas universidades.
1985	Uso de mídias de armazenamento (videoaulas, disquetes, CD-ROM, etc) como meios complementares.
1989	Criação da Rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet e e-mail).
1990	Uso intensivo de teleconferências (cursos ‘via’ satélite) em programas de capacitação a distância.
1991	Salto para o Futuro.
1994	Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa.
1995	Fundação da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed). Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Criação da Secretaria Especial de Educação a Distância (Seed).
1997	Criação de ambientes virtuais de aprendizagem Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares.
1998	Decretos e portarias que normalizam a EaD.
1999	Criação de redes públicas e privadas para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das Novas

	Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na EaD. Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância.
2000	Fundação do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj).
2005	Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2006	Congresso do ICDE (<i>International Conference on Data Engineering</i>) no Rio de Janeiro.

FONTE: MAIA, C.; MATTAR NETO, J. A. *ABC da EaD: educação a distância hoje*. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007.

1.6 A era da “Secretaria Especial de Educação a Distância – SEED”

O quadro relatado começou a mudar um pouco a partir de 1995, com a criação da Secretaria Especial de Educação a Distância, pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Então, pode-se afirmar que a EaD no Brasil entrou em uma nova fase, em que o governo e as instituições de ensino começaram a dar maior atenção a essa modalidade, passando a enxergá-la como uma possibilidade de democratizar o acesso à educação de qualidade.

A criação da SEED teve como finalidade “[...] a linha programática da Secretaria Especial de Educação à Distância – SEED – estruturada para cumprir a política do MEC de investir com mais vigor na educação a distância e na tecnologia como estratégia para elevar a qualidade do ensino público no Brasil (MEC, 1996)”.

Atualmente, a Secretaria desenvolve o Programa Nacional de Educação a Distância, concentrando seu trabalho em três grandes blocos:

- Desenvolvimento de Projetos Estratégicos (TV Escola, Informática Educacional e apoio à formação de professores em exercício no magistério);

- Institucionalização da Educação a Distância no País (apoio à produção e disseminação do conhecimento, incentivo à capacitação de recursos humanos);
- Articulação da Educação a Distância com outros Setores Governamentais, da sociedade Civil e do Exterior (coordenação do Sistema Nacional de Educação a Distância, intercâmbio e cooperação com órgãos e agências nacionais e internacionais, atenção às necessidades da comunidade).

A SEED passou a articular os projetos de EaD, assim como da informática na educação, dando um grande impulso à implantação de cursos a distância do país. As iniciativas em EaD no Brasil, anteriores à criação dessa secretaria, confundem-se principalmente com a teleducação. Apenas após a criação do órgão governamental destinado a estudar e a controlar a educação a distância no país, passou-se a associar EaD com tecnologia de ponta e, principalmente, a utilização de múltiplos instrumentos, a fim de proporcionar ao aluno um ambiente ideal de ensino/aprendizagem e também capacitá-lo para viver, interagir e trabalhar no mundo contemporâneo.

Por meio do Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso regulamentou o art. 80 da LDB, conceituando o que representa a EaD:

Art. 1 – Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo único – Os cursos sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

O Decreto estabelece ainda que o regulamento da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* seria feito posteriormente; o credenciamento das instituições e a autorização dos cursos teriam validade por cinco anos; os certificados e diplomas expedidos por instituições que trabalhem em regime de EaD teriam validade nacional e a avaliação do aluno, para fim de promoção, seria realizado presencialmente.

Atualmente, no Brasil, como em todo o mundo, a educação a distância passa por um momento de grande crescimento. São oferecidos, nessa modalidade, desde cursos livres sobre os mais diversos assuntos até o ensino superior, com cursos de graduação e pós-graduação em várias universidades.

Neste momento de expansão acelerada da EaD, o governo vem investindo também nessa modalidade de ensino e várias universidades públicas brasileiras já criaram cursos a distância. Além disso, o trabalho da Secretaria Especial de Educação a Distância tem sido na direção do estabelecimento de políticas nacionais de EaD mais amplas e duradouras. As políticas governamentais têm atribuído grande importância a essa modalidade educacional, principalmente, na maciça formação de professores (a meta era formar, por intermédio dessa modalidade, 150 mil professores até 2007, conforme o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação)⁴.

As iniciativas recentes em termos de EaD no Brasil referem-se tanto ao ensino formal como ao aberto. Nos últimos anos, tem havido uma intensa criação de redes e consórcios de universidades virtuais, com a finalidade de oferecer cursos técnicos e tecnológicos, de extensão, graduação e pós-graduação a distância; portais educacionais; associações; instituições que oferecem *E-learning*; instituições que oferecem educação a distância no modelo tradicional; cursos de formação; notícias e serviços de educação; bibliotecas virtuais; dicionários virtuais; softwares de ambientes virtuais para aprendizagem; educação corporativa e treinamento empresarial.

⁴ Nesse sentido, pode-se citar, com destaque, o Projeto Veredas, desenvolvido pelo estado de Minas Gerais.

Seguem algumas das associações de educação a distância que foram criadas para incentivar e viabilizar essa modalidade de ensino no Brasil:

- SEED – Secretaria Especial de Educação a Distância: (<<http://www.mec.gov.br/seed>>);
- ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância (<<http://www.abed.org.br>>). Fundada em 1995, a sociedade científica possui atualmente 2600 associados e é membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; possui pólos em dezessete cidades, um site, um código de ética e uma revista científica. Realiza, anualmente, um congresso internacional, além de um seminário nacional;
- Comitê Gestor da Internet no Brasil – (<<http://www.cg.org.br>>);
- ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional – (<<http://www.abt-br.org.br>>);
- EAD – Consórcio-Rede de Educação a Distância – (<<http://www.cread.org>>);
- IPAE – Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação – (<<http://www.ipae.com.br>>);
- SOCINFO – Programa Sociedade da Informação – (<<http://www.socinfo.org.br>>).

Hoje, a EaD alcança números surpreendentes, conforme demonstra o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (2008), o total de instituições credenciadas em 2007, chegou a 257 e o número de alunos matriculados atingiu o total de 972.826.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada pelo Decreto n. 5800, de 8 de junho de 2006, passa a alcançar uma parcela da população brasileira que, até então, era considerada excluída. Oferece formação continuada para professores e para pessoas que não conseguiram continuar seus estudos, indo ao encontro à diminuição da exclusão social.

1.7 O ensino de graduação a distância atualmente no Brasil

Com o advento e disseminação da Internet, a educação adquiriu nova roupagem, pois vê-se a necessidade de aprimorar as práticas e metodologias pedagógicas, incluindo nestas o uso das novas ferramentas interativas, procurando garantir um ensino de qualidade que busque desenvolver no indivíduo características de um mundo interativo, reflexivo e colaborativo.

Somente a partir de 1998 surgem normas que regulamentam o ensino superior a distância, o ensino de graduação e pós-graduação. Abrem-se novas possibilidades de incentivo à educação a distância, com a portaria n. 4059, de 2004, que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores serem semipresenciais; além desta, muitas são criadas revogando anteriores, trazendo expectativas de garantia de qualidade e ofertas diversas. Podem ser citadas dentre as quais, a Portaria n. 4361, de 2004 (que revogou a Portaria n. 301, de 1998); o Decreto n. 5622, de 2005, que revogou o Decreto n. 2494, de 1998; e, mais recentemente, as Portarias n. 01 e n. 02, de 2007 que tratam dos ciclos avaliativos do Sistema Integrado de Administração Escolar (SINAES), normaliza o credenciamento de instituições para a oferta de EaD e do funcionamento dos pólos de apoio presencial.

A Portaria n. 02, de 2007, em seu parágrafo 1º, art. 2º, define “pólo de apoio presencial” como “[...] a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”.

Para a oferta de cursos de nível tecnológico, graduação e educação profissionalizante, a instituição deve credenciar-se junto ao MEC, através de solicitação da autorização para funcionamento.

Em 03-04-2001, surge a Resolução n. 01 que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação, que determina: os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a distância deverão seguir às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação. No art. 6º, ao

contrário, determina que os cursos de *lato sensu*, ou especialização, devem ser oferecidos por “[...] instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independente de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução”.

A partir de então, o governo passa a investir no desenvolvimento de softwares, equipamentos e telecomunicações, buscando integrar as iniciativas de EaD, para que haja compartilhamento de experiências e melhor utilização dos recursos existentes.

Maia; Mattar (2007, p. 31) afirmam que com este incentivo surgem empresas especializadas oferecendo softwares de suporte para preparação de cursos on-line, programas de educação a distância e inclusive *campi*. As pioneiras na formulação de ferramentas próprias foram:

[...] a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Laboratório de Ensino a Distância (LED); a Universidade Anhembi Morumbi (UAM), com o Departamento de Ensino Interativo a Distância; a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com o Unifesp Virtual; as Faculdades Cariocas, com o Univir; e a comunidade virtual de estudo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o Projeto Virtus (MAIA; MATTAR, 2007, p. 31).

Segundo o Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Educação Aberta e a Distância, os cursos mais oferecidos em EaD no país são os de pós-graduação *lato sensu* e os cursos de extensão, aperfeiçoamento e qualificação.

Com a instituição da obrigatoriedade do PDI para as universidades, Decreto n. 5773, de 9-5-2006, a EaD adquire maior destaque, tornando-se inclusive mais institucionalizada. Sua maior contribuição à educação do país é dar possibilidade de estudos e aperfeiçoamento às pessoas que residem em regiões distantes geograficamente, unindo diversas culturas, permitindo o compartilhar de saberes, descobertas e principalmente, permitindo que as ciências trabalhem em prol da evolução do país, da sociedade.

Todas as alterações realizadas na legislação permitiram que ocorressem as parcerias entre as instituições, o que possibilitou o alcance a mais alunos, reduzindo custos e investimentos em tecnologia, gestão administrativa e área acadêmica.

Outra área do mercado de EaD em expansão é o corporativo, onde as empresas procuram dar treinamento para seus empregados através da parcerias com universidades, pois os custos tornam-se menores e *e-learning* torna-se sinônimo de *e-business*. Este treinamento garante o baixo custo de deslocamentos, além de garantir a certificação e o credenciamento dos cursos.

A clara evolução e expansão do mercado de EaD fez com que aumentasse a competitividade, obrigando as IES a se unirem em consórcios ou redes, procurando diminuir os custos, investimentos, potencializando os objetivos a serem alcançados.

A formação dos primeiros consórcios de IES deu-se com a finalidade de montar cursos a distância. Entre os vários consórcios pode-se citar:

- UniVirCo – Universidade Virtual do Centro-Oeste (<http://www.universidadevirtual.br/univirco/index.thm>).
Desse consórcio, criado para incentivar grupos de pesquisa e projetos coletivos, participaram sete universidades públicas (estaduais e federais) do Centro-Oeste, que oferecem desde cursos de extensão até cursos de graduação e pós-graduação;
- UNIREDE – Universidade Virtual Pública do Brasil (<http://www.unirede.br>). Iniciativa do governo federal, esse consórcio é formado por 68 instituições públicas de ensino superior (universidades estaduais, federais e Cefets) distribuídas por todo o país. A Unirede tem como objetivo democratizar o acesso ao ensino, oferecendo cursos a distância em nível de graduação, pós-graduação, extensão e educação continuada. Trata-se da maior rede de educação a distância no Brasil.

- UVB – Universidade Virtual Brasileira (<http://www.uvb.br>). Consórcio de seis instituições particulares de ensino superior brasileiras, a UVB é uma iniciativa privada que, desde o ano 2000, tem por finalidade oferecer cursos de educação continuada, extensão, graduação e pós-graduação. A associação entre essas instituições foi firmada a fim de aglutinar competências acadêmicas e estruturas físicas, assim como compartilhar experiências e reduzir custos.

- AIEC – Associação Internacional de Educação Continuada (<http://www.aiec.br>). Fazem parte dessa associação as Faculdades Integradas (UPIS), a Federação das AABBs (FENABB) e o Banco do Brasil, com a finalidade de oferecer cursos de graduação credenciados e aprovados pelo MEC.

- CEDERJ – Centro de Educação Superior do Rio de Janeiro (<http://www.cederj.rj.gov.br>). O governo do Rio de Janeiro criou essa rede, em parceria com seis universidades públicas, para oferecer cursos de graduação, extensão e pós-graduação gratuitos, a fim de democratizar o acesso ao ensino superior.

- RICESU – Rede de Instituições de Ensino Superior (<http://www.ricesu.com.br>). Essa rede congrega oito universidades católicas em todo o Brasil. Seu objetivo é formar uma comunidade virtual de aprendizagem de espírito humanista e ético, comprometida com o pluralismo de idéias.

- RIF-ET – Rede Interamericana de Formação em Educação a Distância e Telemática (<http://virtual.unisul.br>). Trata-se de um consórcio formado por cinco países e financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e coordenado pelo Colégio das Américas (OUI – Organização Universitária Interamericana). Tem como finalidade formar professores e técnicos para implantar programas de educação

a distância, através do desenvolvimento das NTIC, oferecendo cursos de capacitação, técnicos e de mestrado. Dentro dessa rede, destaca-se o Projeto Virtus, da Universidade Federal de Pernambuco (<http://www.projetovirtus.com.br>)⁵.

Os consórcios realizados nos últimos anos podem ser observados a seguir:

- CEDERJ - (<http://www.cederj.edu.br>).

Criado em 2000, o Consórcio Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro reúne universidades estaduais e federais. Com apoio do governo estadual há a instalação de unidades de apoio e de infra-estrutura adequados, de tutoria e equipamentos, realizados pelas próprias IES, oferecendo cursos de licenciatura na área de pedagogia e ciências biológicas, credenciados pelo MEC.

- UNIREDE - (<http://www.unirede.br/>).

Universidade federal pública do Brasil que reúne mais de 70 universidades federais, estaduais e municipais de todo o Brasil foi, inicialmente, criada com o propósito de democratizar o acesso ao ensino de qualidade por meio da EaD, nos níveis de graduação, pós-graduação, extensão e educação continuada. Atualmente, oferece programas de capacitação para os professores das IES quanto ao uso das NTICs e gestão da EaD.

- PROJETO VEREDAS

Surgiu como iniciativa da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, em 2000. É constituído por IES públicas, comunitárias e privadas, com o objetivo de formar professores leigos para atuar no ensino fundamental.

⁵ BACCARIN, Francisco. *Ciberespaço: um novo espaço para a educação*. Tese de doutorado defendida na Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2003. (Mimeo).

- RICESU - (<http://www.ricesu.com.br/>)

Surgiu em 2001, a Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior (CVA-Ricesu) buscando a organização e implementação de produtos de EaD, com foco na interação entre os agentes de aprendizagem e em busca de inovação educacional.

- UVB - (<http://www.uvb.com.br>)

Instituto Universidade Virtual Brasileira – Rede Brasileira de Educação a Distância, fundada em 2000, sob a liderança e concepção da Universidade Anhembi Morumbi, formada pelas instituições: Universidade Anhembi Morumbi (SP), Unama (Pará), UNP (RN), Uniderp (MS), Unit (MG), Unicentro Newton Paiva (MG), Unimonte (Santos-SP), Unisul (SC), UVA (RJ) e UW (ES).

- UAB - (<http://www.uab.mec.gov.br/>)

Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2005, como um consórcio de IES públicas de ensino superior, estados e municípios, coordenado pela Secretaria Especial de Educação a Distância do Ministério da Educação. Seus objetivos principais são:

1. Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

2. Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

3. Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

4. Ampliar o acesso à educação superior pública;
5. Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
6. Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
7. Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Um das propostas de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva é a implantação progressiva de uma rede universitária nacional de ensino superior a distância com *exigente padrão de qualidade*. Dentro dessa proposta, a expansão da rede de instituições que atuam por meio da EaD tem aumentado paulatinamente, ano a ano⁶.

A ABED, em conjunto com o Instituto Monitor, em 2005, publicou a primeira grande pesquisa sobre a EaD no Brasil – o Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD). A pesquisa abrange todos os níveis de ensino oficialmente credenciados por conselhos de educação e utilizou como fontes o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Ministério da Educação, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, além das próprias instituições de ensino. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de amplo espectro e que vem a confirmar a importância da EaD no Brasil, como instrumento democratizador do ensino.

Os números só não são completos, ainda, devido ao fato de existir, além das instituições oficialmente cadastradas, uma imensa gama

⁶ De acordo com números do Censo de 2003 e dados não-oficiais, recolhidos pelo ABRAEAD nas próprias instituições de ensino, houve, em um período de quatro anos, um crescimento de 440% até 2003 e mais 900%, se considerados os dados de 2004.

de outras modalidades de ensino que são praticadas a distância e que, por falta de um cadastro único, tornam-se inatingíveis pelas pesquisas.

De acordo com o Anuário ABRAEAD (2008, p. 15), pelo menos 2.504.483 brasileiros fizeram cursos a distância. Além desse grande contingente de alunos, há ainda cursos corporativos e cursos livres aplicados pelas entidades credenciadas. Esses números não param de crescer porque a todo o momento surgem iniciativas que envolvem, de alguma forma, a EaD: em meios corporativos, instituições de ensino e dificilmente poderia realizar-se um levantamento do total desses cursos.

Entre os cursos credenciados, a ABRAEAD contabilizou, em 2008, 972.826 alunos matriculados em EaD no Brasil, distribuídos entre graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão, seqüencial, formação técnica, fundamental regular, médio regular, tecnológico e EJA. A maioria desses cursos tem por objetivo o atendimento de estudantes excluídos da educação formal, com poucos recursos ou que freqüentam a educação pública.

Apesar do crescimento acelerado, pelo qual a EaD vem passando nos últimos anos, há espaço, ainda, para muitas iniciativas. A expansão da EaD é considerada modesta se forem analisados a extensão territorial, a alta população, o baixo número dos brasileiros que ingressam no ensino médio e menor ainda, no superior.

Nesse sentido, os maiores estados brasileiros já desenvolvem projetos e experiências de educação pública e de massa a distância. Em 2004, mais de 130 mil paulistas realizaram cursos a distância promovidos pelo governo do estado; no Rio de Janeiro fez-se um consórcio de instituições públicas voltado para a EaD (CEDERJ), cujos resultados de integração e inclusão educacional rapidamente se mostram; Minas Gerais possui o grande Projeto Veredas, realizado por meio de um consórcio entre instituições públicas e privadas e dedicado à formação de professores.

Atualmente, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem também desenvolvendo um estudo a fim de obter dados confiáveis a respeito da EaD no Brasil. De acordo com essa pesquisa, há no país 2.320 instituições de ensino superior (100 federais, 78 estaduais, 58 municipais

e 2.084 particulares)⁷. Dentre as quais, 128 tiveram portarias regulamentadas pelo MEC para oferecer cursos a distância (5,51%)⁸. São números acanhados, mas representam um grande avanço, diante do quadro de alguns poucos anos atrás.

Ainda de acordo com o IPAE, em 1998 foram credenciadas duas instituições para oferecer cursos em EaD; em 1999, não houve nenhuma autorização; no ano seguinte, foram credenciadas 4; em 2001, 8 IES. A partir de 2002, a realidade se alterou: naquele ano credenciaram-se 34 instituições; 25 no ano seguinte; 33 em 2004 em agosto de 2005, 22 e até o final de 2006 já constavam 225 devidamente credenciadas (ABRAEAD, 2007, p. 41). Esses dados indicam a importância da criação da SEED, que significou o reconhecimento da EaD como forma de ampliar as possibilidades de acesso da população brasileira ao ensino a distância.

⁷ 174 são universidades (76 credenciadas para EaD, ou 43,67%), 110 centros universitários (15 credenciados, ou 13,63%) e 2.036 faculdades (37 credenciadas, ou 1,81%).

⁸ Dados apurados em 15 de outubro de 2005, divulgados pela ABED. (ALVES, João Roberto Moreira. A educação superior a distância: uma análise de sua evolução no cenário brasileiro. *Boletim da ABED*, n. 204, 6 dez. 2005).

CAPÍTULO 2

A LEGISLAÇÃO QUE EXPLICA E FUNDAMENTA A EaD NO BRASIL

Por volta de 1961 surgem, no Brasil, as primeiras referências de Ensino a Distância, com o Movimento de Educação de Base (MEB), em parceria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o governo. Procurava-se neste período alfabetizar, mas exigia-se 75% de presença nas aulas.

Com a grande revolução tecnológica, em meados de 1990, há um crescimento acentuado na EaD e em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB) há o reconhecimento da EaD e expressa-se a necessidade de seu incentivo com a finalidade de universalizar e democratizar o ensino.

Esta modalidade sofre grande preconceito e, de início, tratam-na como modalidade supletiva ou complementar ao ensino presencial; com o passar do tempo a EaD firma-se como um “[...] modelo cooperativo de enriquecimento mútuo entre os sistemas presenciais e não presenciais” (FRAGALE FILHO, 2003, p. 14).

Mais especificamente, no art. 80 da LDB-9394/1996 (BRASIL, 1996), observa-se a seguinte referência a EaD:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância;

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância, e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I. Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- II. Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III. Reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Esta lei determina que a EaD abranja toda a educação continuada, em todos os níveis, e especifica que cabe à União credenciar a instituição, determinando os requisitos para realização de exames e registro de diploma. Mas, este dispositivo deixa clara a possibilidade de produção, controle e avaliação sob o regime de cooperação e integração entre os diversos sistemas do país, o que é perfeitamente inteligível, pois para a EaD não há fronteiras.

Como reforço do incentivo à democratização e universalização do ensino, o parágrafo 4º do art. 80 e o inciso III do parágrafo 3º do art. 87 procuram garantir o direito à União de utilizar os meios de comunicação, gratuitamente, para desenvolvimento e capacitação dos professores.

No art. 87, § 3º, inciso III, verifica-se que “[...] cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância”.

A definição de EaD surgiu com o Decreto n. 2494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamentou o art. 80 da LDB (Lei n. 9394/96) e que foi revogado pelo Decreto n. 5622, de 2005.

O Decreto n. 2494/98, em seu art. n. 1º, diz que:

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo único – Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

Esta modalidade de ensino passa a ser um assunto polêmico, sendo considerada na opinião de vários educadores uma educação de baixa qualidade, com oportunidades mercantilistas.

Bacha Filho (2003, p. 27) diz que:

[...] apesar de uma considerável demanda potencial, a educação a distância (EaD) jamais pôde avançar, em nosso país, principalmente pela desconfiança das lideranças educacionais em relação ao risco de fraudes, à ausência da vigilância do poder público e à atuação de instituições sem escrúpulos.

Considerando o grande crescimento do ensino a distância nos últimos tempos, seu maior desafio, segundo o autor é “[...] tornar essa explosão compatível com a *qualidade* da educação” (BACHA FILHO, 2003, p. 27) (*grifo nosso*).

Para garantir um ensino de qualidade, compatível com o crescimento desta modalidade de ensino e para ganhar a confiança da sociedade, as autoridades começaram a agir com maior rigor. Surge, então, em 2006 o Decreto n. 5773, que determina as exigências para o processo de credenciamento das IES:

- I – protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído conforme disposto nos artigos 15 e 16;
- II – análise documental pela Secretaria competente;
- III – avaliação *in loco* pelo INEP;
- IV – parecer da Secretaria competente;
- V – deliberação pelo CNE; e

VI – homologação do parecer do CNE pelo Ministro de Estado da Educação.

O art. 14, inciso II, do referido decreto trata dos documentos necessários para se pedir o credenciamento. Neste, há a referência a:

- a) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, prevista na Lei n. 10.870, de 19 de maio de 2004;
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) regimento ou estatuto; e
- d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um.

Em 29 de dezembro de 2004, foi publicada a Portaria n. 4361, a qual determina que todas as providências relativas a credenciamento, descredenciamento, recredenciamento, autorização, renovação, remanejamento de vagas, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) além de outros processos afins, “[...] deverão ser protocolizados por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC”.

No seu § 1º o define como,

[...] sistema informatizado que possibilita a inserção de documentos, despachos e relatórios nos respectivos processos, por meio da Internet com utilização de tecnologias de informação, de forma a permitir a interação entre as instituições de educação superior e os órgãos do Ministério da Educação, visando a tramitação dos processos, o acompanhamento e o controle.

Este sistema está sob a responsabilidade do MEC, sendo a Secretaria de Educação Superior (SESU) o órgão gestor e regulador do acesso, a Coordenação Geral de Informática e Telecomunicações (CEINF) da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é responsável pela infra-estrutura de servidores, e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ficou responsável pelo banco de dados, sua manutenção e segurança das informações nele contidas.

O art. 16 do Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006 especifica que o PDI deve conter os seguintes elementos:

I – missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II – projeto pedagógico da instituição;

III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV – organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V – perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI – organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII – infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de

necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

VIII – oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial;

IX – oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Com estes critérios observa-se que se pretendia exigir da instituição experiência, com ensino presencial; mas, segundo o “Manual de Verificação *in loco*” do MEC (2002, p. 5 *apud* FRAGALE FILHO, 2003, p. 15) “[...] o credenciamento de instituições e a autorização de cursos, na educação superior a distância, apresentam a peculiaridade de poder ocorrer tanto para as instituições novas quanto para as instituições já credenciadas para o ensino superior presencial”.

Este mesmo manual pontua critérios (abaixo relacionados) que deverão ser cumpridos pela IES para validação de seu credenciamento, os quais serão analisados durante visita feita por uma Comissão designada pelo MEC:

1. Inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da oferta de educação superior a distância, e que terá descrito a capacitação geral e a específica em EaD, bem como a estratégia, os objetivos institucionais, as áreas de conhecimento e de suas aplicações profissionais e técnicas às quais se vinculam os cursos superiores a distância que se pretende oferecer;

2. Das parcerias previstas com outras instituições e informações pertinentes sobre estas e sobre sua participação nos programas e cursos superiores oferecidos pelas IES solicitantes;

3. Nos casos de cursos de graduação – licenciaturas -, oferecidos em programas de capacitação docente de professores de redes estaduais ou municipais, com base no Art. 87 da LDB, verificar-se-ão *in loco* as cópias dos documentos de acordo, convênio ou de parceria estabelecidos com os respectivos órgãos estaduais ou municipais;

4. Da capacitação docente, a titulação e a organização didático-pedagógica específica para a educação superior a

distância – relevante para os professores responsáveis por disciplinas e outros conteúdos curriculares, bem como para os professores instrutores, tutores e outros profissionais especialistas em tecnologias de informação e comunicação envolvidos no projeto dos cursos; a relação entre estes e o número de alunos previstos; os materiais didáticos organizados nas diferentes mídias a serem utilizadas; apoio a professores, tutores e alunos, em suas interações face a face, a distância ou virtuais; registro, acompanhamento escolar e avaliação de rendimentos dos alunos, incluindo os obrigatórios exames finais presenciais; as aulas práticas, laboratórios, estágios curriculares e outras atividades extra curriculares oferecidas;

5. Da infra-estrutura e instalações, equipamentos, recursos tecnológicos de informação e comunicação, bibliotecas e recursos bibliográficos, inclusive virtuais, integrados à EaD, colocados à disposição de professores, tutores e alunos e adequados ao número previsto destes, em toda a área espacial de oferta prevista para o curso e de acordo com o processo de ensino-aprendizagem contemplado na proposta didático-pedagógica apresentada;

6. Do elenco institucional de cursos, presenciais ou a distância, já autorizados ou reconhecidos, se for o caso (MEC, 2002, p.11-12).

Estes critérios relacionam-se com a nova Portaria n. 4361, de 29 de dezembro de 2004, que revogou a anterior n. 301, de 07 de abril de 1998, que vincula o credenciamento e o recredenciamento da IES, observando-se os critérios já relacionados e a apresentação dos documentos necessários.

A Portaria n. 1264, de 17 de outubro de 2008 estabelece em extrato a pontuação necessária para serem determinadas na avaliação externa de IES dos SINAES, revoga a Portaria n. 300, de 30 de janeiro de 2006 e deve-se observar os seguintes itens:

- A missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); sua implementação, articulação (avaliação externa e auto-avaliação);
- Procedimentos estímulo acadêmico; coerência de políticas de ensino e institucional para cursos de graduação; inclusive a distância;
- Responsabilidade social;
- Comunicação com a sociedade;

- Políticas de carreiras e desenvolvimento profissional;
- Organização e gestão da instituição;
- Infra-estrutura física;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira.

Estes itens receberão avaliação segundo o quadro 2 abaixo; estão, intrinsecamente, vinculados aos Referenciais de Qualidade do MEC e deverão totalizar 100 pontos.

Dimensões de Avaliação	Pesos
1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional.	5
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	35
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	5
4. A comunicação com a sociedade.	5
5. As políticas de pessoal de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	20
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	5

7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	10
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	5
9. Políticas de atendimento aos estudantes.	5
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	5
TOTAL	100

FONTE: *Diário Oficial da União*, n. 203, 20 out. 2008.

O art. 10 do Decreto n. 5773, de 2006, § 3º determina que:

[...] a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.

No art. 13 do mesmo Decreto, § 4º há a determinação de que “[...] o primeiro credenciamento terá o prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades”.

O art. 26, subseção V, trata do credenciamento específico para a oferta de Educação a Distância, podendo constatar que as exigências para credenciamento de Instituições com curso superior presencial ou a distância são as mesmas.

No art. 41, encontra-se a exigência para renovação de reconhecimento, que diz “A instituição deverá protocolar pedido de renovação de reconhecimento ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído, no prazo previsto no § 7º do Art. 10”. Este diz que os “[...] pedidos de ato autorizativo serão decididos tendo por base o relatório de avaliação e o conjunto de

elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória”.

Bacha Filho (2003, p. 30) comenta em seu texto que a Instituição de EaD, já naquele ano, necessitava de critérios e normas para ser avaliada. Em 2007 são publicados os Referenciais de Qualidade do MEC para o Curso Superior a Distância, o que possibilitou ter um parâmetro do quê e como exigir em termos de ensino e aprendizagem.

Bacha Filho (2002, p. 30) ainda menciona que,

[...] a constituição de um sistema nacional *autônomo* de avaliação, ao molde das agências autônomas internacionais, talvez fosse uma proposta a ser considerada. Enfim, todos os cuidados institucionais devem ser tomados, conquanto se enfrente, com coragem e decisão, a EaD como uma modalidade educativa que veio para ficar (*grifo nosso*).

O Capítulo IV, do Decreto n. 5773, art. 58 determina que a “[...] avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes será realizada no âmbito do SINAES, nos termos da legislação aplicável”.

Em seu § 1º, este Capítulo ainda determina que o

[...] SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação institucional:

- I – avaliação interna das instituições de educação superior;
- II – avaliação externa das instituições de educação superior;
- III – avaliação dos cursos de graduação; e
- IV – avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

Estas avaliações serão determinantes quanto ao art. 59.

- I. Dez anos, como referencial básico para credenciamento de universidades; e
- II. Cinco anos, como referencial básico para credenciamento de centros universitários e faculdades e renovação de reconhecimento de cursos.

Na tentativa de manter a qualidade do ensino, a lei estabeleceu critérios de avaliação que melhor determinassem a veracidade do aprendizado do aluno. Mas, como se observa, nem sempre o sistema utilizado valoriza ou consegue determinar se o aluno de EaD pode desenvolver ou alcançar as possibilidades que esta modalidade tem a lhe oferecer.

Bacha Filho (2003, p. 31) diz que “[...] a permanente atuação do poder público no sentido de exigir a consolidação de uma qualidade que atenda aos princípios de uma educação democrática e transformadora”, garantirá ao aluno a oportunidade de estar se desenvolvendo como ser humano crítico, criterioso e consciente, que busque resolver os problemas atuais da sociedade onde vive.

O autor acima citado referindo-se à qualidade do ensino a distância diz:

A EaD não pode transformar a educação num mero produto que interesse aos seus compradores (especialmente se estes forem grandes empresas). O rigor e a exigência acadêmica devem ocupar lugar central nas preocupações dos órgãos normativos e fiscalizadores dos sistemas, ao lado de um sistema adequado de avaliação externa que estimule a análise, a atualização dos cursos, a qualidade do ensino e o reconhecimento profissional e salarial dos profissionais da educação envolvidos. (BACHA FILHO, 2003, p. 31).

Sob este prisma observa-se no decorrer deste trabalho, a busca incessante pela valorização do professor, seja ele tutor ou autor, de toda a equipe multidisciplinar, da instituição, mas principalmente o aprendizado do aluno, que com a qualidade necessária alcançará grande êxito em sua trajetória acadêmica e profissional.

A visão da totalidade do processo educativo da EaD é tão verdadeira que uma das conclusões da IV Jornada de Educação a Distância, realizada em Buenos Aires, de 21 a 24 de junho de 2000, possuía o tema “Equidade, Qualidade, Desenvolvimento”. Segundo Bacha Filho (2003, p. 31), a preocupação “[...] pela análise da qualidade do trabalho educativo é universal, qualidade que decorre da pertinência do

desenho pedagógico do projeto educativo da EaD e do *plus* do qual deriva sua especificidade como modalidade”.

A qualidade da EaD está diretamente vinculada “[...] ao domínio de conhecimentos significativos que é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania atuante, capaz de desencadear transformações sociais efetivas” (BACHA FILHO, 2003, p. 32).

Lévy defende a importância da construção da “inteligência coletiva”, sendo que para alcançá-la deve-se proporcionar ao aluno o acesso às tecnologias de informação e garantir-lhe a busca consciente do próprio saber. Um ensino de qualidade, com certeza, garantirá esta apropriação consciente do saber significativo. Bacha Filho (2003, p. 32) permite ainda acrescentar:

Se esforços para a melhoria do sistema educativo devem centrar-se na ampliação das oportunidades de aprendizagem, a EaD é um possível instrumento para concretizar políticas de equidade que aumentem as oportunidades educativas de grupos tradicionalmente marginalizados e permitam a construção de uma sociedade em que todos os cidadãos compartilhem um patamar comum de conhecimentos e códigos culturais, atenuando a injusta exclusão social.

Com a preocupação acentuada da qualidade oferecida pelas instituições de EaD viu-se a necessidade de se desenvolver normas de referência para todos os cursos. Estas são chamadas de Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância, foram publicados inicialmente em 2003 e atualizadas em agosto de 2007, pelo MEC.

Pode-se observar, em sua introdução, que a preocupação do órgão normativo é a de que

[...] um projeto de curso superior a distância precisa de forte compromisso institucional em termos de garantir o processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão (MEC, 2007, p. 7).

Os tópicos abaixo citados correspondem “[...] aos elementos constituintes fundamentais que se interpenetram e se desdobram em outros subtópicos” (MEC, 2007).

I - Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem:

- Determina que projeto político pedagógico deve [...] apresentar claramente sua opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil do estudante que deseja formar; com definição, partir dessa opção, de como se desenvolverão os processos de produção do material didático, de tutoria, de comunicação e de avaliação, delineando princípios que alicerçarão o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;
- A organização em disciplina, módulo, tema, área, reflete a escolha feita pelos sujeitos envolvidos no projeto. A compreensão de avaliação, os instrumentos a serem utilizados, as concepções de tutor, de estudante, de professor, enfim, devem ter coerência com a opção teórico-metodológica definida no projeto pedagógico;
- O uso inovador da tecnologia aplicado à educação a distância, e mais especificamente, à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento;
- O conhecimento é o que cada sujeito constrói – individual e coletivamente – como produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação. É, portanto, o significado que atribuímos à realidade e como o contextualizamos;
- [...] o ponto focal da educação superior [...] é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa. Daí a importância da educação superior ser baseada em um projeto pedagógico e em sua organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado;
- Portanto, a superação da visão fragmentada do conhecimento e dos processos naturais e sociais enseja a estruturação curricular por meio da **interdisciplinaridade e contextualização**. Partindo da idéia de que a realidade só pode ser apreendida se for considerada em suas múltiplas dimensões, ao propor o estudo de um objeto, busca-se, não só levantar quais os conteúdos podem colaborar no processo de aprendizagem, mas também perceber como eles se combinam e se interpenetram;
- [...] as possibilidades apresentadas pela interdisciplinaridade e contextualização, em termos de formação do sujeito social, com uma compreensão mais ampla de sua realidade, devem ser contempladas nos projetos de cursos ofertados na modalidade a distância.

Segundo os Referenciais, a EaD deve proporcionar ao aluno, art. 2º da LDB, “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, pois:

[...] *o estudante é o foco do processo pedagógico e freqüentemente a metodologia da educação a distância representa uma novidade [...] e por isso, [...] é importante que o projeto pedagógico do curso preveja, um módulo introdutório que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e/ou ao conteúdo programático do curso, prevendo atividades de acolhimento do estudante, assegurando a todos um ponto de partida comum. Importantes também são os mecanismos de recuperação de estudos e a avaliação correspondente a essa recuperação, assim como a previsão de métodos avaliativos para estudantes que têm ritmo de aprendizagem diferenciado (grifo nosso).*

II – Sistemas de Comunicação:

O desenvolvimento da educação a distância em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. [...] o uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino-aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construir o conhecimento.

[...] tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e estudantes.

Este processo hoje é facilitado pelo avanço das TICs. O sistema de comunicação deve permitir:

[...] ao estudante resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, articulando o estudante com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e disciplinas e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo.

[...] Da mesma forma que a interação entre professor-estudante, tutor-estudante e professor-tutor deve ser privilegiada e garantida, a relação entre colegas de curso também necessita ser fomentada. Principalmente em um curso a distância, esta é uma prática muito valiosa, capaz de contribuir para evitar o isolamento e manter um processo instigante, motivador de aprendizagem, facilitador de interdisciplinaridade e de adoção de atitudes de respeito e de solidariedade ao outro, possibilitando ao estudante o sentimento de pertencimento ao grupo.

Em suas páginas 11 e 12 são descritos os elementos constituintes de um projeto político e pedagógico do curso. Estes tratam

com minúcia e máxima importância dos tópicos descritos anteriormente. Conclui-se este subtópico com a seguinte afirmação

[...] em um curso a distância o estudante deve ser o centro do processo educacional e a interação deve ser apoiada em um adequado sistema de tutoria e de um ambiente computacional, especialmente implementados para atendimento às necessidades do estudante. [...] Em suma, o projeto de curso deve prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional, criando condições para *diminuir a sensação de isolamento*, apontada como uma das *causas de perda de qualidade no processo educacional*, e uma das *principais responsáveis pela evasão nos cursos a distância (grifo nosso)*.

III – Material Didático

[...] tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

[...] deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

[...] A produção de material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, CD-ROM, páginas WEB, objetos de aprendizagem e outros, para uso a distância, atende a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo.

[...] é recomendável que as instituições elaborem seus materiais para uso a distância, buscando integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores.

Na elaboração do material didático há a necessidade de se incluir um Guia Geral do Curso, impresso ou digital, que:

- Oriente o estudante quanto às características da educação a distância e quanto aos direitos, deveres e normas de estudo a serem adotadas, durante o curso;

- Contenha informações gerais sobre o curso (grade curricular, ementas, etc.);
- Defina as formas de interação com professores, tutores e colegas;
- Apresente o sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que darão segurança durante o processo educacional;
- Quanto ao conteúdo: oriente o estudante quanto às características do processo de ensino e aprendizagem particulares de cada conteúdo;
- Informe ao estudante a equipe de docentes responsável pela gestão do processo de ensino;
- Informe ao estudante a equipe de tutores e os horários de atendimento;
- Apresente cronograma (data, horário, local – quando for o caso) para o sistema de acompanhamento e avaliação;
- Deve ser estruturado em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto-avaliação.

Determina, ainda, que o projeto pedagógico do curso deve especificar claramente a configuração do material didático que será utilizado; deve especificar a equipe multidisciplinar responsável por esta tarefa, os professores responsáveis pelo conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais das áreas de educação e técnica; deve especificar, também, a parcela deste material que estará produzida e pré-testada pela equipe multidisciplinar institucional, antes do início do curso.

IV – Avaliação:

Contemplará duas dimensões:

- Avaliação da Aprendizagem:

Deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos; deve comportar um processo contínuo, estimulando os estudantes a serem ativos na construção do conhecimento. Devem ser articulados mecanismos que promovam o permanente *acompanhamento dos estudantes*, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. Para que haja confiabilidade e credibilidade dos resultados nas avaliações de aprendizagem, estas devem se compostas por avaliações a distância e presenciais, cercadas das precauções de segurança e controle de frequência.

- Avaliação Institucional:

As instituições devem planejar e implementar sistemas de avaliação institucional, incluindo ouvidoria, que produzam efetivas melhorias de qualidade nas condições de oferta dos cursos e no processo pedagógico; constitui-se como um processo permanente e conseqüente, de forma a subsidiar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e pedagógico, produzindo efetivamente correções na direção da melhoria de qualidade do processo pedagógico coerentemente com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esta avaliação deve:

[...] envolver os diversos atores: estudantes, professores, tutores, e quadro técnico-administrativo; facilitando o processo de discussão e análise entre os participantes, divulgando a cultura de avaliação, fornecendo elementos metodológicos e agregando valor às diversas atividades do curso e da instituição como um todo.

- Meta-Avaliação:

Exame crítico do processo de avaliação utilizado, que deve considerar as vantagens de uma avaliação, a qual englobe etapas de auto-avaliação e avaliação externa.

V – Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar compõe-se dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade.

Os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade: docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo.

- * *Docentes*: vêm suas funções se expandirem, o que requer que sejam altamente qualificados; inclusive os coordenadores de cada disciplina do curso, do sistema de tutoria e outras atividades concernentes, precisam apresentar currículos e outros documentos necessários para comprovação de sua qualificação, inclusive apresentando a carga horária semanal dedicada às atividades do curso. A instituição deve adotar uma política de capacitação e atualização permanente destes profissionais.

- * *Tutores*: compõem um quadro diferenciado nas instituições. O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

- * *Tutoria a distância*: media o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e referenciados aos pólos descentralizados de apoio presencial.

Sua principal atribuição [...] é o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. [...] tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, freqüentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes.

* *Tutoria presencial:*

[...] atende aos estudantes nos pólos, em horários pré-estabelecidos; deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico dos conteúdos sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis. Participa de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados; devem manter-se em permanente comunicação tanto com os estudantes quanto com a equipe pedagógica do curso. Ressalta-se que o domínio do conteúdo é imprescindível; a necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação.

Há a necessidade de especificar a relação numérica estudantes/tutor capaz de permitir a interação no processo de aprendizagem.

* *Corpo Técnico-Administrativo:* oferece o apoio necessário à equipe docente responsável pela gestão do curso e nos pólos descentralizados de apoio presencial. Esta atividade envolve duas dimensões: administrativa e tecnológica.

Na área tecnológica, estes profissionais atuam em atividades de suporte técnico em laboratórios e bibliotecas; além de serviços de manutenção e zeladoria de materiais e equipamentos tecnológicos. Atuam nas salas de coordenação dos cursos ou nos centros de educação a distância a distância das instituições, auxiliando no planejamento do curso, no apoio aos professores conteudistas na produção de materiais didáticos em diversas mídias, tendo ainda responsabilidade pelo suporte e desenvolvimento dos sistemas de informática e suporte técnico aos estudantes.

Na área administrativa, atuam em funções na secretaria acadêmica, no registro e acompanhamento de procedimentos de matrícula, avaliação e certificação dos estudantes, envolvendo o cumprimento de prazos e exigências legais em todas as instâncias acadêmicas; apoio ao corpo docente e de tutores nas atividades presenciais e a distância, distribuição e recebimento de material didático, atendimento a estudantes usuários de laboratórios e bibliotecas, entre outros.

Destaca-se neste corpo técnico o **coordenador do pólo de apoio presencial**, principal responsável pelo bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos

que se desenvolvem na unidade. Necessita ter conhecimento dos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos em sua unidade, atentando para os calendários, especialmente às atividades de tutoria presencial, zelando para que os equipamentos a serem utilizados estejam disponíveis e em condições de perfeito uso, enfim zelar para que toda infraestrutura esteja preparada para a viabilização das atividades. Deve supervisionar o trabalho desenvolvido na secretaria da unidade, observando o registro dos estudantes, as demais ocorrências, tais como notas, disciplinas ou módulos cursados, freqüências, transferências, para que sejam feitas em tempo hábil e de forma organizada. Há a necessidade de se possuir prévia experiência acadêmica e administrativa e ser graduado.

VI – Infra-estrutura de apoio:

A infra-estrutura de apoio deve ser proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada, e sua aquisição que representa um significativo investimento para a Instituição.

Refere-se aos equipamentos de televisão, vídeo-cassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou *stand alone* e outros, dependendo da proposta do curso.

Por ser um curso a distância não exige a instituição de dispor de centros de documentação e informação ou mídiotecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a estudantes, tutores e professores.

Esta infra-estrutura física deve estar disponível na sede da Instituição e nos pólos de apoio presencial.

Dentro da infra-estrutura há espaços que se configuram em estruturas indispensáveis às instituições, são: coordenação acadêmico-operacional nas instituições; pólo de apoio presencial, composto de bibliotecas, laboratórios de informática, secretaria do pólo e as salas de tutoria e laboratórios de ensino.

VII – Gestão acadêmico-administrativa:

A gestão acadêmico-administrativa deve ser integrada aos demais processos da instituição, pois é de fundamental importância que o estudante de um curso a distância tenha as mesmas condições e suporte que o presencial, e o sistema acadêmico deve priorizar isso, no sentido de oferecer ao estudante, geograficamente distante, o acesso aos mesmos serviços disponíveis para o do ensino tradicional, como: matrícula, inscrições, requisições, acesso às informações institucionais, secretaria, tesouraria, etc.

A logística que envolve um projeto de educação a distância (os processos de tutoria, produção e distribuição de material didático, acompanhamento e avaliação do estudante) precisam ser rigorosamente gerenciados e supervisionados, sob pena de desestimular o estudante levando-o ao abandono do curso, ou

de não permitir devidamente os registros necessários para a convalidação do processo de aprendizagem.

A instituição deve explicitar seu referencial de qualidade em seu processo de gestão, apresentando em seu projeto de sistema de educação a distância, o atendimento, em particular, serviços básicos como: sistema de administração e controle do processo de tutoria; sistema de logística de controle de produção e distribuição de material didático; sistema de avaliação de aprendizagem; bancos de dados do sistema como um todo; cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema, dos estudantes, dos professores, coordenadores, tutores, etc.; sistema de gestão dos atos acadêmicos; registro de resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante, prevendo recuperação e possibilidade de certificações parciais e sistema que permita ao professor ter autonomia para a elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo.

VIII - Sustentabilidade Financeira:

A educação superior a distância de qualidade envolve uma série de investimentos iniciais elevados, para a produção de material didático, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de pólos de apoio presencial e na disponibilização dos demais recursos educacionais, assim como na implantação (metodologia e equipe) da gestão do sistema de educação a distância. Deve-se levar em consideração a relação custo-benefício, a amortização do investimento inicial em médio prazo, montando-se uma planilha de custos do projeto, como um todo, em consonância com o projeto político-pedagógico e a previsão de seus recursos.

Maiores informações sobre o que deve ser considerado na montagem desta planilha podem ser observadas na página 30 dos respectivos referenciais.

A LDB-9394/1996, art. 80 em seu § 1º estabelece que a EaD será organizada “com abertura e regime especiais” e Bacha Filho (2003, p. 34) interpreta-o como “[...] uma das características essenciais de sua definição, impedindo que seja *avaliada com critérios idênticos ou semelhantes aos do ensino presencial*”. Mais uma vez, encontra-se, aqui, uma justificativa da proposição desta teoria (do SAEAD) que buscará avaliar o aluno de EaD através de técnicas específicas, com os quais ele já está acostumado a trabalhar, valorizando suas pesquisas e dando-lhe um incentivo para continuar contribuindo com a evolução tecnológica e científica de seu país. Elaborar um sistema inovador, que valoriza as

parcerias entre as ciências, as tecnologias, como por exemplo, na elaboração de softwares e hardwares, especializados para a avaliação de EaD.

Rover (2003, p. 55) diz que:

O Brasil ocupa, hoje, posição de destaque no campo da infraestrutura de comunicação para suporte de EaD. [...] A infraestrutura de Internet tem se expandido rapidamente. [...] Quanto aos softwares, temos empresas que exportam sistemas para educação on-line para o mundo inteiro.

A Portaria n. 4059, de 2004, regulamenta a oferta, pelas instituições de ensino, de 20% da carga horária das disciplinas, em método não-presencial, para integralização do respectivo currículo, desde que o curso seja reconhecido e que a utilização esteja prevista no PDI, sendo que a avaliação ocorrerá de forma presencial.

Esta portaria abre o precedente para um curso presencial tornar-se a distância, mesmo que parcialmente.

Observe-se o que diz o art. 1º § 1º do mesmo:

Art. 1º As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no Art. 81 da Lei n. 9394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

§ 1º As disciplinas a que se refere o *caput*, integrantes do currículo de cada curso superior reconhecido, não poderão exceder a vinte por cento do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

Quanto à pós-graduação é necessário fazer a distinção em *stricto sensu* e *lato sensu*.

A Resolução CNE / CES n. 1, de 03/04/2001, trata do curso de pós-graduação “*stricto sensu*” e em seu art. 3º diz:

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei n. 9394, de 1996, obedecendo às mesmas exigências de

autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas por esta Resolução.

Este artigo em seus parágrafos diz que se devem incluir provas e atividades presenciais; exames de qualificação, defesas de dissertação ou tese de forma presencial e diante de banca examinadora, que inclua pelo menos um professor que não pertença ao quadro docente da instituição.

Haverá avaliação pela CAPES dos cursos, garantindo-se a qualidade da formação na pós-graduação a distância, como ocorre na presencial.

O art. 6º da respectiva resolução trata dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e determina que devem ser oferecidos por instituições credenciadas que atuem “[...] nesse nível educacional, independente de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução”.

Esta Resolução ainda determina:

§1º Incluem-se na categoria de curso pós-graduação *lato sensu* os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*) ou equivalentes.

§2º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos para matrícula de portadores de diploma de curso superior.

O art. 7º determina que “[...] os cursos de pós-graduação *lato sensu* ficam sujeitos à supervisão dos órgãos competentes a ser efetuada por ocasião do credenciamento da instituição”.

O art. 9º diz que:

O corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu* deverá ser constituído, necessariamente, por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de professores portadores de título de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido.

Em seu art. 10 trata da duração mínima do curso que deve ser de “360 (trezentos e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de

estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

No art. 11, § único há a determinação que “Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

O art. 12 e seus parágrafos tratam da certificação, da necessidade de ter 75% de frequência, dos itens que deve conter o histórico escolar, da importância do registro na própria instituição e de sua validade em todo território nacional.

CAPÍTULO 3

ENSINO VOLTADO PARA A BUSCA DA QUALIDADE

Devido às inovadoras Tecnologias de Informação e Comunicação, as pessoas vêm-se atraídas pela Educação a distância.

Acredita-se que poderá fazer um curso superior ou de pós-graduação com pouco esforço, grande rapidez, pouco compromisso e nesta modalidade de ensino ocorre justamente o contrário.

Os cursos de EaD exigem do aprendiz muita firmeza, perseverança, organização, vontade de compartilhar suas idéias, disposição para pesquisar e realizar suas atividades, entre outros.

Esta modalidade visa ser “[...] um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida” (MAIA, 2002, p. 105).

Este aprendizado pode ser realizado no tempo e local onde o aprendiz achar melhor, mas a intermediação do tutor ocorrerá via Internet, com algumas aulas presenciais e material de apoio.

Os tutores em suas intervenções:

[...] têm que estar atentos às exigências que surgem, a todo momento, face às mudanças, proporcionando aos alunos um espaço em que valores e critérios possam ser percebidos e apreciados, dentro de uma proposta temática, que vise à conscientização do educando, que deve adquirir o hábito de perceber-se e posicionar-se diante de situações conflitantes, sendo capaz de estabelecer critérios de avaliação diante de valores pré-estabelecidos, e buscando novos saberes que a vida constitui (SANTOS, 2003, p. 50).

A qualidade, hoje, exigida pelos referenciais busca nortear a formação, manutenção e revisão dos cursos, bem como suas práticas pedagógicas, garantindo assim um ensino de formação do ser humano como um todo.

Segundo Maia (2002, p. 105) a base principal das:

[...] práticas de qualidade nos projetos e processos de educação superior é garantir, continuamente, melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

Partindo desta busca permanente pela qualidade, faz-se necessário uma reflexão sobre o que se tem buscado para EaD.

3.1 Educação enquanto processo de ensino e de aprendizagem

É do conhecimento de todos que a falta de aprendizado tem sido verificada por avaliações nacionais e internacionais na educação brasileira.

O aluno ou aprendiz, que deve ser o foco da educação, ainda não se acostumou com o papel ativo que deve apresentar e desenvolver no processo educacional. Ele desconhece seu importante papel, de protagonista do processo ensino-aprendizagem.

Moran (2006, p. 71) diz que o aluno:

[...] precisa ultrapassar o papel de passivo, de escutar, ler, decorar e de repetidor fiel dos ensinamentos do professor e tornar-se criativo, crítico, pesquisador e atuante, para produzir conhecimento [...] professores e alunos precisam buscar um processo de auto-organização para acessar a informação, analisar, refletir e elaborar com autonomia o conhecimento.

Outro grave aspecto observado é o despreparo dos professores, tutores e autores ao assumirem seu papel perante as atuais mudanças na educação. Preocupam-se mais com o conteúdo do que com a aprendizagem.

Segundo Freire (2005, p. 79) “[...] os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

O educador não pode mais transmitir todo seu conhecimento pronto, acabado, sem permitir que o aprendiz “mediatizado pelo mundo” possa refletir, pesquisar, questionar a utilidade de tais aprendizados para sua vida.

O papel do educador opressor, hoje, passa a ser substituído pelo tutor/orientador que conduz o aprendiz a descoberta, a pesquisa.

Para ensinar é necessário ter formação, graduação, estudo atualizado, rever suas práticas, desenvolver metodologias; abordar temas que permitam independência e que possibilitem maior interação professor x aluno e autonomia ao aprendiz.

Refletindo sobre estas afirmações, Moran (2006, p.71) ainda coloca que:

[...] o professor deverá ultrapassar seu papel autoritário, de dono da verdade, para se tornar um investigador, um pesquisador do conhecimento crítico e reflexivo. [...] deve mudar o foco do ensinar para reproduzir conhecimento e passar a preocupar-se com o aprender e, em especial, o “aprender a aprender”, abrindo caminhos coletivos de busca e investigação para a produção do seu conhecimento e do seu aluno.

Para Maia (2002), a imagem que se tem sobre a EaD é justamente pela falta de interesse e conhecimento sobre a mesma, pois as instituições e seus professores não investem em formação, atualização, estudo para quem a pratica; passando a impressão de cursos mal sucedidos, com qualidade duvidosa, gerando muito preconceito.

Todo o processo de ensino e aprendizagem, mesmo o da EaD, envolve a busca pela formação universal do ser humano, observando-se nesta a presença de características como em:

- Método Montessori, educação autodeterminada pelo aluno, com material didático específico, que busca facilitar a realização das mesmas;
- Educação tecnicista, metade do século XX, nos EUA, com necessidade de planejamento, organização, direcionamento e controle das atividades pedagógicas, com uso de recursos informacionais e audiovisuais;
- Construtivismo de Piaget e Vygotsky;
- Teorias de Paulo Freire.

Maia e Mattar (2007, p. 3) descrevem a concepção de construtivismo como “[...] um processo contínuo de construção, invenção e descoberta por parte do aluno, ressaltando a importância de sua interação com os objetos e os outros seres humanos”.

É neste processo interacional que o aluno se reconhece como sujeito agente da construção do seu conhecimento. Não se sente somente um recipiente passivo onde vão colocando o conteúdo. Esta é a concepção, por Paulo Freire, da educação bancária, onde o professor acha-se o sabedor de todo o conhecimento e busca fazer com que o aluno decore, repita, entenda momentaneamente o conteúdo. Com o passar do tempo tudo é esquecido, torna-se obsoleto.

Para Freire (2005, p. 82) “na concepção bancária” o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos:

[...] esta característica pode ser observada, ainda hoje, em muitas instituições, mas a maior parte delas busca introduzir, aperfeiçoar e desenvolver a prática problematizadora onde [...] vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo.

Dentro de todo este processo de aprender na EaD, observam-se elementos que precisam ser compreendidos e desenvolvidos, como o espaço e o tempo.

3.2 Definição de espaço e tempo na EaD

Quando se está numa sala de ensino presencial, o professor e o aluno interagem no mesmo momento, ou tempo, dentro de um mesmo espaço.

Todas as ações e reações são vivenciadas, sentidas e contribuem para o processo ensino-aprendizagem. Já na EaD, ambos estão separados fisicamente, mas através de diversas atividades síncronas e assíncronas, intermediados pelas TICs, há esta interação.

Belloni (2003, p. 54) entende que:

A interação entre o professor e o estudante ocorre de modo indireto no *espaço* (a distância, descontígua) e no *tempo* (comunicação diferida, não simultânea) o que acrescenta complexidade ao já bastante complexo processo de ensino e aprendizagem na EaD.

Faz-se necessário, incluir no planejamento dos cursos de EaD, a elaboração de atividades síncronas, onde professores e alunos estão conectados numa hora determinada em *chats*, videoconferências interativas ou plataformas virtuais como o *Second Life*. E também, atividades assíncronas, onde permanecem separados no tempo para que o aprendiz possa realizar suas atividades de pesquisa, investigação com interesse e empenho.

Quanto à elaboração destas atividades e do contato com o aluno, Belloni (2003, p. 54) afirma que:

[...] é de extrema importância: o contato regular e eficiente, que facilita uma interação satisfatória e propiciadora de segurança psicológica entre os estudantes e a instituição “ensinante”, é crucial para a motivação do aluno, condição indispensável para a aprendizagem autônoma.

Todas estas atividades são medidas pela denominação tempo real ou virtual, onde se entende *real* o tempo utilizado nas atividades síncronas (com horário determinado) e *virtual*, o tempo utilizado pelo aluno nas atividades assíncronas.

O universo da EaD exige de sua equipe um bom planejamento, seja das atividades (seu tempo, importância; se serão presenciais ou não, etc); do material impresso ou disponibilizado na Internet; da equipe de trabalho (tutores, auxiliares, *designers*, parte administrativa) e de toda tecnologia que será disponibilizada.

Belloni (2003, p. 59) afirma que,

As NTIC's oferecem possibilidades inéditas de interação mediatizada (professor / aluno; estudante / estudante) e de interatividade com materiais de boa qualidade e grande variedade. As técnicas de interação mediatizada criadas pelas redes telemáticas (e-mail, listas e grupos de discussão, webs, sites, etc) apresentam grandes vantagens, pois permitem *combinar a flexibilidade da interação humana* (com relação à fixidez dos programas informáticos, por mais interativos que sejam) *com a independência no tempo e no espaço*, sem por isso perder velocidade.

O bom planejamento permite ter mais qualidade no atendimento ao foco – o aluno/aprendiz – o que permite que a separação tempo/espaço seja vencida.

Para Maia (2007, p. 15) há uma distância a ser vencida – distância transacional, o que possibilita uma maior interação, tanto no aspecto psicológico quanto pedagógico, entre professor e aluno. Esta interação é facilitada pelos diversos recursos multimídia e informacionais. “[...] Quanto maior é a interação entre os participantes de um processo de ensino e aprendizagem, menor a distância transacional”.

Este envolvimento facilita o aprendizado, desenvolve confiança, fortalece a relação e auxilia o aluno, gerando mais diálogo e diminuindo consideravelmente a distância transacional.

Segundo Maia (2005, p. 16), para se trabalhar com a EaD há a necessidade de se ter “[...] muita habilidade para facilitar o grau de diálogo que seja suficiente e adequado para determinados alunos”, o que torna a prática pedagógica trabalhosa e “[...] requer o envolvimento de muitas habilidades diferentes e exige que estas habilidades sejam sistematicamente organizadas e aplicadas”.

Este planejamento e desenvolvimento da prática pedagógica voltada para o aluno, devem procurar desenvolver sua autonomia, para que este possa construir sua organização, as melhores práticas ou atividades auxiliando-o a chegar ao conhecimento pretendido. “Cada aluno pode agora interagir com as idéias dos outros, no seu próprio tempo e ritmo, o que não era possível no passado, nem na educação convencional nem na EaD” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 17).

Todo o processo educacional de EaD, composto de todos estes elementos citados até agora, contribuem imensamente, para a qualidade do curso oferecido.

Quando são observados os elementos constituintes de uma instituição que oferece EaD, na verdade questiona-se se estão em harmonia com os referenciais de qualidade.

A quebra ou falha em um destes aspectos pode afetar absurdamente a qualidade e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno.

3.3 Referenciais de qualidade para educação superior a distância/MEC/agosto de 2007: uma análise

Devido ao avanço da oferta de cursos na modalidade EaD no país, em 2003 foram publicados pelo MEC os Referenciais de Qualidade para EaD que na verdade, correspondem aos estudos realizados por uma comissão determinada pelo órgão federal, composta por especialistas nesta modalidade de ensino. Em agosto de 2007, houve uma nova publicação, que atualizou a anterior e que deve ser seguida integralmente pelas IES (Instituições Ensino Superior) que a oferecem.

Seu principal objetivo é garantir um aprendizado que contemple uma formação para o mundo do trabalho (técnico-científico) e cidadão (política).

Estes referenciais se interpenetram, envolvendo em sua análise toda estrutura física da instituição, seus recursos pedagógicos, a

administração e sua infra-estrutura. Estudá-los neste capítulo faz-se necessário.

3.3.1 Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem

É o desenho do curso com seus referenciais teóricos - práticos, seus objetivos, conteúdos, currículos, estudos e reflexões, visando o perfil do aluno que se deseja alcançar. Abrange o desenvolvimento do material impresso e on-line; a definição da tutoria, da equipe de apoio descentralizada; a definição da linguagem de comunicação e dos processos avaliativos.

Este referencial determina o oferecimento de informações sobre os recursos informacionais e multimídias que serão utilizados durante o curso, buscando estruturar o currículo dentro da interdisciplinaridade e da contextualização, não permitindo que se perca de vista o processo de ensino e aprendizagem.

Orienta que o aluno deve receber informações de como funciona um curso a distância, quais os conhecimentos que precisa dominar e quais habilidades lhe serão exigidas, principalmente, e com referência aos meios tecnológicos e informacionais.

Descreve que o sistema avaliativo deverá detectar quais os pontos de dificuldade apresentados pelo aluno e este terá garantido o respeito ao seu ritmo de aprendizagem.

3.3.2 Os sistemas de comunicação dentro da EaD

A educação a distância deverá proporcionar ao aluno acesso aos meios de comunicação e às inovações tecnológicas de informação.

Este acesso é a garantia da interação⁹ e da interatividade¹⁰ necessárias para que ocorra o processo de ensino e aprendizagem;

⁹ Interação – participação do indivíduo no processo de ensino-aprendizado.

professores, tutores e os próprios alunos se comunicarão, promovendo o incentivo à continuidade do estudo e à pesquisa, permitindo-lhe compartilhar os projetos e a construção do conhecimento.

A EaD é, na realidade, um instrumento de inclusão, na medida em que promove a inserção do aluno ao mundo da cultura digital que caracteriza o mundo contemporâneo.

Segundo Moran (2006, p. 14), ensino de qualidade envolve “[...] uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infra-estrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas”.

O sistema de comunicação na EaD é primordial, pois ele permitirá ao aluno ter acesso ao material didático e seus conteúdos; receber orientação relativa ao aprendizado; possibilitará a interação professor – aluno – tutor – colegas - coordenadores do curso e também, poderá se comunicar com as áreas administrativa e acadêmica.

Os processos pedagógicos devem oferecer aos alunos os meios de comunicação como telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fóruns de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc. para que eles possam se comunicar com seus professores, tutores e com seus colegas de turma.

Devem ser contemplados momentos presenciais, onde serão observadas a área do curso e a metodologia utilizada.

Todos os elementos do sistema de comunicação buscam ajudar o aluno a diminuir o sentimento de isolamento, para que haja momentos de interação e cooperação entre os estudantes, elevando a qualidade do curso e diminuindo a evasão.

Segundo os Referenciais (2007, p. 11-12), o projeto político pedagógico do curso deve conter os seguintes itens:

- Como se dará a interação entre estudantes, tutores e professores ao longo do curso, em especial, o modelo de tutoria;

¹⁰ Interatividade – é a ação em si; relação de bivalência.

- Quantificar o número de professores/hora disponíveis para os atendimentos requeridos pelos estudantes e quantificar a relação tutor/estudantes;
- Informar a previsão dos momentos presenciais, em particular os horários de tutoria presencial e de tutoria a distância, planejados para o curso e qual a estratégia a ser usada;
- Informar aos estudantes, desde o início do curso, nomes, horários, formas e números para contato com professores, tutores e pessoal de apoio;
- Assegurar o *feedback* aos alunos;
- Assegurar flexibilidade no atendimento ao estudante, oferecendo horários ampliados para o atendimento tutorial.

Todas essas referências acentuam a preocupação com a qualidade do ensino ofertado aos alunos. Moran (2006, p. 22) diz que:

Uma das tarefas principais da educação é ajudar a desenvolver tanto o conhecimento da resposta imediata como o de longo prazo; tanto o que está ligado a múltiplos estímulos sensoriais como o que caminha em ritmos mais lentos, que exige pesquisa mais detalhada, e tem de passar por decantação, revisão, reformulação.

3.3.3 O material didático utilizado na EaD

Todo o material didático deve estar envolvido com o projeto político-pedagógico, facilitando a construção do conhecimento, aproximando o aluno e o professor. Deve ser rigorosamente pré-avaliado ou testado, buscando corrigir os pontos de ajuste, visando seu aperfeiçoamento.

Deve, ainda, desenvolver habilidades e competências específicas, utilizando um conjunto de mídias compatíveis; além de materiais impressos, vídeos, programas televisivos e de rádio, videoconferências, CD-Roms, páginas WEB; envolvendo as diferentes formas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo.

Para a realização de todo este processo, a equipe multidisciplinar deve estar integrada, auxiliada por especialistas em desenho instrucional, ilustração, diagramação etc.

A Instituição deve oferecer aos alunos um Guia Geral do Curso (impresso e/ou em formato digital) que os oriente quanto a seus direitos, deveres e normas de estudo a serem adotadas; contenha informações gerais sobre o curso; os materiais disponíveis, impressos ou digitais, garantindo flexibilidade e diversidade; defina as formas de interação entre professores, tutores e colegas; oriente quanto ao sistema de acompanhamento, avaliação e outras informações.

Quanto ao conteúdo, deverão ser disponibilizadas ao aluno informações referentes ao: processo de ensino e aprendizagem; equipe de docentes responsável pela gestão do processo de ensino; equipe de tutores e os horários de atendimento; cronograma (data, horário, local) do sistema de acompanhamento e avaliação.

Com relação à construção do material didático deve ser garantida a união entre os conteúdos trabalhados, permitindo a interação entre os sujeitos envolvidos no projeto. Deve conter diretrizes pedagógicas, segundo orientação do MEC e com atualização permanente; ter uma linguagem dialógica, permitindo o autodesenvolvimento do aluno, detalhar as competências cognitivas, habilidades e atitudes que o aluno deverá alcançar, permitindo a auto-avaliação; oferecer atendimento alternativo para alunos com deficiência e indicar bibliografia, sites complementares, buscando incentivar o aprofundamento e a complementação da aprendizagem.

3.3.4 Avaliação: vista como elemento de contribuição para o aprendizado

Este referencial está dividido em duas dimensões:

I) Direcionado ao processo de aprendizagem:

A “[...] *avaliação da aprendizagem*: deve buscar “desenvolver” graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes”; deve ser um processo contínuo de *acompanhamento dos estudantes*, buscando identificar suas dificuldades na aprendizagem e corrigi-las durante o processo de ensino e aprendizagem.

Deve contemplar avaliações a distância e presenciais, observando a confiabilidade e credibilidade dos resultados; além da defesa de trabalhos de conclusão de curso e atividades relacionadas a laboratório de ensino, estágios obrigatórios, entre outros.

II) Relativo à avaliação institucional:

A *avaliação institucional* estabelece que a Instituição deve passar por freqüente sistema de ouvidoria e avaliação, tanto do sistema pedagógico quanto administrativo. Este referencial visa aprimorar a qualidade do processo pedagógico, observando também as correções indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Deve envolver todos os participantes desta modalidade educacional: alunos, professores, tutores e quadro técnico-administrativo, tendo o respectivo referencial como base para a qualidade do curso superior.

O processo contínuo de avaliação deve envolver:

- *Organização Didático-pedagógica*: contempla os aspectos de aprendizagem dos estudantes; práticas educacionais dos professores e tutores; material didático; currículo; sistema de orientação docente e à tutoria; ao modelo de EaD adotado e a realização de convênios e parcerias com outras instituições;

- *Corpo Docente, Corpo de Tutores, Corpo Técnico-Administrativo e Discentes*: envolve avaliações do corpo docente (formação e experiência na área de ensino); corpo de tutores (qualificação adequada ao projeto); corpo técnico-administrativo (integrado ao curso/prestação e suporte); apoio à participação dos estudantes (atividades);
- *Instalações físicas*: compõe a avaliação da infra-estrutura material (suporte tecnológico, científico e instrumental); infra-estrutura material dos pólos de apoio presencial; existência de biblioteca (acervo mínimo para consulta a bibliografia e material didático); sistema de empréstimos de livros e periódicos (bibliografia mais completa).

A principal meta da avaliação é contribuir para o desenvolvimento do aluno e de seus conhecimentos; deve considerar etapas de auto-avaliação e avaliação externa.

3.3.5 Equipe multidisciplinar: elementos que asseguram o processo de ensino e aprendizagem

É toda a composição dos recursos humanos que permite a estruturação e o funcionamento do curso de EaD.

A equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais que exerçam funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos, procurando a constante qualificação, para garantir um curso de qualidade.

É composta de:

- Docentes - devem ser altamente qualificados, sendo capazes de: estabelecer fundamentos teóricos do projeto; selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado com

procedimentos e atividades pedagógicas; referenciar competências cognitivas, habilidades e atitudes; definir bibliografia, videografia, iconografia e outros; elaborar material didático para programas a distância; realizar gestão acadêmica, motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes; além de avaliar-se continuamente.

Deve fazer parte do quadro de coordenação do curso de cada disciplina, pelo sistema de tutoria; apresentar qualificação correspondente ao cargo e participar com frequência, de cursos de capacitação e atualização profissional.

- *Tutores* - compõem o quadro diferenciado das IES, é o sujeito que participa ativamente da prática pedagógica; contribui no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem; acompanha e avalia o projeto pedagógico;
- *Tutoria a distância* - media o processo pedagógico entre o estudante e o ensino; esclarece dúvidas através de fóruns pela Internet; pelo telefone; participa das videoconferências; promove espaços de construção coletiva de conhecimento; seleciona material de apoio e de sustentação teórica aos conteúdos; participa dos processos avaliativos (ensino-aprendizagem) com os docentes;
- *Tutoria presencial* - atende aos estudantes nos pólos, com horários pré-estabelecidos; auxilia os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo; incentivando-os à pesquisa; esclarecendo dúvidas quanto aos conteúdos ou ao uso das tecnologias disponíveis; participa de avaliações, aulas práticas em laboratório e estágios supervisionados.

É importante que ambos os tutores (presencial e a distância) dominem o conteúdo; incentivem o aluno; possuam visão crítica e global; estimulem a busca pelo conhecimento e a habilidade com as TICs. Devem participar de programas de capacitação para o domínio específico do conteúdo; em mídias de comunicação, em fundamentos da EaD e modelos de tutoria.

- *Corpo Técnico-Administrativo* - envolve a parte administrativa e tecnológica.

Na área tecnológica, são os profissionais que trabalham no pólo presencial, no suporte técnico de laboratório, biblioteca, serviços de manutenção e zeladoria de materiais e equipamentos tecnológicos. Trabalham nas salas de coordenação dos cursos e nos centros de EaD das Instituições. Auxiliam no planejamento do curso, apoio aos professores conteudistas (produção de material didático em diversas mídias), suporte e desenvolvimento dos sistemas de informática e suporte técnico aos estudantes.

Na dimensão administrativa, funciona com a secretaria acadêmica, no registro e acompanhamento de procedimentos específicos (matrícula, avaliação, certificação de alunos; cumprimento dos prazos e exigências legais em todas as instâncias acadêmicas); apoio ao corpo docente e aos tutores (tanto presenciais quanto a distância); distribui e recebe material didático; atende aos alunos usuários de laboratórios e bibliotecas.

Dentro desta área, destaca-se o *coordenador do pólo de apoio presencial*, responsável pelos processos administrativos e pedagógicos que se desenvolvem na unidade; precisa conhecer os projetos pedagógicos dos cursos; estar atento aos calendários; zelar pelo bom funcionamento dos equipamentos; supervisionar o trabalho desenvolvido na secretaria da unidade, bem como registro de ocorrências (notas, disciplinas ou módulos cursados, freqüências, transferências etc). Deve possuir prévia experiência acadêmica, administrativa e, no mínimo, ser graduado.

3.3.6 Infra-estrutura de apoio

Correspondente à oferta de material, proporcional ao número de alunos, recursos tecnológicos envolvidos e representa um significativo investimento para a instituição.

Infra-estrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou *stand alone* e outros.

Corresponde, também, aos centros de documentação e informação ou midiotecas (bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc) dando suporte a estudantes, tutores e professores.

A infra-estrutura física deve estar disponível, tanto na rede da instituição, quanto nos pólos de apoio presencial.

Constitui-se ainda de:

- *Coordenação acadêmico-operacional nas instituições* – compõe-se de equipe de coordenação acadêmica e de tutoria e salas de coordenação operacional.

Estas dão suporte ao planejamento, produção e gestão dos cursos a distância; buscando garantir a qualidade, ações e políticas da educação a distância, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Constitui-se por coordenador de curso, coordenador do corpo de tutores, professores coordenadores de disciplina, tutores, auxiliares de secretaria, profissionais das diferentes tecnologias.

- *Pólo de apoio presencial* - a portaria normativa n. 02/2007 do MEC, diz que “[...] é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a

distância”. A unidade garante a relação das avaliações, das defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico, estágio obrigatório, orientação aos alunos pelos tutores, videoconferência, atividade de estudo individual ou em grupo, utilização do laboratório de informática e da biblioteca. Garante o atendimento com horário diversificado ao aluno, em todos os dias úteis da semana, incluindo sábado, nos três turnos.

Estes pólos permitem a viabilização da expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação no país, asseguram a qualidade dos conteúdos ofertados por meio da disponibilização de materiais para pesquisa e recursos didático-práticos e laboratoriais.

Os pólos devem possuir *biblioteca* com acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados; deve ser disponibilizado em diferentes mídias; informatizado, permitindo consultas on-line para empréstimos de livros e pesquisas que facilitem o acesso ao conhecimento. A biblioteca deve possuir espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo.

- *Laboratório de informática* - ambiente equipado que permita a interação entre os alunos, docentes, coordenador do curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do curso. Deve ser de livre acesso para consulta à Internet, realização de trabalhos, enfim, um espaço de promoção de inclusão digital.

Deve possuir quantidade de equipamentos compatíveis ao número de estudantes atendidos.

No pólo presencial deve haver recursos de multimídia e computadores modernos, com leitores de DVD e/ou CD, ligados em rede com acesso a Internet banda larga; laboratório com refrigeração e iluminação apropriadas.

- *Secretaria do pólo e as salas de tutoria* - esta secretaria concentra toda a logística de administração acadêmica e operacional do pólo. Os espaços para a tutoria são pequenas salas para atendimento de pequenos grupos e salas mais amplas para grandes grupos.
- *Laboratórios de ensino* - são as bases das atividades experimentais as quais são essenciais para a garantia de qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Deve contar com técnicos em informática e técnicos para os laboratórios de ensino específicos; pessoal capacitado para manutenção e conservação do acervo bibliográfico, dos equipamentos e das instalações físicas do local, além de pessoal de limpeza e serviços gerais.

A instituição de EaD deve ter uma equipe capacitada para atender os estudantes em suas necessidades.

3.3.7 Gestão acadêmico-administrativa

Envolve os diversos processos da instituição, devendo ser asseguradas as mesmas condições e suporte do curso presencial. Deve neste sentido, oferecer ao aluno acesso aos serviços disponíveis ao ensino tradicional como: matrícula, inscrições, requisições, informações institucionais, de secretaria, tesouraria, etc.

É preciso, dentro da observância deste referencial, gerenciar e supervisionar os processos de tutoria, produção e distribuição de material didático, acompanhamento e avaliação do estudante, buscando incentivá-lo para que este não abandone o curso.

Consta neste referencial, a necessidade da instituição de *explicitar seu referencial de qualidade no processo de gestão*, oferecendo serviços básicos como:

- Sistema de administração e controle do processo de tutoria;
- Sistema de controle da produção e distribuição do material didático;
- Sistema de avaliação de aprendizagem;
- Banco de dados do sistema como um todo (cadastro de estudantes, professores coordenadores, tutores, etc);
- Cadastro de equipamentos e facilidades educacionais do sistema;
- Sistema de gestão dos atos acadêmicos (inscrição, trancamento de disciplinas e matrícula);
- Registros dos resultados de todas as avaliações e atividades realizadas pelo estudante; recuperação e possibilidade de certificações parciais;
- Sistema de autonomia ao professor para elaboração, inserção e gerenciamento de seu conteúdo, com liberdade e flexibilidade.

3.3.8 Sustentabilidade financeira da instituição

Os investimentos para abrir e manter uma instituição que ofereça cursos a distância são altíssimos, por isso inicialmente a relação custo/benefício somente deve ser considerada em médio prazo.

Para que haja a garantia da continuidade, a instituição deve montar uma planilha de custos do projeto como um todo, em consonância com o projeto político-pedagógico e com previsão de seus recursos. Esta deve prever: *investimentos* de curto e médio prazos, como produção de material didático, implantação do sistema de gestão, equipamentos de comunicação, gestão, laboratórios e implantação dos pólos descentralizados, entre outros.

Deve ser elaborada a planilha de custos com equipe docente, equipe de tutores, equipe multidisciplinar, equipe de gestão do sistema, recursos de comunicação, distribuição de material didático e sistema de

avaliação e, ainda uma planilha de oferta de vagas, especificando claramente a evolução da oferta a longo prazo.

Todos estes dados estão referenciados no documento do MEC de agosto de 2007, chamado Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, os quais devem ser rigorosamente observados, tendo-se em vista a maior preocupação do órgão federal que é garantir ao *aluno* de EaD uma educação de *qualidade inquestionável*.

3.3.9 A verificação do processo ensino e aprendizagem

Após a análise feita, observa-se a orientação do MEC e sua preocupação com a *qualidade* do ensino ofertado, já que a modalidade de Educação a Distância é recente no país e precisa ser constantemente aperfeiçoada.

Na opinião de Maia (2002, p.105),

[...] a base principal das práticas de qualidade nos projetos e processos de educação superior é garantir, continuamente melhorias na criação, aperfeiçoamento, divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

A construção e o desenvolvimento do conhecimento ocorrem por meio da interação, mas se este conhecimento não tiver uma utilidade ou aplicabilidade, perde-se ou torna-se obsoleto.

Partindo deste pensamento propõe-se o desenvolvimento de um sistema avaliativo que contribua para detectar onde os processos de ensino ou de aprendizagem estão falhando, bem como, uma reflexão sobre os elementos envolvidos.

É claro que este é apenas um esboço de projeto que poderá ser melhorado, aperfeiçoado com a contribuição das diversas áreas que envolvem o conhecimento.

As IES devem incentivar seus alunos para o senso de pesquisa, pois a partir dele, poderão ser desenvolvidos e estruturados projetos que solucionarão ou melhorarão a vida em sociedade.

O ser humano deve ser instigado a pensar e a refletir, pois segundo Freire (2005, p. 75), quando “[...] os homens se sentem proibidos de *atuar*, quando se descobrem incapazes de usar suas faculdades, *sofrem*”.

CAPÍTULO 4

APRENDIZAGEM EM EaD:

processo formador do ser humano integrado a sua realidade

Durante todo o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se compreender a evolução da educação, as influências por ela absorvida, o surgimento da EaD, suas definições, a importância das TICs para o futuro das IES, os princípios norteadores da qualidade e faz-se necessário, neste momento, compreender o novo papel desempenhado pelo aluno, pelo professor e pela instituição, frente aos desafios inovadores da educação.

No decorrer desta análise serão pontuados elementos de relevância no processo ensino-aprendizagem que possibilitarão a avaliação de todo o processo.

4.1 O papel do aluno

A EaD proporciona às pessoas a oportunidade de aprendizagem, sejam elas de onde forem. Liga enormes distâncias através das TICs e possibilita a interatividade com diversas partes do globo. O que no ensino presencial não pode ocorrer.

Esta modalidade criou o “aprendiz virtual”, que passa a ser o foco do processo ensino-aprendizagem na busca daquilo “o que o aluno precisa aprender” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 83).

O processo educacional tem que levar em conta desde seu planejamento como se dará o ensino voltado para a aprendizagem, de um aprendiz que estará distante fisicamente, mas que deverá, contínua e permanentemente, desenvolver suas habilidades e competências relacionadas ao conhecimento específico, em determinada área.

O termo aprendiz virtual designa não somente a pessoa, mas comunidades, organizações, empresas e seus colaboradores.

O maior desafio para o aprendiz da EaD é “[...] desenvolver diferentes abordagens para o seu aprendizado” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 84), sendo que o educador não pode trabalhar com uma pedagogia que oprima, que encha os alunos, mas busque desenvolver a educação problematizadora, pois segundo Freire (2005, p. 67), “[...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

Através deste processo de fazer e refazer, com desafios, ele (aluno/aprendiz) constrói seu conhecimento, percebendo a necessidade da autovalorização, buscando compreender e verificar seu aprendizado, descobrindo as dificuldades e os caminhos para saná-las.

A aprendizagem se efetuará quando o conhecimento se fixar na memória de longo prazo, pois é através dela que se processam conexões e associações vivenciadas pelo indivíduo.

Para Lévy (2006, p. 78) a diferença da memória de curto prazo “memória de trabalho” é a repetição para “decoreba”; já na memória de longo prazo o conhecimento é armazenado “[...] numa única e imensa rede associativa, cujos elementos difeririam somente quanto à força e número das associações que os conectam”.

A construção do conhecimento dá-se em cada indivíduo a um tempo e de um modo específico, pois cada um possui sua maneira associativa e conectiva de fixar este conhecimento. Daí a importância da busca, pesquisa e auto-avaliação pelo próprio aprendiz.

O aprendiz virtual deve ter um perfil de auto-determinação, orientação, capacidade de decisão, seleção e organização. Deve saber utilizar um computador; saber compartilhar; dividir experiências pessoais e educacionais; ser dedicado, pois esta modalidade de ensino exige horas de estudos organizadas e mais extensas; ter autonomia; desenvolver atitudes e estratégias de estudo próprias; ter facilidade para lidar com novas tecnologias, além de muita motivação.

Para Maia; Mattar (2007, p. 85), o aprendiz virtual deve saber auto-administrar seu estudo e automonitorá-lo, procurando “[...] buscar, encontrar, selecionar e aplicar” o conhecimento adquirido e não mais estar apenas passivo, recebendo-o e memorizando-o.

Observa-se, assim, que ao aprendiz é dada extrema responsabilidade sobre o processo de sua aprendizagem, pois este aprende a gerenciar, organizar e definir suas metas na mesma. Salienta-se, portanto, a necessidade de seu comprometimento com o aprendizado. Este passa a ser interativo, interacional, cooperativo, colaborativo e criacional.

O aprendiz deverá participar de atividades virtuais, dando sua opinião, lendo as opiniões do seu grupo, respeitando-as; organizando-se para os fóruns; interagindo com os demais; cooperando com o desenvolvimento das atividades pelo grupo, buscando desenvolver sua criatividade; construindo uma comunidade e sendo um “participante ativo”.

Observa-se estas novas características na aprendizagem autônoma, pois para Belloni (2003, p. 39), o processo de ensino e aprendizagem está:

[...] centrado no aprendente, cujas experiências são aproveitadas como recurso do aprendente, considerado como um ser autônomo, gestor de seu processo de aprendizagem, capaz de autodirigir e auto-regular este processo.

O ato de colaborar na EaD propicia ao aprendiz vivenciar o respeito às opiniões dos outros, a solidariedade, o envolvimento, proporcionando um aprendizado transformador, significativo e de consistência. Desenvolve a responsabilidade e a organização, pois precisa

cumprir os prazos, respeitar as atividades programadas, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, além de exigir elevado senso crítico.

A busca de soluções para os problemas, o respeito à divisão das tarefas e ao aprendizado do outro são habilidades que também são trabalhadas na EaD.

É importante salientar que o *aprendiz* de EaD deve ser extremamente organizado, pois necessitará desenvolver um calendário próprio para os estudos, realizar as atividades, até com datas para descanso. Justamente por não haver diariamente encontros presenciais, o aprendiz precisa conscientizar-se do tempo para leituras, pesquisa na Internet e nas bibliotecas, a necessidade de realizar sínteses, anotações e buscar orientações para suas dúvidas.

Para Moran (2006, p. 13), educar é construir, participar, colaborar, para que os indivíduos construam sua personalidade, sua identidade, sua vida através da vivência e convivência com as diversidades sociais e culturais. Mas, ensinar “[...] depende também do aluno querer aprender e estar apto a aprender em determinado nível (depende da maturidade, da motivação e das competências adquiridas)”.

A plenitude do processo da aprendizagem pelo aluno volta-se para a construção/formação do cidadão pleno, preocupado com a realidade social de seu país. Torna-o consciente de seu papel como *sujeito* produtor de seu próprio conhecimento, contribuindo para a renovação do meio onde vive, inclusive na busca por soluções e inovações tecnológica e científica.

Belloni (2003, p. 42) acentua que “[...] na aprendizagem autônoma, ao contrário, o estudante não é objeto ou produto, mas o *sujeito ativo* que realiza sua própria aprendizagem”.

4.2 Professor – seu novo papel frente a EaD

O professor na EaD passa a desenvolver uma função muito importante e que envolve vários papéis.

Muito se pensou que seu papel seria substituído por softwares ou máquinas especializadas, mas pelo contrário, este adquiriu novas

roupagens, tornando-se uma equipe que envolve também designers gráficos, autor, técnico, tutor, monitor, etc., a qual forma uma instituição que coordena e planeja todo o processo de ensino.

Os seus desafios envolvem: - ser professor *autor*, cuja função será organizar e elaborar conteúdos; buscando desenvolver habilidades de foco nos mesmos; planejar o material com tempo suficiente para o aluno realizar suas atividades; definir letras, cores, fundo da imagem e tamanho; escolher materiais visuais como gráficos, mapas, figuras, etc; planejar sons e animações, além de ter domínio sobre recursos de multimídia (MAIA; MATTAR, 2007, p. 90).

Outra função é trabalhar como *designer de curso* (gráfico e visual), sendo responsável pela tecnologia educacional; planejamento geral de cursos e disciplinas; desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem para acompanhamento do aprendizado do aluno.

Poderá ser *consultor*, realizando a função de monitoria e coordenação de diversos grupos de professores on-line.

O professor *tutor*, ensina a distância; organiza a classe virtual; define o calendário, os objetos do curso; divide grupos e busca a interação dos alunos. Deve acompanhar o *aprendizado* dos alunos, coordenar o tempo de acesso ao material e realização das atividades, inclusive com relação aos prazos.

O tutor desempenha o papel administrativo e organizacional. É responsável pelo primeiro contato com a turma; deve facilitar a apresentação dos e entre os alunos; envia mensagens; realiza o *feedback* mais rápido e torna-se o mediador cordial entre todos. Deve promover o senso de comunidade e para tanto deve possuir “[...] elevado grau de inteligência interpessoal” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 91).

Na verdade, o professor tutor interconecta a instituição, os alunos e a si, com um papel social, de *feedback*, não permitindo que o aluno sinta-se sozinho ou isolado.

Na parte pedagógica e intelectual, deve elaborar atividades, incentivar, questionar, relacionar comentários, coordenar as aulas e atividades, sintetizar idéias, avaliar, interpretar os diversos tipos de textos, buscando incentivar a construção do conhecimento.

Cabe a ele, acompanhar as avaliações dos alunos, informá-los sobre os critérios desta, trabalhando como facilitador da aprendizagem, orientador, propiciando a interação coletiva.

4.2.1 Definição de aprendizagem significativa

Pode-se dizer que sob o foco da EaD, o professor adquire novas possibilidades de trabalho, o que exige dele novos conhecimentos, atualização contínua e *avaliação* permanente do processo de ensino, tendo como objetivo facilitar o acesso do aluno à aprendizagem significativa.

Toda aprendizagem significativa não possui valor senão mediada pela “[...] atitude e comportamento do professor”, pois para Moran (2006, p. 144), o professor precisa ser para o aluno uma “ponte rolante” que permita que ele “chegue aos seus objetivos”. O seu trabalho pedagógico será “a forma de apresentar e tratar o conteúdo ou tema” que ajudará o aluno no processo de “interaprendizagem” (socialização do conteúdo pesquisado, coletado, relacionado, manipulado, construído) que ele (aluno), enquanto pessoa, poderá incorporar o conhecimento, ajudando a “compreender sua realidade humana e social, e mesmo a interferir nela”.

Este processo ocorre com o auxílio das TICs, pois são elas que permitem o acesso a múltiplas buscas, pesquisas variadas, investigações virtuais. Segundo Assmann (2005, p. 19), elas “[...] participam ativamente do passo da informação para o conhecimento”, sendo que o aprendiz / aluno experimenta novas possibilidades dentro das suas habilidades para chegar ao seu próprio conhecimento. Sente-se “livre” para buscar caminhos dentro das suas conexões cognitivas para alcançar seus objetivos. Assmann (2005, p. 19) ainda diz que surge “[...] uma incrível multiplicação de chances cognitivas, que convém não desperdiçar, mas aproveitar ao máximo”.

Aqui se vê, claramente, a importância da *qualidade* do trabalho do professor autor e do tutor, pois um possibilitará os temas que levarão o aluno a pesquisar um determinado assunto e o outro, aguçará seu senso de

pesquisa, de criatividade, de transformação desta busca no próprio conhecimento, ou aprendizagem significativa.

Para Assmann (2005, p. 21) “[...] o processo do conhecimento se transforma intrinsecamente em uma versatilidade de iniciativas, escolhas, opções seletivas e constatações de caminhos equivocados ou propícios”, o que permite a construção do conhecimento por parte do aluno.

Encontra-se aqui, mais uma vez, a importância do direcionamento da prática pedagógica, onde o professor tutor procurará trabalhar, não a *quantidade* de informações, mas a *qualidade* destas, pois ambos devem estar conscientes do ato do “aprender a aprender” através do acesso “[...] a informação, onde buscá-la e *o que fazer com ela*” (MORAN, 2006, p. 71).

4.2.2 Renovação de atitudes – a nova visão da educação formadora de seres humanos conscientes

Acredita-se que a renovação das atitudes do professor frente às novas possibilidades de se chegar ao conhecimento são reflexões e atitudes que estão ocorrendo tardiamente, pois a educação baseada no que diz Paulo Freire como “educação bancária”, saturou o sistema educacional e devido às novas tecnologias não satisfaz, com a mesma velocidade que estas, a construção do conhecimento.

Freire defende que o professor tem que ser problematizador, pois instigará o aluno a buscar soluções, a ter criatividade frente aos problemas, associando seu conhecimento já adquirido às pesquisas e criações realizadas. O que permitirá torná-lo cidadão/ser humano consciente, atuante e transformador.

Segundo Freire (2005, p. 77), a educação problematizadora permite “[...] a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais,

oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

O educador sai do centro do processo ensino-aprendizagem, e dá lugar para ao “sujeito cognoscente” - o aluno; ambos constroem uma educação pautada no respeito mútuo. De um lado, o ser humano limitado, que não é sabedor de tudo, mas que busca aprender com o aluno. De outro, o sujeito agente e construtor, que compartilha saberes e descobertas, buscando aprender e ensinar com o professor.

Este processo em relação à construção do conhecimento, para Freire (2005, p. 78) é o:

[...] objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educando, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador – educandos.

Educar passa a ser um processo de conceder *autonomia*, ou seja, liberdade para participar, interagir, libertar, respeitando-se as diferenças, onde há incentivo e apoio. Neste processo, o educador precisa estar maduro e consciente, ser uma pessoa entusiasmada, aberta que saiba motivar e dialogar, seja capaz e solidário.

Moran (2006, p. 17) diz que “[...] aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar a novas descobertas e a novas sínteses”.

No processo de ensino e aprendizagem, um leva ao outro. Quando uma parte deste processo falha, afeta integralmente o outro. Neste caso, quando o educador sente-se incapaz de possibilitar a construção do conhecimento no aluno, este sofre, pois não aprende a desenvolver suas habilidades dentro de determinadas competências. Portanto, há a necessidade do aperfeiçoamento contínuo, do domínio pelo professor das novas tecnologias, onde este deve ensinar o aluno a pensar; a aprender a raciocinar; a organizar o seu discurso, sob alguns critérios; a buscar razões convincentes; explicações corretas, com argumentação coerente; a

“[...] desenvolver a lógica e a sintaxe que estão inseridas na linguagem” (MORAN, 2006, p. 18).

O principal papel do professor, hoje, é o de pesquisador, mediador e orientador. Segundo Moran (2006, p. 30), este orientador e mediador se dividem em:

- a) Orientador/mediador intelectual - ajuda na escolha de informações, permitindo a construção de significado pelo aluno, para que este as compreenda, avalie, adapte ao mundo em que vive (seu contexto) e adquira sínteses provisórias;
- b) Orientador/mediador emocional - motiva, estimula, organiza, dá noções de limite e equilíbrio, com credibilidade e franqueza;
- c) Orientador/mediador gerencial e comunicacional - é quem organiza os grupos, as atividades de pesquisa, o ritmo, as interações, cuida do processo avaliativo; mediatiza a instituição, os alunos e a comunicação; organiza o equilíbrio entre o planejamento e a criatividade; atua como orientador comunicacional e tecnológico; ajuda a desenvolver a interação, a sinergia, a troca de linguagens e conteúdos;
- d) Orientador ético - ensina a assumir e vivenciar valores construtivos, individual e social, constrói valores, idéias, atitudes baseados na liberdade, cooperação, integração pessoal; trabalha os valores sensorial – intelectual – emocional – ético de cada aluno.

Nestas características descritas por Moran (2006), o papel do professor não se limita mais ao mero transmitir de conhecimentos prontos, mas a uma imensa diversidade de funções.

É claro que o professor não será colocado como o principal problema para se atingir a qualidade do processo ensino-aprendizagem almejado, mas seu papel é de grande importância. Sua função não desapareceu, mas adquiriu novas dimensões.

Suas práticas pedagógicas devem contribuir para “[...] formar para a cidadania, como sujeito histórico e transformador da sociedade, e contribuir para a produção do conhecimento, compatível com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo” (MORAN, 2006, p. 72).

O processo de ensino e de aprendizagem na EaD devem proporcionar ao aluno/aprendiz uma formação completa, onde ele através das TICs, consiga buscar soluções, saiba administrar as relações cotidianas e interaja no processo de formação da sociedade onde vive. Para Moran (2006, p. 82) esta é uma *visão holística* que “[...] implica pensar coletivamente, uns dependendo do sucesso dos outros, das parcerias, do trabalho coletivo”.

E, com este pensamento, procura-se desenvolver um processo avaliativo que conduza o aluno a refletir sobre sua contribuição (científica – filosófica - política) para a sociedade em que vive. Quantos vêm-se presos, amarrados por procedimentos de ensino que não permitem que sua criatividade, dialogicidade cooperação trabalhem para o bem comum. Por isso, Moran (2006) ainda diz que a educação deve:

[...] oferecer situações de problematizações, fazendo refletir sobre a realidade para que os alunos aprendam a administrar conflitos, pensamentos divergentes, respeitar a opinião dos outros, saber contra-argumentar sem que esse processo seja de luta, agressão e competitividade.

Os professores e os alunos, mediados na EaD pelas TICs, devem comunicar-se, dividindo e trocando experiências, fortalecendo o diálogo e a troca de experiências para que o processo de ensino-aprendizagem, se fortaleça e se integre na construção do conhecimento pelo aluno.

Todo o processo educacional na EaD está intrinsecamente ligado à infra-estrutura e à Instituição, sendo analisado no próximo tópico.

4.3 A instituição e seu importante papel na formação do indivíduo

Dentro da análise deste tópico, vê-se a necessidade de refletir sobre o projeto do curso, projeto político-pedagógico, levando em conta a formação do currículo, do ensino, sua infra-estrutura (tanto física quanto humana); sendo na verdade toda a estruturação da Instituição que oferece o curso de EaD.

Os Referenciais do MEC dizem respeito à estabilidade financeira e à garantia ao aluno de poder concluir seu curso. Há a preocupação, não só com a qualidade do ensino oferecido, mas também, com o término ou possibilidade de adaptação a uma nova instituição, caso a que ele cursa venha a encerrar suas atividades, por problemas administrativos e/ou financeiros.

Segundo Maia; Mattar (2007, p. 94-95), as instituições que têm sobrevivido no mercado atual, são empresas “disruptivas” que iniciam suas atividades por baixo, se adaptam às mudanças bruscas de mercado, evoluem com as tecnologias, inovam suas metodologias, possuem pouco pessoal, portanto, têm custo menor e por isso, conseguem sobreviver à evolução do mercado de EaD.

Outro comentário dos autores é que é preciso “[...] mensurar e avaliar constantemente os processos e os resultados”, pois esta modalidade de educação é muito competitiva.

As instituições precisam continuamente, avaliarem-se quanto aos produtos e serviços, investindo na interação e relação com o aluno, para mantê-lo nos estudos, participante do curso, cativando-o com bom tratamento, *feedback* de suas necessidades, com atendimento qualificado.

É necessário administrar os custos fixos separados dos variáveis, entendendo por fixo, prédios, equipamentos, produção do material didático, etc, que devem ser recuperados na operação do negócio. Já os custos variáveis envolvem os professores, os tutores, número de alunos matriculados, número de cursos oferecidos, quantidade de multimídia utilizada no material didático, quantidade de interação prevista com o tutor, ambiente virtual utilizado, atividades síncronas e assíncronas e o nível de evasão dos alunos.

A maior dificuldade das instituições, para Maia; Mattar (2007), seria justamente manter os custos estáveis e melhorar a qualidade e o nível dos cursos oferecidos.

Um modelo de EaD que traz certa segurança ao mercado seria a parceria, por redes ou consórcios, dando especial importância à EaD Corporativa, setor do mercado que cresce imensamente.

Acredita-se que as instituições devam atualizar suas estruturas, seus procedimentos; utilizar e se interar das tecnologias, adequando-se às culturas, buscando o planejamento estratégico, revendo os objetivos alcançados e os não alcançados e principalmente, buscar estratégias para permanecer no mercado com *qualidade*.

4.3.1 Elementos constituintes da instituição

Os elementos que compõem a instituição devem oferecer aos professores, colaboradores e, principalmente, ao aluno condições de trabalho, ensino e aprendizagem harmoniosos e de qualidade.

Para que este objetivo se concretize, são necessários cuidados relativos à metodologia do curso; com um sistema de comunicação acessível, atualizado e funcionando ininterruptamente; garantia de material didático, em que se respeite os direitos autorais, com linguagem acessível, sempre revisado e atualizado, com possibilidade de desenvolvimento e ampliação de significados e pesquisas; material on-line útil, integrado e com capacidade correspondente às máquinas disponíveis aos alunos; equipe multidisciplinar treinada, que atenda às necessidades e dificuldades dos alunos, que busque integrá-lo à Instituição; com professores e tutores responsáveis, engajados, comprometidos e dispostos a auxiliar e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento do aluno.

Cabe aos administradores gerenciar todo o funcionamento financeiro, juntamente com o quadro administrativo da instituição, garantindo a segurança tanto aos colaboradores, quanto e, principalmente, aos alunos.

Apesar de todas estas observações, devem ser analisados alguns aspectos de metodologia e desenvolvimento do curso, estudados por Seixas; Mendes (2006, p. 16-17) numa experiência adotada numa universidade, na implantação de um projeto para estudo de curso de informática.

1) Análise preliminar das condições existentes:

Dimensionamento da demanda;
Requisitos físicos: rede, hardware e software;
Recursos humanos.

2) Implantação do sistema:

Escolha do sistema operacional;
Adoção de uma plataforma de EaD;
Dimensionamento físico de equipamento servidor:
- Número de acessos;
- Banda de rede;
- Processamento;
- Capacidade de memória RAM;
- Capacidade de disco;
- Recursos de backup;
- Requisitos de segurança;
- Aspectos de manutenção preventiva;
- Suporte para funcionamento 24 horas ininterruptamente:
nobreak, climatização.

3) Instalação do sistema operacional:

Requisitos adicionais: PHP, MySQL, Fórum, Listas de Discussão, Servidor de e-mail;
Segurança;
Registro do domínio.

4) Instalação da plataforma de EaD:

Registro junto à instituição desenvolvedora;
Bases do contrato de licença GNU;
Download dos arquivos necessários;
Instalação dos módulos;
Realização de teste de funcionamento.

5) Elaboração da proposta e desenvolvimento do curso:

Elaboração de cronograma geral;
Preparação dos objetivos e conteúdos;
Formatação de conteúdos: livros-texto, exercícios, agendas de atividades, critérios de avaliação, cronograma de *chats* e fóruns;
Dimensionamento e criação de turmas;
Oferecimento do curso;
Acompanhamento do curso;
Avaliação preliminar dos resultados;
Encerramento do curso com avaliação.

A organização das aulas foi realizada em duas partes:

I. Conceitos:

- a. Verificar agenda e dinâmica do curso;
- b. Ler conteúdo do “Material de Apoio”.

II. Atividades práticas:

- a. Fazer um exercício;
- b. Participar do *chat*;
- c. Participar do fórum.

Considerando-se que a EaD está em processo de evolução e aprimoramento, observou-se nas obras de Seixas; Mendes (2006) alguns critérios e referenciais que devem ser estudados por quem pretende implantar um curso de EaD. Verifica-se a necessidade de um estudo de

mercado, de cursos e condições financeiras necessárias para sua implantação; destacando-se a responsabilidade para a qualidade do mesmo.

4.4 A nova visão da avaliação dentro da EaD e as novas possibilidades avaliativas

O instrumento “Avaliação” é utilizado para verificação do que o aluno conseguiu aprender ou não, mas pode também ser utilizada na mediação dos objetivos que a instituição e seus colaboradores alcançaram ou não.

Para Campos et al. (2003, p. 115) a

[...] avaliação educacional é um domínio bastante complexo porque reúne uma filosofia educacional, uma teoria de aprendizagem e uma metodologia de ensino, para se verificar se e em que nível os objetivos e metas do processo educacional foram atingidos.

Até os dias atuais, causa grande preocupação o sistema de avaliação, pois por muito tempo o mesmo foi utilizado como forma punitiva, de castigo, onde o aluno era medido em conteúdo decorado e não aprendido.

Através deste processo (avaliativo) viu-se a prática pedagógica negativa, de acúmulo de conteúdos, onde segundo Freire ocorre a prática “bancária” da educação: quanto mais conteúdo, melhor o professor; quanto menos nota e mais “decoreba”, pior o aluno.

Para melhor entendimento pode-se observar o quadro 3 abaixo:

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Tradicional ou classificatório	Crítico ou comprometido com a aprendizagem
Acompanhado de um clima de tensão	Ambiente amistoso durante o trabalho
O erro deve ser corrigido com punição	O erro é considerado fonte de aprendizagem
Provas como etapa final do processo de aprendizagem	As provas são uma etapa intermediária do processo de aprendizagem
Não exige grande comprometimento do professor com o desenvolvimento do estudante	Exige grande comprometimento do professor com o desenvolvimento do estudante
Valoriza o fracasso, na medida em que impede que o erro seja corrigido	Valoriza o sucesso, pois estimula a superação de deficiências
Deteriora a auto-estima	Reforça a auto-estima
Normalmente é angustiante para o professor que percebe as limitações do sistema sem, contudo, ver alternativas para o mesmo	Confere ao professor maior controle dos resultados de seu trabalho, tornando menos angustiante o processo de avaliar
Não dá grandes garantias quanto à qualificação do estudante	Permite um maior envolvimento do professor com o currículo do curso
Não permite a identificação de grandes deficiências no programa de formação do estudante	Permite a identificação de grandes lacunas no programa de formação do estudante
Requer menor tempo de preparação e execução do plano de ensino	Exige maior tempo de preparação e execução do plano de ensino
Concentra a atenção em exames e notas	Concentra a atenção na aprendizagem do estudante

FONTE: CAMPOS, F. C. A. et. al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 123.

Verifica-se nestes apontamentos um comparativo entre o que se avalia no sistema tradicional e no que se defende atualmente, ou seja, uma avaliação crítica e comprometida com a realidade.

Freire (2005, p. 83), critica ferrenhamente a prática de opressão e faz-nos questionar qual o verdadeiro objetivo da Educação se não a formação humana, do ser social, transformador, consciente.

Segundo Moran (2006, p. 12), o ato de educar é “[...] ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade”.

O ato de educar construtivo forma o cidadão consciente, com inteligência intelectual, emocional e que busca contribuir para uma sociedade mais justa, humana e fraterna. É fazer parte da vida, do mundo, do ser.

Freire (2005, p. 83) ainda completa, dizendo que a educação que serve

[...] à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora.

Neste processo educacional e transformador, há também a avaliação que busca detectar se os objetos propostos foram realmente absorvidos e de que forma. Permite ao professor analisar seu trabalho e as dificuldades de seus alunos. Já aos alunos, permite-lhes verificar o que não aprenderam e a refletir o por quê.

No quadro 4 a seguir pode-se verificar qual a visão da avaliação nos diversos sistemas de aprendizagem e através dele refletir como deve-se trabalhar para alcançar os objetivos anteriormente propostos.

Aprendizagem com enfoque	Como se avalia
Tradicional	Utilização de verificações de curto prazo e prazo mais longo; reforço negativo (punições, notas baixas) e reforço positivo (classificação).

Tecnicista	Avaliação de comportamentos observáveis e mensuráveis; controle de comportamento face a objetivos preestabelecidos.
Libertadora	A verificação direta da aprendizagem é desnecessária; avaliação da prática vivenciada entre educador / educando; auto-avaliação em termos de compromisso assumido com a prática social.
Progressista	A avaliação é realizada a qualquer momento, pois sua preocupação é diagnosticar falhas; observação do desempenho; valorização de outros instrumentos que não a “prova”.

FONTE: CAMPOS, F. C. A. et. al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 124.

4.4.1 Avaliação da aprendizagem, sua importância com o feedback ao aprendizado do aluno e à metodologia aplicada

A avaliação da aprendizagem busca através de um “[...] conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações [...]” detectar “[...] o que foi assimilado pelo estudante, de que forma e em quais condições” (CAMPOS et al, 2003, p. 115), por isso é necessário variar as formas de avaliar.

Na EaD é preciso ter bem claro quais os objetivos que se pretende alcançar, o que avaliar e por quê. Dentro do nível da Instituição, a avaliação educacional mede como estão sendo desempenhados os papéis do professor, dos alunos, como estão sendo trabalhados os currículos e os meios de informação.

A avaliação da aprendizagem tem sido vista como um mero teste, mas é possível através dos diversos meios observar as habilidades e

competências desenvolvidas pelo aluno, analisar os vários tipos de textos usados, as linguagens, sua leitura, suas aptidões, sua construção e atuação como sujeito-produtor e formador de conhecimentos. Esta “[...] deve ser reflexiva, crítica, emancipatória e deve buscar uma coerência na teoria e na ação” (CAMPOS et al., 2005, p. 116).

Quando o processo de ensino-aprendizagem analisa a avaliação como um critério de ajuda, há um ponto positivo, professor e aluno se avaliam mutuamente, mesmo que não haja o ensino exclusivo para avaliação, ou seja, o processo avaliativo convive harmoniosamente como mais um elemento da verificação do andamento do processo de ensino realizando e contribuindo para a aprendizagem.

Desta forma, a avaliação serve para indicar ao professor em que momento o aluno aprendeu, seus avanços, suas dificuldades, possibilitando momentos de intervenção para superação dessas; permite ao aluno ter consciência de sua aprendizagem, percebendo onde teve avanços e quais suas reais dificuldades, permitindo que ele busque ajuda para saná-las; demonstra para o professor quando e onde deve rever seu planejamento, ajustando sua prática educacional.

Esta avaliação deve ser contínua e sob uma observação sistemática dos alunos, relacionada não só ao domínio de conceitos e conteúdos específicos, mas também, como se estabeleceu o desenvolvimento de competências e habilidades.

A observação sistemática avalia o aluno em sua totalidade, a cada situação de aprendizagem que envolva trabalhos em classe, atividades on-line; participação nos fóruns, no *chat*, nas videoconferências e estágios supervisionados; procurando sempre que possível realizar uma avaliação a cada situação.

4.4.2 A diferença entre avaliação quantitativa e qualitativa

O modelo de avaliação mais utilizado no meio educacional é a *avaliação quantitativa*. Na verdade, ela mede ou comprova o grau em que

os objetivos foram alcançados. Está respaldada em pressupostos éticos, epistemológicos e metodológicos, que fundamentam a parte filosófica da teoria de aprendizagem comportamentista. Para Campos et al. (2003), “Ela adota os instrumentos formais – provas, testes, listas de exercícios – que permitem o uso de escalas de medidas, como notas de 0 a 10, atribuição de conceitos (A, B, etc.)”.

Portanto, faz-se necessário construir novos instrumentos de avaliação que tenham boa qualidade e que possam medir o que realmente foi ensinado e aprendido.

Já na *avaliação qualitativa* ocorre um processo contínuo de avaliação, sendo avaliados o espírito crítico, a autonomia do aluno, sua cooperação com o grupo, suas atitudes; sua participação nas atividades, sempre de forma subjetiva pelo professor, com anotações e observações quanto a sua participação nas ferramentas de comunicação (TICs).

Segundo orientação das autoras, o processo avaliativo ideal deveria contemplar as duas avaliações (quantitativa e qualitativa), para que se observasse o desenvolvimento do aluno, sua evolução ou retrocesso, focando sempre a aprendizagem significativa.

Dentro da visão holística, uma metodologia de ensino de boa qualidade deve se preocupar com a possibilidade de permitir ao aluno apropriar-se do conhecimento, construindo, reconstruindo e produzindo; o que estimula seu raciocínio e permite que ele busque utilizar este conhecimento a favor do mundo onde vive.

Campos et al. (2003, p. 71) define a avaliação da aprendizagem como:

[...] o conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que foi assimilado pelo estudante, de que forma e em quais condições. Deve funcionar, por um lado, como um instrumento que possibilite ao avaliador analisar criticamente a sua prática; e, por outro, como instrumento que apresente ao avaliado a possibilidade de saber sobre seus avanços, dificuldades e possibilidades.

Portanto, a construção de todo o processo de tomada deste conhecimento, passa pela *boa* avaliação, a diagnóstica, a significativa e a construtiva.

4.4.3 A avaliação educacional e seu processo

Todo processo avaliativo busca alcançar os objetivos propostos a uma metodologia aplicada. Este envolve os materiais, os meios, os métodos que serão usados e os tipos e instrumentos da avaliação. Só é possível avaliar aquilo que se conhece, portanto é necessário, *a priori*, estabelecer os objetivos pretendidos para que se possa avaliá-los.

Segundo Campos et al. (2003, p. 120), para detectar a eficácia da avaliação devem ser observados os seguintes aspectos:

- a) *Validade*: o professor precisa observar o aprendizado do aluno, seria o valor da aprendizagem, e sua aplicabilidade na vida cotidiana;
- b) *Discriminação*: é a observação dos níveis de rendimento. É necessário a diversidade de conceitos para se permitir a avaliação;
- c) *Dificuldade*: é a observação da porcentagem de alunos que conseguiram ou não, conceito para aquela avaliação. Deve-se analisar o grau de dificuldade ali colocado;
- d) *Objetividade*: é o grau de objetividade dado a uma atividade avaliativa.

É necessária uma avaliação que identifique as deficiências da aprendizagem, pois somente deste modo conseguir-se-á sanar as dúvidas e as falhas, o que possibilitará ao aluno avançar para conhecimentos mais altos.

A avaliação pode ser classificada ainda, de *formativa* ou *somativa*. *Formativa* a que permite ao aluno ser avaliado continuamente,

pelo professor, através de suas produções e observação daquele. Já a *somativa* ocorre no meio e final de um período, onde são determinados marcos e aplicados testes.

As autoras observam, ainda, que, na avaliação formativa, o *feedback* ao aluno e ao professor permite que se sintam mais próximos, confiantes e em permanente processo de correção das falhas. A somativa é utilizada para promover ou não o aluno, com atribuição de notas, o que a torna classificatória.

A avaliação diagnóstica é um recurso que permite ao professor, de início, verificar os pré-requisitos que o aluno possui para iniciar seu processo de aprendizagem e, durante o curso, auxiliá-lo com estratégias e programas alternativos de ensino.

Existem dois sistemas de avaliação:

- *Tradicional* ou *Classificatório*: onde objetiva-se somente a nota ou conceito final, não se importando com o processo de ensino-aprendizagem;
- *Crítico* ou *comprometido com a realidade*: mais indicado para a aprendizagem cooperativa, em que se estabelece o conteúdo mínimo que deve ser assimilado pelo aluno. Caso ele não consiga, será encaminhado para ser reorientado. Pode ser verificado por meio de produções coletivas e interações.

A avaliação é uma ferramenta que deve buscar aferir conhecimentos, habilidades e competências adquiridas pelo aluno e não somente ocorrer de forma eletrônica.

4.4.4 A avaliação nos ambientes *on-line*

As TICs possibilitam não só as interações pela Web, mas atividades on-line que podem auxiliar o professor na avaliação de seus alunos. Recursos como listas e fóruns de discussão, correio eletrônico e

software para bate-papo auxiliam o professor na verificação individual, em trabalhos que podem ser enviados pela Internet, o que facilita a supervisão dos conteúdos curriculares e a interação colaborativa das discussões *on-line*.

Os ambientes on-line permitem que o professor tenha uma avaliação do comportamento, participação, interatividade, criatividade e criticidade do aluno e do grupo, mas distancia-se de provas objetivas. As atividades desenvolvidas nos ambientes virtuais permitem ao professor, monitorar e avaliar os passos e os meios de aprendizagem de cada aluno.

Para Campos et al. (2003, p. 126) a demonstração de exemplos de sistemas avaliativos existentes já utilizados, podem auxiliar o professor neste trabalho.

Por exemplo:

- Análise e avaliação de seminários virtuais, onde se observa a participação, o conteúdo qualitativo e permite visualizar o desenvolvimento das atividades colaborativas. A avaliação deste processo é feita pela observação das informações, dentro do processo de interação entre os alunos; número de frases construídas pelo aluno para explicar ou falar algo; conteúdo apresentado; colaboração e extensão das interações entre os participantes. Metodologia baseada em pesquisa do ambiente *Virtual Campus*.
- Sistema de captura de dados através de atividades síncronas e assíncronas, complexas e distribuídas por um contexto do projeto de tecnologia educacional interdisciplinar – *Learning in Networked Communities* (LINC). Utiliza um *notebook* colaborativo onde o aluno pode planejar, organizar, desenvolver e fazer anotações de projetos científicos. Inclui fóruns de discussão estruturados, e-mail, *chat* em tempo real e videoconferência. Todas as informações que circulam nestas atividades interativas são capturadas e depois ajudam o professor na avaliação de cada aluno.

O sistema de avaliação quantitativa e qualitativa aqui aplicado envolve entrevistas, questionários, observações diretas, vídeos e sistemas de logs.

- Sistema Markit (*Electronic Assessment Software for Distance Education*) promove o *feedback* ao aluno. Captura resultados de tarefas, coordena e unifica atividade, permite que os resultados recebam comentários de especialistas. Quando o trabalho for em grupo, todos recebem os comentários, mas se for individual, somente o aluno tem acesso a este comentário.
- Aprendizagem cooperativa apoiada por computador que monitora e gerencia as interações de grupos locais e a distância. Auxilia processos de análise automatizados, permitindo a visualização e *feedback*, podendo ser associado a exercícios aritméticos, quebra-cabeças, discussões de grupo e micromundos controlados por robôs.

Busca sempre a avaliação da aprendizagem cooperativa, utilizando quebra-cabeças que só podem ser resolvidos em equipe ou pelo grupo, ou seja, procura avaliar a interação das pessoas em espaços de trabalho diferentes.

- Otimização da Distância (OAD), que é um sistema de ensino integrado e distribuído, específico para alunos de graduação e pós-graduação e para profissionais da área. Envolve temas específicos da área de otimização, apoiado em ferramentas de exibição de conteúdo, de comunicação, cooperação e coordenação da web.

O professor pode ainda utilizar os seguintes tipos de avaliação interativa:

- *Avaliação interativa objetiva*: através da resolução de questões de múltipla escolha pela web, o aluno obtém seu desempenho, revisa questões e confere seus erros;
- *Avaliação interativa discursiva*: permite ao aluno resolver as questões com apontamentos pessoais, podendo ao final ter acesso ao gabarito com as soluções completas das questões;
- *Avaliação interativa com simulações numéricas*: os enunciados são apresentados na mesma tela, onde é apresentada uma máquina virtual adequada ao problema proposto.

A maior vantagem da educação on-line é a possibilidade do aluno ou do grupo estar constantemente se auto-avaliando. Dentro deste entendimento diferenciam-se:

- *Avaliação pelos pares*: que permite incentivar o trabalho em grupo. Ou;
- *Auto-avaliação*: incentiva a autonomia e responsabilidade do aluno.

Como sugestão do que estar avaliando de forma *on-line*, pede-se observar quadro 5 de indicadores, proposta por Campos et al., (2003, p. 138).

Indicadores para avaliação <i>on-line</i>	Como avaliar?
Como o aluno chegou aos resultados apresentados?	Análise das interações individuais
Quais caminhos ele percorreu no material didático fornecido pelo professor?	Histórico da navegação

Que fontes ele consultou?	Análise das interações individuais
Com que frequência?	Análise das interações individuais
O aluno pesquisa e utiliza fontes suplementares fornecidas pelo professor?	Análise das interações individuais
Ele pesquisa e utiliza fontes suplementares localizadas por ele mesmo?	Análise das contribuições
Qual é sua contribuição e em que medida é aplicada nas atividades que envolvem a cooperação entre os pares? Em: - Chats - Videoconferências - Listas de discussão - Grupos de discussão	Número de perguntas e de pontos de vista apresentados Número de sessões assistidas Número e qualidade das mensagens postadas Número e qualidade das mensagens por tema
Qual é seu estilo de trabalho: - Acessa fontes suplementares de informação? - Restringe-se a acessar as fontes dadas pelo professor? - Participa das reuniões síncronas do grupo? - Entra em contato com o professor e os instrutores somente em datas próximas à entrega de trabalhos? - Mantém contato regular com o professor e com instrutores do curso?	Histórico da navegação Número de reuniões/intervenções Análise do número de mensagens e datas
Qual é sua assiduidade em atividades apoiadas em <i>chats</i> , videoconferências, grupos de discussão?	Análise se a assiduidade é 100%, 75%, 50% ou < 50%

Qual é o grau de participação nesses encontros?	Análise se a participação é intensa, mediana ou baixa
Os trabalhos e provas demonstram boa utilização dos recursos disponíveis no curso?	Métrica binária: sim ou não
Os trabalhos e provas, mesmo corretos, mostram baixa exploração desses recursos?	Métrica binária: sim ou não

FONTE: CAMPOS, F. C. A. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.138.

4.4.5 Aprendizagem cooperativa: avaliação e seus ambientes

A aprendizagem cooperativa busca contribuir para a divisão de tarefas ou trabalhos, para ajudar o aluno a adquirir o domínio sobre determinado conteúdo; principalmente para ensiná-lo a trabalhar em grupo, adquirindo o respeito e a autoconfiança. Sua avaliação parte do princípio das interações, e que esta ocorra de forma positiva, agregando valores e assegurando a cooperação. Auxilia o grupo a desenvolver a *interdependência positiva* que irá contribuir para o envolvimento com objetivos comuns e papéis interligados; com a *responsabilidade individual*, promovendo a troca voluntária do conhecimento adquirido e contribui para os *processos do grupo*, onde juntos buscarão construir habilidades grupais, fortalecendo os relacionamentos com objetivos comuns.

Devido à disseminação da Internet, há uma acentuada busca pela aplicação de testes para auto-avaliação *on-line* e segundo Campos et al., (2003, p. 131) as tecnologias “[...] podem subsidiar uma visão construtiva do processo de avaliação”.

Num ambiente informatizado *on-line*, que tenha uma base de dados multimídia coletiva, professores e estudantes podem observar as produções de ambos, trocando idéias e conhecimentos, e permitindo que eles verifiquem o “nível de aquisição de conhecimentos”.

Já num ambiente Belvedere, com paradigma colaborativo e que permite críticas a teorias científicas, as ações são “monitoradas por um agente inteligente”, que procura dar sugestões e promove o *feedback* de coordenação, pois o de aprendizagem e avaliação somente o professor pode fazê-lo.

Como técnicas pedagógicas pode-se observar a sugestão de Maia para serem trabalhadas em ambientes *on-line*, conforme quadro 6. Estas técnicas permitem a produção significativa do saber pelo aluno, buscando desenvolver seu potencial de pesquisa, sua criticidade, sua interação com o grupo e sua criatividade na resolução dos problemas propostos.

Técnicas pedagógicas para utilização	
<i>Starter-wrapper</i>	Alguns alunos são responsáveis por iniciar as discussões e outros por finalizá-las; os alunos podem desempenhar diferentes papéis (‘advogado do diabo’, questionador, mediador, comentarista, etc);
Discussão de artigos	Individual ou em grupo, com a possibilidade de os alunos escolherem que os artigos desejam comentar;
<i>Jigsaw</i> (quebra-cabeça)	Divisão de um texto em partes, que então são comentadas por grupos;
Exploração da Web e leituras	Avaliação e classificação de artigos;
Reações a observações de campo	Estágios ou experiências no trabalho que podem ser propostas em forma de diários <i>on-line</i> ;
Controvérsia estruturada	Os alunos devem desempenhar um papel, que podem, em geral, escolher;
Discussão de tópicos	Alunos podem sugerir e votar nos tópicos a ser discutidos;

Estudo de caso	Pode ser proposto pelo professor ou pelos alunos;
Quebra-gelo e fechamento	Apresentações dos alunos, expectativas em relação ao curso, desafios, testes, escolha de um aluno para ter o rendimento comentado pelos demais no final do curso etc;
<i>Scavenger hunt</i> (caçadas eletrônicas)	Questões referentes a um tópico são propostas, e os sites para pesquisa, predeterminados pelo professor;
Pesquisas e votações	Pode ser discutida a opinião da maioria e da minoria;
Comentários interativos	Os alunos podem comentar os links sugeridos pelos colegas, o que têm em comum com eles etc;
Papel de feedback para os colegas	Escolha de um aluno ou amigo para comentar o trabalho e ajudar o colega durante o semestre;
<i>Round-robin</i> (atividades circulares)	Histórias que são construídas ou problemas que são resolvidos parcialmente por cada membro de um grupo ou da classe, sendo que a produção de um aluno seguinte, que tem tempo determinado para acrescentar sua contribuição;
Publicações	Publicações na Web dos trabalhos dos alunos e dos grupos;
Simpósio	Pode ser realizado no final do semestre com um expert escolhido pelos alunos;
<i>Brainstorm</i>	Envolve idéias na Web, para as quais pode ser criada uma lista das melhores;
Convidados especialistas	Debates síncrono ou assíncronos.

FONTE: MAIA, C.; MATTAR, J. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 57.

4.4.6 Aprendizagem cooperativa: avaliação e infra-estrutura

Segundo Campos et al. (2003, p. 132), para se ter uma infra-estrutura que incentive a aprendizagem cooperativa é necessário que o professor tenha consciência da interdependência, do fluxo do trabalho, possua suporte tecnológico, selecione ferramentas computacionais, ambiente configurável completo. É necessária a atualização constante das ferramentas, permitindo consultar projetos já desenvolvidos, tendo acesso à Internet e aperfeiçoamento de projetos.

O ambiente cooperativo possui duas bases de dados centralizadas: Uma chamada *lado servidor* que ativa os servidores secundários; onde o *servidor de projetos* é responsável pela manutenção da base de dados (documentos relativos aos projetos) e *base de dados centralizada* que funciona como a biblioteca de projetos para consulta.

Neste ambiente há o *Servidor de Avaliação*, sistema que na verdade, monitora e capta todos os procedimentos realizados pelo indivíduo ou pelo grupo demonstrando o processo de cooperação.

A avaliação na infra-estrutura analisa três posições teóricas: o processo de avaliação educacional, a avaliação dos resultados individuais e a avaliação dos resultados do grupo.

A avaliação somente conseguirá alcançar seu objetivo se for contínua, permitindo ao professor identificar e criar zonas de desenvolvimento proximal, onde os processos passam a ter mais importância que os produtos (teoria do construtivismo por Vygotsky).

Esta avaliação passa a abranger a *aprendizagem* num sistema cooperativo, traçando os caminhos percorridos pelo conhecimento; possibilita a descoberta por várias atividades propostas, com diferenciados recursos e intervenções necessárias.

Os instrumentos de avaliação devem fornecer dados para o professor e se não houver ferramentas ou instrumentos, estes devem ser criados; prevalecendo avaliações mais qualitativas do que quantitativas; sendo que nas qualitativas a utilização de conceitos, favorece a observação de forma global e contínua do aluno, permitindo o

desenvolvimento de aspectos cognitivos, de fortalecimento das relações cooperativas, além do poder de argumentação, crítica e criatividade.

Todo o processo de avaliação, que permite ao aluno e ao professor acompanharem o processo de aprendizagem garante a formação do ser consciente e Santos (2003, p. 28) diz

[...] quando o aprendiz e o professor registram passo a passo seu percurso intelectual, as etapas alcançadas pelo grupo, ou ainda quando documentam os dados captados nos diferentes meios de informação, estão aprendendo a ser cidadãos intelectuais e históricos.

Um exemplo de como a avaliação pode ser qualitativa, seriam os fóruns de discussão e *chats*, cabendo ao professor observar as atitudes e comentários dos alunos. Já nos espaços on-line, pode-se pedir relatórios de grupo, registrar seus comentários e as notas para cada aluno ou para o grupo, aplicando testes, permitindo observações formais e informais.

Para Campos et al. (2003, p. 136) as avaliações utilizam os seguintes mecanismos:

a) Avaliação qualitativa:

- Exames individuais para se verificar o progresso do aluno; respeitando-se as características pessoais;
- Questionários e entrevistas;
- Questionários de auto-avaliação, onde professor ou aluno podem ser responsáveis pela criação da estrutura;
- Exames em grupo.

b) Avaliação quantitativa:

- Avaliação da interação nos trabalhos em grupo e busca por solucionar os problemas;
- Anotações e comentários estruturados (tipo pontuação ou conceituação associada) sobre o desenvolvimento do aluno;

- Possibilidade dos alunos e do grupo se avaliarem até com relação à participação e cooperação.

Somente a avaliação associada a pesquisas e experimentações pode auxiliar na aprendizagem segura nos ambientes de aprendizagem *on-line*.

4.5 Sistema de avaliação do ensino a distância – “SAEAD”

4.5.1 A teoria

Tratar da avaliação do sistema EaD é bastante complexo e ao mesmo tempo, instigante. Todo este sistema envolve elementos que o constituem e se um deles falhar, atingirá acertadamente todos os demais e principalmente, afetará a aprendizagem do aluno.

Para Alves; Nova (2003, p. 132) “[...] a verificação da aprendizagem está atrelada a fundamentos que dão sentido ao que se entende como *formação dos sujeitos para a vida*, dentro de um modelo de sociedade definido e a ser legitimado”. Se para verificar a aprendizagem há a necessidade de se formar para a vida, as Instituições de EaD precisam preocupar-se desde o processo da construção e definição do objetivo do curso, até o momento em que o aluno é certificado para exercer sua profissão como cidadão cooperativo.

Todo o desenvolvimento deste processo é de extrema preocupação para o MEC e deve ser também para o aluno, que é o *sujeito* do processo ensino-aprendizagem.

A utilização dos meios de informação e, principalmente, da Internet, permite que alunos e professores participem ativamente da APRENDIZAGEM COLETIVA. Os dispositivos informatizados de aprendizagem, segundo Lévy (2007, p. 171), possibilitam o “[...] compartilhamento de diversos bancos de dados e o uso de conferências e

correio eletrônico” o que contribui para o aprimoramento do conhecimento e da aprendizagem por parte do aluno.

Sob este aspecto o sistema de ensino precisa, a cada dia, aprimorar o processo avaliativo. Criar uma avaliação que não vise somente questões objetivas, mas que possibilite ao aluno descrever seu entendimento, demonstrando o caminho que ele percorreu para chegar à sua aprendizagem.

A criação deste sistema avaliativo permite verificar onde estão ocorrendo as falhas mais graves, apontar o que deve ser corrigido, mas principalmente, que permita ao aluno demonstrar quais suas pesquisas, o que pode ser colocado à disposição de sua comunidade, o que deve ser aprimorado através de mais estudos, incentivando-o na construção do ser humano com uma visão mais humana, fraterna e cooperativa.

A avaliação utilizada na EaD deve ser contínua e eficaz, decorrente do processo de ensino rumo a aprendizagem. Neste processo, o professor adquire grande importância, absorve novos papéis, onde torna-se “[...] um animador da inteligência coletiva dos grupos” (LÉVY, 2007, p. 171).

A busca pela aprendizagem significativa não permite que o ser humano fique estagnado, absorvendo somente o pouco que o professor determina. Este deve instigar as pesquisas, a busca por novos saberes, formando assim, um aluno – ser humano – capaz de adaptar-se às constantes mudanças e atualizações de todo o sistema.

Para que o processo de ensino seja significativo, deve ser bem elaborado, equilibrado, permitindo a criatividade do aluno; seja organizado, se adapte a cada situação, visualizando os imprevistos e permitindo a incorporação do novo. A flexibilidade do ensinar, na busca pelo aprender, deve respeitar as diferenças individuais, os ritmos de aprendizagem, tornando-se parte das diferenças locais e dos contextos sócio-culturais.

Para Moran (2006, p. 29), através da organização “[...] buscamos gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos, os custos, estabelecemos os parâmetros fundamentais”. Ele instiga todos a pensar no

respeito às diversas práticas didáticas, a observar as diferenças que dão resultado, respeitando-as.

Há a possibilidade da flexibilidade que gera a pesquisa, que concilia as informações, que constrói a aprendizagem significativa. Mas, ele ainda acentua a necessidade do *amadurecimento* do aluno, o estar pronto para adquirir e desenvolver o seu conhecimento.

O aluno de EaD deve estar consciente de suas responsabilidades, da importância de sua participação, de seu interesse; a necessidade do *feedback* do tutor e da instituição para apoiar o desenvolvimento da aprendizagem cooperativa.

O papel do professor absorve nesta modalidade, uma responsabilidade e um compromisso ainda maiores o de “[...] ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los”. (MORAN, 2006, p. 30).

Esses dados são as informações pesquisadas, o material oferecido, por isso vê-se a necessidade de não serem realizadas somente avaliações objetivas, mas avaliações que envolvam o pensamento, a dissertação, o estudo.

A utilização das TICs permitem ao aprendiz buscar novos caminhos para o saber, pois,

[...] o computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, idéias. Produzir novos textos, *avaliações*, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto (tutorial), apoiar-se em algo semidesenhado para complementá-lo até *criar algo diferente, sozinho ou com outros* (MORAN, 2006, p. 44) (*grifo nosso*).

Neste momento, o professor passa a transformador, orientador da aprendizagem, gerenciando pesquisas e comunicações, seja na sala presencial ou na virtual. Ele não pode se esquecer que deve motivar o grupo, pois é *incentivador*, coordenador do mesmo.

Como citado anteriormente, as avaliações devem envolver todas as atividades, abrangendo a observação do desenvolvimento das habilidades e do exercício de determinadas competências. Estas

avaliações visam contribuir para a auto-avaliação, ou determinação dos pontos de dificuldades do aluno, como da Instituição ou do professor.

Atualmente o aluno de EaD acredita que mesmo sem computador ou com um que tenha pouco recurso, ele irá conseguir realizar suas atividades, o que é absolutamente impossível. Mas, após iniciar o curso, deve ser informado sobre a necessidade e importância de se ter um bom equipamento e do peso das atividades on-line. Acredita-se que seja alto o número de alunos que procuram realizá-las sem o mesmo, mas muitos devido às dificuldades acabam desistindo do curso.

Todo o equipamento e a tecnologia facilitam, ou pelo menos deveriam facilitar, a aprendizagem do aluno, mas a comunicação e interatividade entre professor e aluno alcançam o fortalecimento das relações, transmitindo a ambos confiança, equilíbrio e competência.

Moran (2006, p. 59-60) faz uma explicação bem instigante sobre a EaD, onde diz que esta não é um,

[...] *fast-food* onde o aluno vai e se serve de algo pronto. Educação a distância é ajudar os participantes a equilibrar as necessidades e habilidades pessoais com a participação em grupos – presenciais e virtuais – por meio da qual avançamos rapidamente, trocamos experiências, dúvidas e resultados.

As novas perspectivas de aprendizado exigem atualizações, correções e adaptações do ensino a distância, permeando o processo avaliativo que necessita se adequar aos meios informacionais.

Para Moran (2006, p. 71), ensinar com as TICs não é o mais complicado, mas “[...] professores e alunos precisam aprender a aprender como acessar a informação, onde buscá-la e o que fazer com ela”.

Toda esta busca e sua aplicação é o ponto de reflexão para a formação de um ser humano consciente, pleno de valores e das suas responsabilidades.

Ela ainda questiona que a prática pedagógica da universidade deve “[...] formar para a cidadania, como sujeito histórico e transformador da sociedade, e contribuir para a produção do

conhecimento compatível com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo” (MORAN, 2006, p. 72).

Vê-se nesta afirmação a importância de uma formação plena, comprometida e não apenas financeiramente interessada.

Por este motivo, defende-se a criação deste sistema avaliativo, que busca criar questões instigadoras que levem o aluno a refletir sobre os conhecimentos adquiridos, fatos ou dados que envolvam sua especialidade.

O aluno deve ser considerado como “portador de inteligência múltipla”, aquele que juntamente com seu grupo e o tutor buscarão alcançar o conhecimento e quem sabe até aprimorá-lo mais.

A aprendizagem significativa busca desafiar, problematizar e instigar “[...] a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas à luz de referenciais teóricos / práticos” (MORAN, 2006, p. 77).

Deve-se formar o aluno, dentro desta aprendizagem, como cidadão crítico, participativo, cooperativo, com espírito solidário, que saiba trabalhar em grupo, respeitando as diferenças e que busque transformar a sociedade onde vive. É a formação do “sujeito cognoscente” que “[...] valoriza a reflexão, a ação, a curiosidade, o espírito crítico, o questionamento” (MORAN, 2006, p. 86).

Todo o processo de ensino e aprendizagem significativos deve ensinar com pesquisa, instigando a curiosidade, a descoberta e a investigação. A educação dialógica relacionada por Freire (2005, p. 97) diz que esta é “[...] a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada”.

Onde o povo pode ser representado pelo aluno que busca o conhecimento, já possuindo certa visão ou vivência e que poderá contribuir para sua realidade transformando-a com suas descobertas ou aprimoramentos.

Dentro da formação com a visão holística, busca-se a perspectiva da interdisciplinaridade, ou seja, uma formação voltada para múltiplas aprendizagens como: aprender a conhecer, a fazer, a conviver, a

aprender e a ser. A avaliação deve ser vista como instigadora do processo de conhecimento, visando a descoberta e a pesquisa.

Partindo desta formação a mescla de avaliação quantitativas e qualitativas é importante. A Instituição e o professor devem aprimorar a prática pedagógica e o currículo do curso buscando desenvolver atividades que acentuem as características do aluno; através de questionários e entrevistas, permitindo inclusive a auto-avaliação; trabalhos em grupos que permitam a interação, cooperação, interatividade e colaboração, auto-avaliação do grupo e pelo grupo e estruturação de comentários.

Todo este processo de avaliação não pode ser trabalhado como algo fragmentado. A busca pela avaliação do todo é um processo contínuo, abrangente, como dito anteriormente.

Para Assmann (2005, p. 34), o professor deve repensar suas atitudes, sua didática e metodologia, pois com o auxílio das TICs surgiram “[...] novas formas de aprender fundamentadas muito mais nos sentidos, sentimentos e emoções”. Ao aluno é dada a oportunidade de expandir seus braços, seu ouvido, seu cérebro, pois a tecnologia, liberta o ser da sala de aula fechada, colocando-o em contato com bibliotecas do mundo todo, com as ciências em evolução, com uma caminhada de descobertas novas, significativas e responsáveis.

Segundo o autor, “[...] as tecnologias digitais requerem um espaço educacional no qual sejam estabelecidas redes de relações que proporcionem múltiplas possibilidades de interação, tornando impossível a previsão dos resultados que poderão ser obtidos” (ASSMANN, 2005, p. 37).

Esta impossibilidade de previsão dos resultados é que se quer alcançar com o sistema de avaliação de EaD, pois uma vez que o aluno de ensino superior a distância busca, durante toda sua formação, desenvolver seus conhecimentos a respeito de um assunto, tema ou pesquisa, ele estará construindo saberes que ajudarão sua comunidade ou a sociedade onde vive. Dar a este *estudo* ou *pesquisa*, um conceito (valor) e declarar isto em seu histórico, possibilitado seu reconhecimento acadêmico, social e profissional.

Um sistema que avalie o aluno quanto ao que ele aprendeu, como desenvolveu este aprendizado, verifique qual o caminho que ele percorreu para chegar até este aprendizado e qual a contribuição deste para a sociedade, não é utopia, mas a concretização da valoração do ser humano como membro ativo e participativo de uma sociedade.

Todo o saber que emerge do auxílio das tecnologias digitais provoca transformações sociais e culturais, hoje constituintes da sociedade da informação.

O aluno formado por um curso de EaD carrega consigo a responsabilidade de ter adquirido a facilidade da pesquisa e da busca compartilhada do saber, mediatizada pelas tecnologias mais avançadas do mercado. Ou pelo menos, espera-se que isto aconteça, pois quando uma Instituição oferece um curso superior de EaD deve oferecer também, o compromisso de uma infra-estrutura de excelente qualidade. Muitas vezes, vê-se a criação de um estigma negativo relacionado aos cursos de EaD, devido à falta de compromisso das instituições e até mesmo, dos professores e dos alunos.

Adquirir um diploma ou certificado de um curso pode ser “simples”, como numa compra qualquer, mas “construir” um ser humano consciente e pleno de valores e saberes é trabalhoso, demanda responsabilidades e compromissos.

Este sistema avaliativo visa também, funcionar como um determinador dos cursos que oferecem qualidade ou não, pois quando o aluno passar pelas questões objetivas e defrontar-se com as questões dissertativas, estará sendo avaliado como, por exemplo, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil busca avaliar seus futuros membros.

Este tipo de avaliação é complexa e irá, provavelmente, ter um custo maior do que somente os testes objetivos, mas estará detectando quais instituições trabalham de acordo com os Referenciais de Qualidade do MEC e quais precisam melhorar suas reflexões e atuações.

Quando todo o processo de ensino busca uma aprendizagem significativa, observa-se que esta é como “[...] um processo contínuo que valorize o inesperado, a imaginação criativa, as divergências, objetivando

promover a autonomia e a explosão dos sentimentos” (ASSMANN, 2005, p. 48).

O aluno que é instigado a pesquisar, criticar, buscar alternativas, que permita a interação entre os grupos, que aprenda a alcançar objetivos, desenvolvendo habilidades e trabalhando com competências, construa-se como um elemento transformador, pleno e que ao se defrontar com a avaliação do curso superior de EaD esteja preparado para realizá-la com tranquilidade, pois estará transmitindo parte de todo seu conhecimento adquirido a este respeito.

Acredita-se que a instituição, juntamente com os professores e tutores, empenhados estarão durante todo o processo de ensino orientando-o, tranquilizando-o para apresentar seu conhecimento ao SAEAD de forma consciente e bem preparado.

Assmann (2005, p. 51) diz que a aprendizagem “emerge em uma teia de interações complexas e dinâmicas em que permeiam a afetividade, a cultura, as crenças, as ideologias e os valores”.

Esta aprendizagem deve ser verificada pela avaliação, mas esta não deve ser vista como uma ameaça e sim como um meio para verificar o que o aluno realmente aprendeu, desenvolveu ou construiu. A aprendizagem é a construção significativa do conhecimento e para Machado (2000, p. 263) a concepção de conhecimento é “[...] uma rede de significados multiplamente articulados, em permanente formação e transformação, cuja construção inicia-se antes mesmo da chegada à escola e não a tem como único responsável”. Vê-se, por esta afirmação, a importância das TICs para a ampliação das possibilidades da busca pelo aprender e pelo conhecimento. Cada pessoa observa o mundo com uma visão diferenciada devido à sua vivência, por isso o autor ainda diz “o conhecimento é algo que se constrói” (MACHADO, 2000, p. 265).

Pensar na construção do conhecimento é como pensar numa teia que a cada elemento descoberto ou pesquisado, acrescenta-se algo que já se possuía como noção de entendimento. Para Machado (2000, p. 266), “[...] uma concepção de conhecimento em que as imagens de tais cadeias lineares sejam substituídas pela de uma rede, uma teia de significações,

pode contribuir para que a avaliação seja pensada de modo bastante diverso”.

Sugerir um Sistema de Avaliação específico para EaD é como compreender como esta modalidade de ensino pode permitir o desenvolvimento cognitivo dos seres que a ela recorrem. O aluno é possuidor de conhecimentos prévios sobre uma determinada área, com seus estudos e pesquisas, passa a desenvolvê-los e com a ajuda das TICs amplia esta teia de significações, construindo uma rede que se liga a cadeias lineares do conhecimento específico, transformando sua realidade, seu mundo e a sociedade à sua volta.

Imagine o tamanho da contribuição que se teria em todas as áreas das ciências. Seria desenvolvido um *novo e eficaz* sistema de ensino que envolveria o aluno e o ser humano como um todo.

É difícil descrever as possibilidades futuras de aprimoramento do ensino e suas descobertas, mas usaria a tecnologia para o avanço do bem comum.

Machado (2000, p. 271) afirma que “[...] avaliar é, até etimologicamente, estimar o valor”, por que não estimar os valores desenvolvidos nas pesquisas e trabalhos por esses alunos (de EaD)? Faz-se aqui, mais uma observação da importância dessa mensuração diferenciada (SAEAD) desta modalidade de ensino, onde as possibilidades de aprendizagem são ampliadas e a necessidade do empenho e bom planejamento do professor são extremamente intrínsecos ao processo.

Machado (2000, p. 277) afirma, ainda, que para a:

[...] emergência e o reconhecimento dos valores nos processos escolares de avaliação, é imprescindível que ela tenha um *caráter global*, que transcenda os limites estritos dos conhecimentos técnicos e das disciplinas, favorecendo a apreciação pelo professor de um elenco de qualidades diversas para diferentes seres humanos, mas seguramente existentes em todos, em cada um.

4.5.2 A tecnologia a favor da avaliação

Segundo Lévy (2007, p. 169), é a falta de cursos ou de professores especializados que ofereçam o ensino a distância com qualidade, pois as escolas e universidades “virtuais” custam menos e devem ofertar material de maior qualidade.

O aprendizado a distância funciona como uma “sociedade da informação”, onde o conhecimento é compartilhado, personalizado, cooperativo e integrador. Possui grande tendência futurista, com inovações e aprimoramentos, para oferecer um ensino de extrema qualidade, visando uma aprendizagem significativa e integradora.

Para Lévy (2007, p. 170), “[...] a aprendizagem a distância foi durante muito tempo o ‘estepe’ do ensino; em breve irá tornar-se, senão a norma, ao menos a ponta de lança”.

A *aprendizagem cooperativa* indica que a educação buscará na inteligência coletiva o desenvolvimento mais promissor.

Dispositivos informatizados de aprendizagem em grupo com compartilhamento de banco de dados, conferências, correio eletrônico e as novas tecnologias propiciarão a interação e o aperfeiçoamento das descobertas ou estudos de ponta em todo o mundo. Não se restringirá somente a um país ou povo, mas a toda coletividade.

Devido a transformação mundial, a educação e a sociedade obriga os indivíduos a possuírem uma formação variada, desenvolvendo várias competências e habilidades, aprimorando-se a cada dia para manterem seu trabalho ou sua família. Lévy (2006) acentua “[...] as pessoas têm, então, o encargo de manter e enriquecer sua coleção de competências durante suas vidas”.

Pensando por este prisma, o sistema de avaliação de EaD estaria contribuindo para o projeto pedagógico e o currículo que as Instituições oferecem, pelo qual estas estariam obrigadas a lapidar, orientar e organizar o desenvolvimento do ensino para este foco. O aluno estaria sendo preparado, na instituição, para buscar informações e aprimorar-se de acordo com o mercado de trabalho.

A prática pedagógica e o currículo envolveriam o aluno de modo que através das pesquisas, de sua organização, esforço, descoberta e auto-

avaliação se tornasse um profissional mais competente e habilidoso para com os desafios do cotidiano.

Segundo Lévy (2006, p. 173), “[...] a relação intensa com a aprendizagem, a transmissão e a produção de conhecimentos não é mais reservada a uma elite, diz agora respeito à massa de pessoas em suas vidas cotidianas e seus trabalhos”.

O indivíduo deve absorver o conhecimento da cooperação, pois hoje no mercado de trabalho, é cada vez mais comum “[...] a resolução inventiva de problemas, a coordenação no centro de equipes e a gestão de relações humanas [...]” (LÉVY, 2006, p. 174). A partir do momento em que o aprendiz passa a receber uma formação de busca e aquisição do conhecimento pela sua própria vontade, desenvolvimento e construção, ele está formando-se trabalhador cooperativo, criativo, integrado e humano. Sua postura será diferenciada. Portanto, o SAEAD contribuiria para acentuar uma formação holística, completa, do ser humano pleno.

É claro que demandará tempo e estudos de diversas áreas, mas acredita-se que trabalhando a “inter-relação” das ciências, das áreas e dos profissionais nelas envolvidos, será possível a criação de modelos, softwares, programas e tecnologias, que possam construir um SAEAD completo e aprimorado.

Os estudos realizados pelos alunos durante seu curso com atividades dissertadas, formariam uma corrente de pesquisa e desenvolvimento dos saberes.

Lévy (2006, p. 176) coloca que as instituições, além dos diplomas, precisam “[...] imaginar modos de reconhecimento dos saberes que possa prestar-se a uma exposição na rede da oferta de competência e a uma conduta dinâmica retroativa da oferta pela demanda”, mesmo que de início a instituição não consiga “altos lucros” a garantia de um ensino de qualidade deve ser priorizado, para que o aluno tenha uma formação plena e humana.

É importante ressaltar que a valorização dos saberes e conhecimentos desenvolvidos pelos alunos (pesquisas) sejam colocados na rede, e juntamente com a troca de experiências on-line, formem as “árvores de conhecimento”, pois como diz Lévy (2006, p. 177), estas

“[...] são um método informatizado para o gerenciamento global das competências nos estabelecimentos de ensino, empresas, bolsas de emprego, coletividades locais e associações”. Na verdade, estas árvores funcionam na França e contribuem inclusive para que a pessoa consiga avaliar seu grau de “saberes” e possa contribuir para que o conhecimento de algo, na rede, seja ampliado, sob diversos e diferentes focos.

Lévy (2006, p. 178) diz que “[...] as pessoas adquirem, assim, uma melhor apreensão de sua situação no ‘espaço do saber’, das quais participam e podem elaborar, com conhecimento de causa, suas próprias estratégias de aprendizagem”.

A aprendizagem está intrinsecamente ligada à memória. Esta só reserva e arquiva o que lhe é enviado ou fixado pelo aprendizado significativo. Nesta relação está a memória de curto ou longo prazo.

A memória de curto prazo está associada à repetição ou atenção, onde para se aprender algo, basta repetí-lo várias vezes.

Já a memória de longo prazo funciona quando após a repetição de algo para fixá-lo, passa-se algum tempo e, novamente precisa-se lembrá-lo ele, rapidamente, surge na memória.

Lévy (2006, p. 80) diz que a memória de longo prazo funciona através de elos de conexão ou redes associativas e “[...] elaborar uma posição ou uma imagem é, portanto, o mesmo que construir vias de acesso a essa representação na rede associativa da memória de longo prazo”.

Quando ao aluno é permitida a busca por um determinado conhecimento e este o desenvolve além do esperado, seja através de pesquisas, grupos de discussão ou compartilhamento de saberes, está na verdade, utilizando a memória de longo prazo, o que possibilitará no futuro, mais estudos, pesquisas e no trabalho uma atuação consciente de busca por soluções.

A proposta deste sistema não visa a retalhação ao trabalho pedagógico, mas a um aprimoramento do processo de ensino que permita ao aluno absorver, assimilar e fixar o conhecimento de uma forma positiva e construtiva.

Lévy (2006, p. 81) acentua ainda, “[...] quanto mais estivermos pessoalmente envolvidos com uma informação, mais fácil será lembrá-la”.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DA PRÁTICA NA EaD

[...] no cenário de aplicação e uso há uma diversidade de produtos que utilizam recursos computacionais para estabelecer a relação usuário-sistema. **Destaca-se a necessidade de desenvolver e utilizar métodos de avaliação para verificar a capacidade do produto educacional**, em permitir ao usuário condições de atender a seus objetivos. Ressalte-se a qualidade computacional quanto aos aspectos pedagógicos e tecnológicos em um ambiente *E-learning* é um trabalho não somente complexo, mas também um campo aberto à pesquisa, especialmente interdisciplinar. (KEMCZINSKI, 2005 *apud* ABRAEAD, 2008, p. 146). (*grifo nosso*).

Durante o desenvolvimento deste trabalho buscou-se demonstrar a importância de um sistema avaliativo específico para EaD, pois este utilizaria ferramentas e elementos de aprendizagem diversificados.

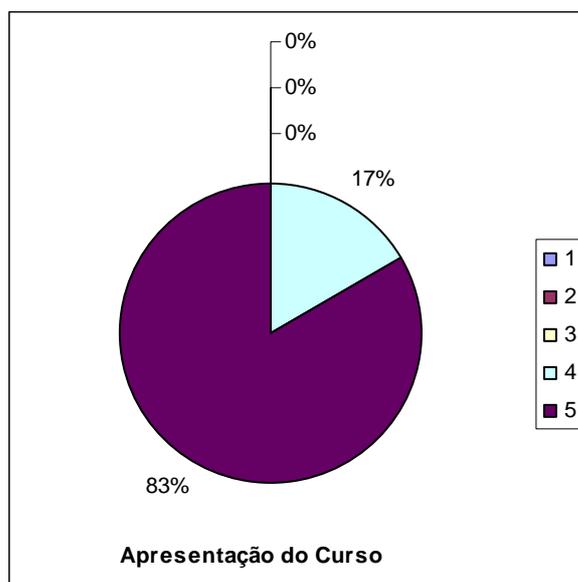
Neste momento analisar-se-á a coleta de dados estatísticos de pesquisa sobre os variados elementos constituintes desta modalidade educacional.

Pesquisou-se seis instituições, através das próprias Universidades ou de seus Pólos de EaD sendo três federais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade Aberta do Brasil - UAB) e três particulares (Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR, Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES e Centro Universitário Hermínio Ometto – UNIARARAS). Selecionou-se os coordenadores ou gestores responsáveis para responderem a 16 questões e para melhor compreensão da aplicação dos Referenciais, justamente incidindo na qualidade serão

observados alguns dados estatísticos apresentados pela revista Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – (ABRAEAD/2008).

Elaborou-se o questionário a partir dos Referenciais de Qualidade do MEC, considerando-se a necessidade destes no desenvolvimento dos cursos. Sabe-se da importância da divulgação dos elementos constituintes do currículo, constituição do quadro docente, elaboração dos materiais, organização da instituição e toda a característica particular que cabe ao curso oferecido pela EaD aos futuros alunos e a partir destas, analisou-se as respostas obtidas.

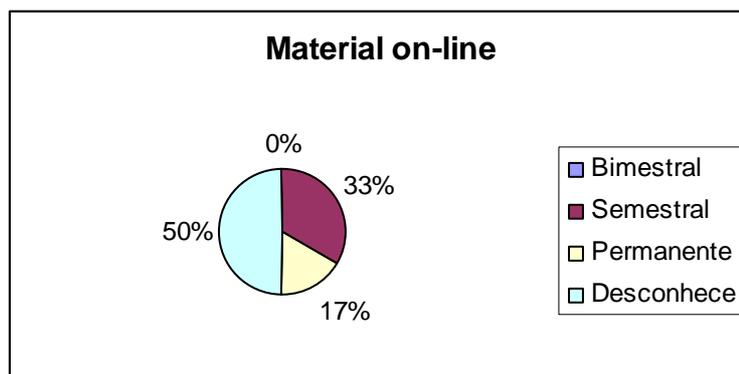
Na questão 1, analisou-se a preocupação com a apresentação do curso, suas características e necessidades aos seus alunos, 83% atribuíram nota máxima a sua instituição, enquanto 17 % observaram falhas, atribuindo conceito 4.



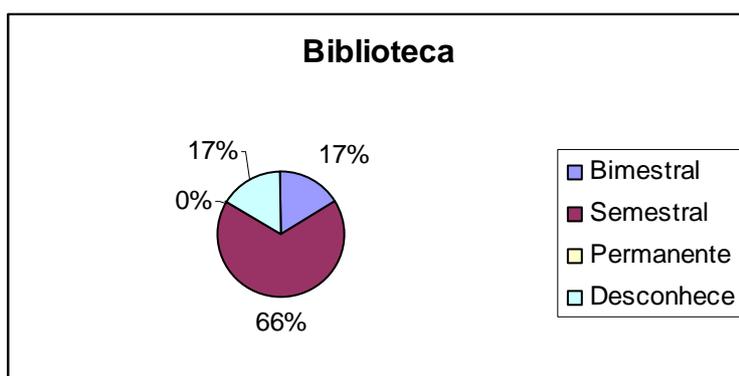
A questão número 2 analisa as informações quanto ao corpo docente e 100% das IES pontuaram que estas são disponibilizadas na primeira aula, *on-line* ou de forma impressa.

Quanto à divulgação do cronograma de atividades de forma prévia aos alunos, a questão 3 e material didático suficiente para suprir a demanda, questão 4, 100% apresentaram resposta positiva.

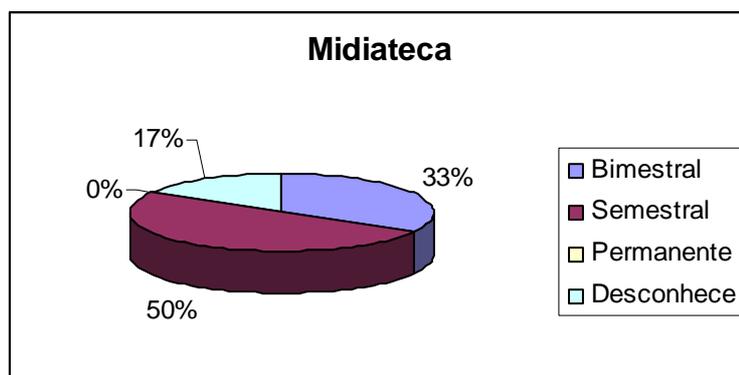
Com relação à periodicidade de avaliação dos serviços: material on-line, biblioteca, midiateca, conteúdos e objetivos dos textos dos livros ou apostilas obteve-se diversas menções. Entre estas para material on-line 33% ocorre de forma semestral, 17% permanente e 50% desconhece o sistema de avaliação, ou seja, desconhece a revisão do próprio material.



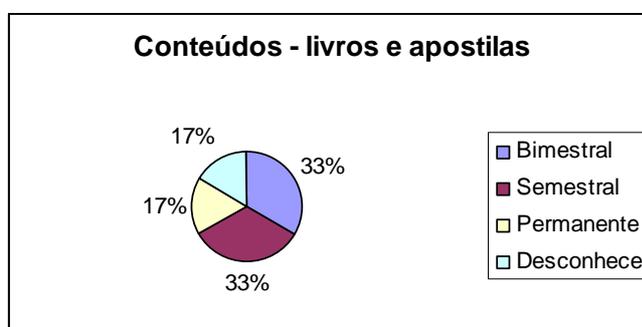
No item biblioteca 16,7% a avalia de forma bimestral, 66,7% de forma semestral, 16,7% desconhecem a avaliação do serviço de biblioteca. Neste item são avaliados: qualidade de atendimento ao aluno, atualização do acervo, qualidade e atualidade dos periódicos, base de dados e disponibilidade deste material.



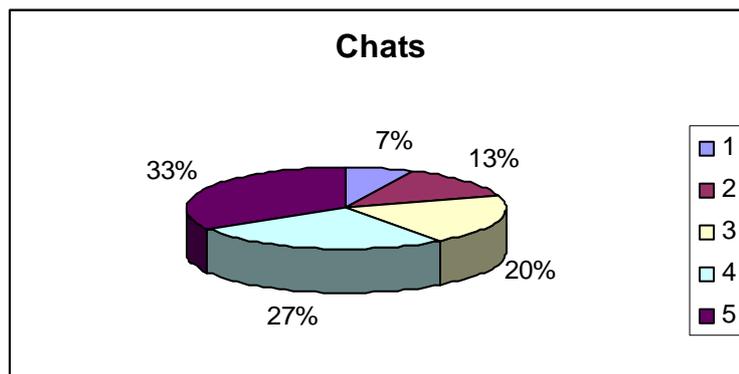
Quanto à midiateca 33,3% a avaliam de forma bimestral, 50% semestral e 16,7% desconhece esta avaliação. A pesquisa realizada envolve todo o sistema de multi-meios, aparelhos de videoconferência, fóruns, *chats*, sistemas de *feedback* ao aluno, etc.



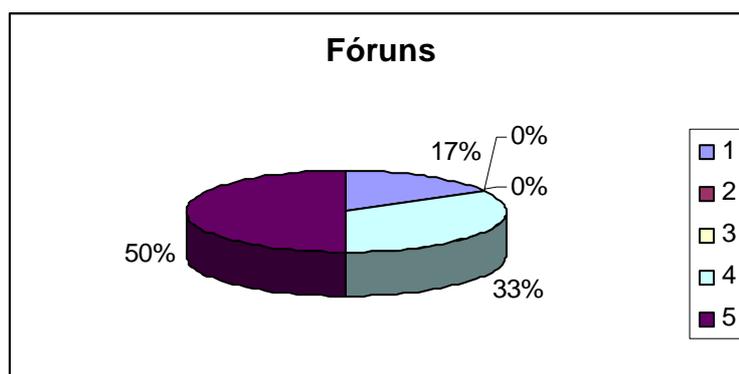
Com relação ao conteúdo e objetivo dos textos dos livros e apostilas utilizados foram obtidas as seguintes respostas: avaliação bimestral – 33,3%, semestral – 33,3%, permanente – 16,7%, desconhece – 16,7%. Este item identifica o desconhecimento do coordenador quanto à atualização dos textos e livros utilizados.



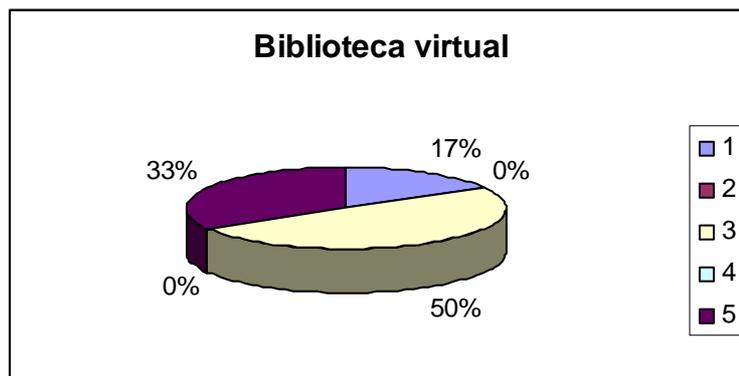
O acesso do aluno a *chats*, fóruns, biblioteca virtual e laboratórios específicos é de extrema importância para a efetivação do aprendizado. O que se pode observar em relação aos *chats* é que 16,7% receberam nota 1; 16,7% nota 3; 16,7% nota 4 e 50% nota 5. Entende-se que ainda ocorrem falhas no acesso a este serviço.



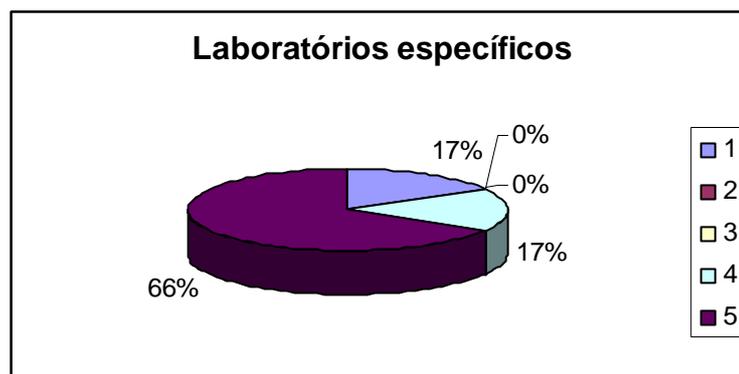
Com relação aos fóruns observou-se certo equilíbrio de conceituação, sendo 4 (33,3%) e 5 (50%) os conceitos máximos atribuídos. A IES que atribuiu conceito 1 registrou em observação que não apresenta este serviço.



O serviço de biblioteca virtual é de extrema importância ao aluno de EaD, pois os conteúdos ali disponibilizados devem contribuir para complementar o aprendizado que já não se realiza em sala de aula. Neste item, 16,7% aferiram nota 1, 50% nota 3 e 33,3% nota 5, o que representa muita dificuldade para que o aluno complemente seus estudos. Como ele poderá sanar suas dúvidas se não dispõe de material para consulta?



A disponibilidade de laboratórios específicos é acentuada nos Referenciais de Qualidade do MEC. Neste item 16,7% assinalou nota 1, 16,7% nota 4 e 66,7% nota 5. Observa-se aqui que a maioria das IES apresenta laboratórios bem preparados e disponíveis aos alunos, sendo que 16,7% somente não o apresenta.



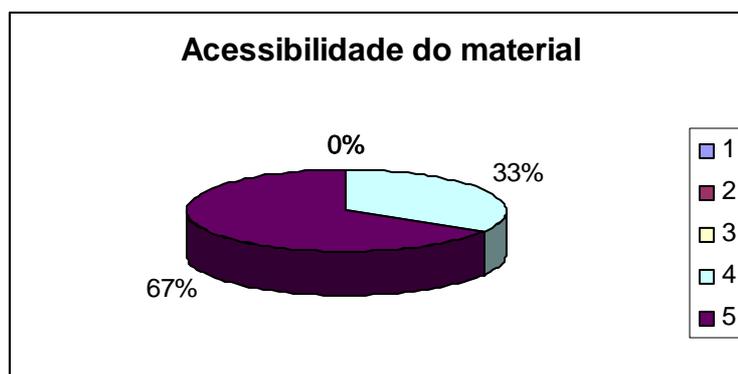
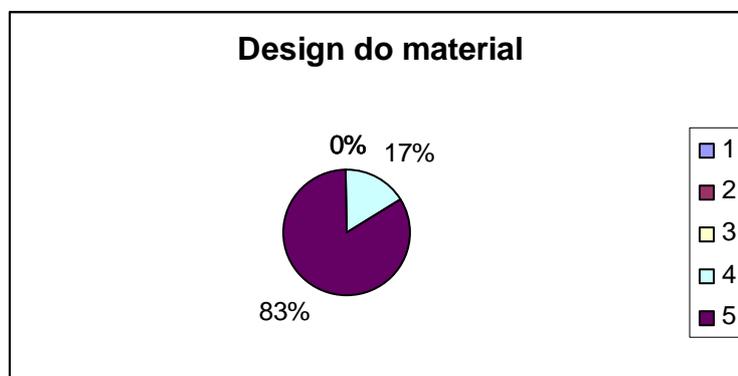
Ao avaliar a preocupação das IES frente às questões de referência bibliográfica, direitos autorais dos textos, linguagem do material didático e termos técnicos 100% destas responderam que há extrema preocupação com estes itens e consideram a linguagem empregada de fácil acesso (questões 7 e 8).

Na questão 9 buscou-se compreender a preocupação das instituições com relação ao incentivo e envolvimento dos alunos em pesquisas determinou que 5 delas os incentiva com trabalhos de laboratório, discussões e seminários, atividades nos pólos presenciais, leituras e disciplinas específicas. Mas uma das IES apontou a não preocupação com estas atividades.

Quanto à diversificação de materiais didáticos e estratégias para efetivação do processo de aprendizagem 100% das IES elencou atividades desenvolvidas, dentre elas trabalhos com pesquisa, oficinas, materiais próprios, utilização de fóruns, incentivo a participação em cursos de extensão, atendimento on-line e diário de bordo.

Com relação ao feedback pontual e a auto-avaliação 100% das IES apresentou resposta favorável a estes itens, sendo que ao feedback todas possuem extrema preocupação na pontualidade. Já em relação a auto-avaliação, há a disponibilidade de portfólios, questionários, diário de bordo, avaliação entre pares e avaliações semestrais que após analisados permitem ao professor amparar o aluno em suas dificuldades.

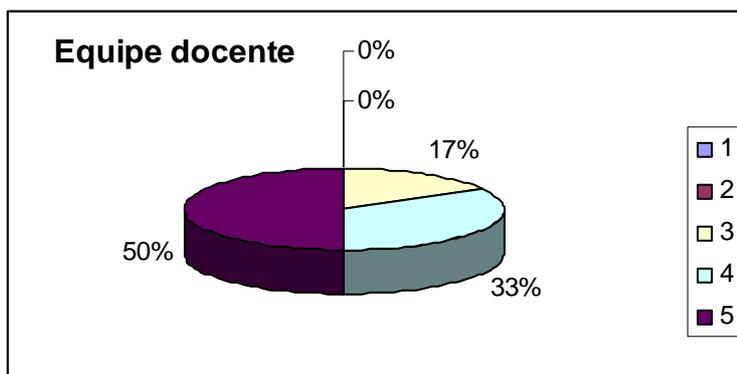
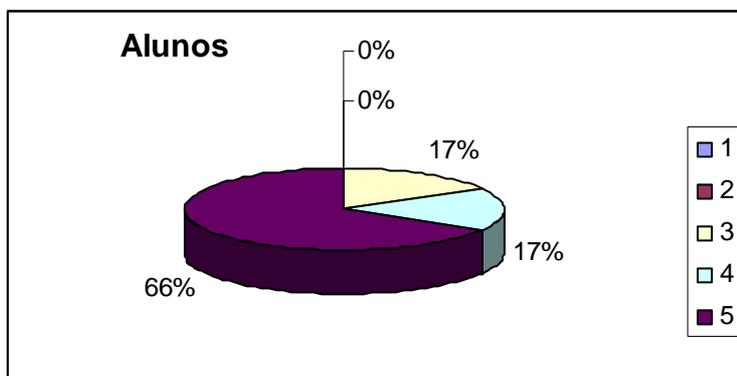
A questão 13 trata do grau de preocupação da equipe de apoio frente ao design do material e acessibilidade ao mesmo. Aferiu-se que 16,7% receberam nota 4 e 83,3% nota 5; já quanto à acessibilidade 33,3% receberam nota 4 e 66,7% nota 5, o que representa um sinal positivo no preparo e organização do material disponibilizado ao aluno.

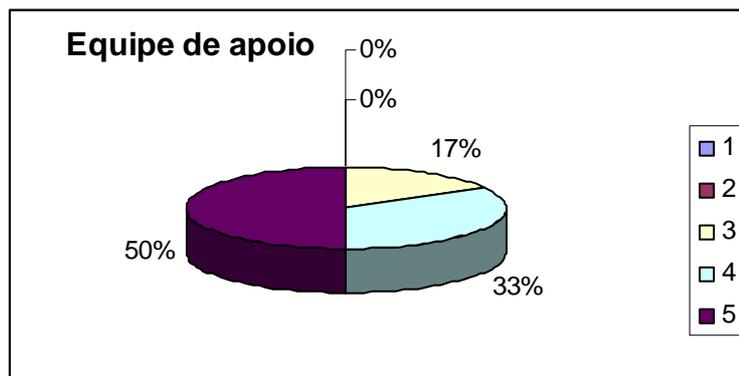


Uma das maiores preocupações dos Referenciais diz respeito ao serviço de apoio ao aluno e as suas necessidades, neste item (questão 14) 5 IES apresentaram disponibilidade deste serviço, sendo realizado pelo tutor em atividades pedagógicas, pelo tutor eletrônico, pela própria equipe de apoio e nos *chats* pelo professor tutor. Apenas uma IES não apresenta este serviço, o que induz ao entendimento de que pode ocorrer a desistência do aluno do curso por falta de ajuda.

Com relação à pontualidade dos serviços de feedback aos alunos (questão 15) aferiu-se que 16,7% receberam nota 3, 16,7% nota 4 e 66,7% nota 5 o que representa que ainda existe muita falha em algumas IES no retorno às repostas aos alunos; quanto a equipe docente 16,7% atribuíram nota 3, 33,3% nota 4 e 50% nota 5, o que demonstra que as IES respondem à maioria das dúvidas de seus docentes dentro dos prazos estabelecidos.

Já a equipe de apoio pontuou como 16,7% de nota 3, 33,3% nota 4 e 50% nota 5 permitindo a interpretação de que as IES as atendem de forma pontual.

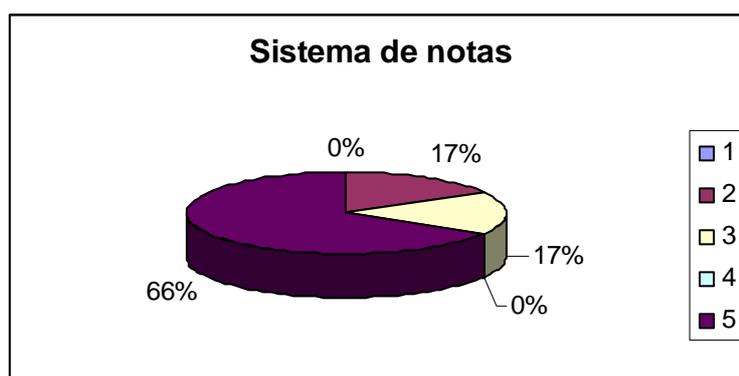




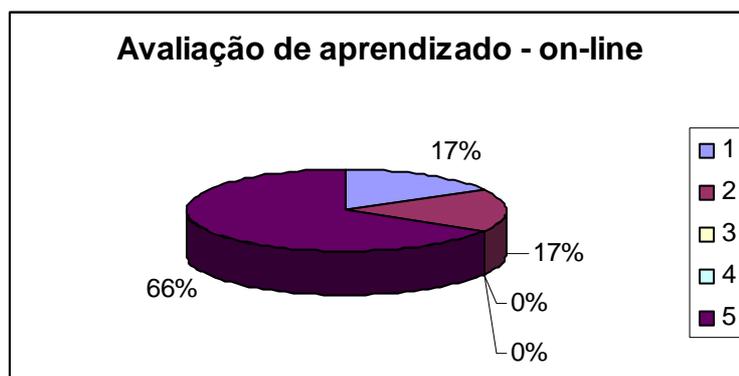
Na questão 16 procurou-se analisar a qualidade na pontualidade e clareza das informações relacionadas à: pré-divulgação do processo, onde verificou-se que 16,7% receberam nota 3 e 83,3% nota 5.



Quanto à clareza da política utilizada dentro da instituição 100% das IES foram qualificadas como excelentes. Com relação à explicação do sistema de notas 16,7% receberam nota 2, 16,7% nota 3 e 66,7% nota 5, o que permite refletir nas possíveis falhas na divulgação e especificação dos sistemas de notas de 33,4% das IES.



Na avaliação do aprendizado on-line detectou-se que 16,7% não possuem este sistema de avaliação, 16,7% receberam nota 2 e 66,7% nota 5, permitindo a reflexão e a preocupação de que algumas IES não utilizam o sistema de avaliação *on-line*.



A avaliação do aprendizado presencial é a mais utilizada pelas IES onde 83,3% recebeu nota 5 e 16,7% nota 2 o que permite constatar que mesmo na avaliação presencial observam-se falhas.

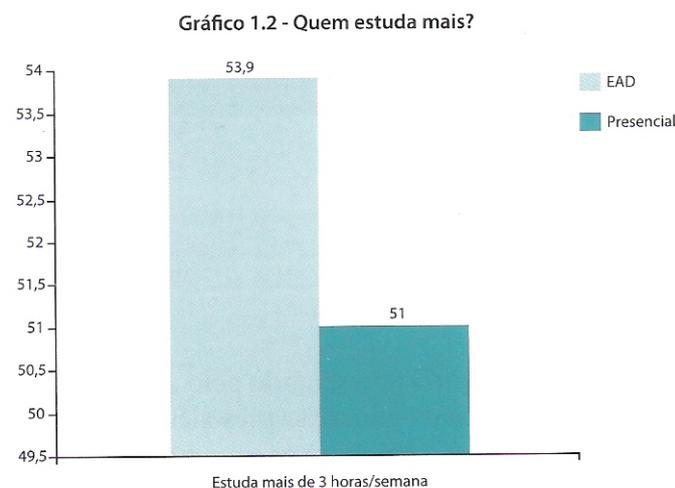


O estudo realizado por Dilvo Ristoff (Deaes/Inep) possibilita compreender a realidade vivida pelos alunos de EaD. Muitos iniciam o curso sem receber as instruções necessárias e acabam desistindo.

Falou-se, acentuadamente, no capítulo 3 deste trabalho dos Referenciais de Qualidade do MEC e estes garantem justamente a qualidade de um ensino onde o aluno é o fator mais importante do processo ensino-aprendizagem.

Para Ristoff

[...] fica evidente que um estudante de EaD também se diferencia dos demais porque tem mais autodisciplina para os estudos, sabe estudar sozinho no pouco tempo de que dispõe, e efetivamente valoriza a oportunidade de estudar (ABRAEAD, 2008, p. 18).



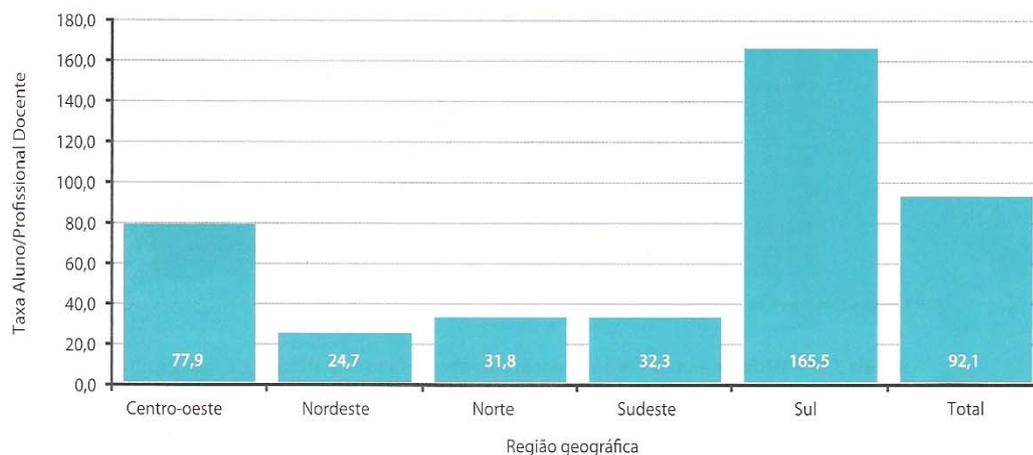
FONTE: Mec/Inep. Dados coletados por Dilvo Ristoff.

Este gráfico demonstra que o aluno de EaD por ser mais consciente da necessidade de estudo, busca realizá-lo com mais horas de dedicação.

Desde a elaboração do material até o aprendizado pelo aluno confirma-se a necessidade de “[...] o professor de EaD saber que precisa organizar, esclarecer e generalizar os conteúdos. Isto, combinado com o estudo autônomo, exige planos de ensino bem-estruturados, textos fluentes, de legibilidade perfeita e ilustrativos, com muitos exemplos” (ABRAEAD, 2008, p. 18); o que vem a confirmar o presente estudo e a afirmação de que um currículo bem elaborado e uma instituição que se preocupa em cumprir com os Referenciais do MEC, tendo um ensino de qualidade, que apresentará um resultado final satisfatório.

Toda a estrutura da EaD necessita de constante análise, pois se ocorrem falhas pode aumentar o número de evasões.

Gráfico 3.8 - Média de alunos por profissional docente, por região



FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

Tabela 3.15 – Média de alunos por profissional segundo o tipo de credenciamento das instituições

	Estadual		Federal		TOTAL	
	TOTAL	Média de aluno por profissional	TOTAL	Média de aluno por profissional	TOTAL	Média de aluno por profissional
PROFISSIONAIS DOCENTES						
Professores	1.499	338,7	4.138	97,2	5.637	175,2
Coordenadores	179	2.366,9	636	768,4	815	1.296,1
Monitores e tutores	820	376,9	12.097	77,9	12.917	157,0
Produtores de conteúdo	145	1.270,8	2.914	246,6	3.059	463,0
Outros profissionais da docência	0	0,0	172	3.977,4	172	3.977,4
PROFISSIONAIS DE APOIO	2.643		19.957		22.600	
Designers e ilustradores	28	4.055,1	229	1.391,4	257	1.848,0
Produtores e roteiristas de vídeo	19	6.118,3	115	4.126,5	134	4.259,2
Produtores de conteúdo	166	945,5	1.811	277,2	1.977	454,1
Designer instrucional	18	5.291,6	142	2.505,7	160	3.016,5
Programadores de WEB	24	2.788,3	193	2.319,7	217	2.418,4
Administradores de suporte tecnológico	48	2.411,6	156	2.111,2	204	2.185,2
Outros de apoio	8	54,2	98	3.960,7	106	3.501,1
PROFISSIONAIS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	311		2.744		3.055	
Direção	141	2.843,3	175	3.798,7	316	3.453,1
Secretaria	167	1.562,1	434	1.622,1	601	1.600,0
Biblioteca	113	4.327,9	274	2.222,4	387	3.077,8
Central de atendimento e telemarketing	75	1.441,5	313	878,7	388	1.047,5
Administração geral	127	1.498,1	390	3.548,8	517	2.810,5
Recepção	81	2.139,6	147	2.682,9	228	2.493,9
Outros técnico-administrativos	1	1.641,0	162	2.162,6	163	2.119,1
Total Parcial	705		1.895		2.600	
TOTAL DE PROFISSIONAIS	3.659	96,3	24.596	327,9	28.255	250,0
TOTAL DE ALUNOS	332.022		435.178		767.200	

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

Tabela 3.16 – Média de alunos por profissional segundo o tipo de credenciamento das instituições e natureza jurídica

		Público	Privado	GERAL
Docência	Estadual	89,3	181,5	168,3
	Federal	21,0	73,9	54,5
	Total	32,0	117,0	92,1
Apoio	Estadual	105,6	831,8	741,0
	Federal	197,6	225,1	214,8
	Total	187,3	434,0	358,3
Técnico Administrativo	Estadual	509,6	308,0	341,6
	Federal	313,5	215,5	251,1
	Total	352,7	254,1	283,1

FONTA: AbraEAD/2008 - amostra

Observa-se nos gráficos acima, a alta média de alunos atendidos por profissional docente no Brasil. A análise da Tabela 3.15 permite visualizar que o número de alunos por profissional nas IES aumenta e muito, ou seja, atende-se um número excessivo de alunos e faltam profissionais qualificados para proporcionar melhor atendimento.

Já a Tabela 3.16 esclarece a média de alunos por profissional nas três áreas de docência, apoio e técnico-administrativo.

Tabela 3.23 – Das mídias citadas, “a mais” utilizada, por nível de credenciamento das instituições

Mídias mais utilizadas	Estadual		Federal		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Material impresso	28	58,3	15	16,3	43	30,7
E-Learning	7	14,6	40	43,5	47	33,6
Televisão	1	2,1	1	1,1	2	1,4
Vídeo	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Satélite	0	0,0	6	6,5	6	4,3
CD	2	4,2	4	4,3	6	4,3
DVD	1	2,1	1	1,1	2	1,4
Rádio	1	2,1	0	0,0	1	0,7
Videoconferência	1	2,1	2	2,2	3	2,1
Telefone celular	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Outras	1	2,1	1	1,1	2	1,4
Muitas / mais de uma	1	2,1	5	5,4	6	4,3
NR/NA	5	10,4	15	16,3	20	14,3
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	48		92		140	

FONTA: AbraEAD/2008 - amostra

A tabela acima permite entender quais as mídias mais utilizadas na EaD, sendo que o *E-learning* possui 33,6% de aproveitamento.

Tabela 3.24 – Interatividade com mídias de *e-learning*, videoconferências ou telefone celular

Tipo de disponibilização	Freq.	%
Passiva (aluno só recebe informação)	19	13,6
Ativa (aluno só formula questões, recebendo respostas posteriormente)	42	30,0
Interativa (aluno e professor interagem em tempo real)	76	54,3
Não disponibilizamos nenhuma dessas mídias	5	3,6
NR/NA	44	31,4
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	140	

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

Tabela 3.25 – Número de instituições segundo apoio tutorial *on-line*

Recursos <i>on-line</i>	PÚBLICO		PRIVADO		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Chat (salas de bate-papo)	18	37,5	64	69,6	82	58,6
Messenger (Microsoft, Yahoo, ICQ)	17	35,4	30	32,6	47	33,6
Acesso à intranet da Instituição	11	22,9	36	39,1	47	33,6
Terminal remoto	1	2,1	3	3,3	4	2,9
Videoconferência; videoaula	5	10,4	31	33,7	36	25,7
Por telefone	29	60,4	47	51,1	76	54,3
Conferência por telefonia	0	0,0	8	8,7	8	5,7
Fórum de discussão	15	31,3	73	79,3	88	62,9
Outros	2	4,2	15	16,3	17	12,1
NR/NA	15	31,3	14	15,2	29	20,7
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	48		92		140	

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

Para as atividades onde o aluno atua ativamente, a interativa em tempo real ocupa 54,3% da preferência e 30% que possibilitarão feedback posterior. Na observação da Tabela 3.25 o apoio tutorial *on-line* mais utilizado é o fórum de discussão com 62,9% de utilização e os *chats* com 58,6%.

No atendimento ao aluno observa-se na Tabela 3.26 que o e-mail possui 77,9% de preferência e em segundo lugar está o professor *on-line* com 69,3%.

Tabela 3.26 – Número de instituições segundo recursos tutoriais oferecidos e natureza jurídica

Recursos oferecidos	Público		Privado		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<i>e-mail</i>	34	66,7	75	84,3	109	77,9
Professor <i>on-line</i>	33	64,7	64	71,9	97	69,3
Telefone	29	56,9	66	74,2	95	67,9
Professor presencial	29	56,9	64	71,9	93	66,4
Reunião presencial	31	60,8	44	49,4	75	53,6
Reunião virtual	29	56,9	36	40,4	65	46,4
Fax	17	33,3	34	38,2	51	36,4
Carta	12	23,5	24	27,0	36	25,7
NR/NA	13	25,5	7	7,9	20	14,3
Outros	5	9,8	13	14,6	18	12,9
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	51		89		140	

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

Na questão da estrutura física oferecida aos alunos, a pesquisa aponta que 71,4% possui biblioteca e nos tipos de laboratórios específicos, o de informática aparece em 48,6% das instituições.

Tabela 3.28 – Estrutura física oferecida aos alunos

Tipo de instalações oferecidas	Freq.	%
Biblioteca	100	71,4
Sala de aula	91	65,0
Sala de estudos	79	56,4
Laboratório	78	55,7
Sala de palestra ou auditório	57	40,7
Videoteca	47	33,6
Outras	7	5,0
Não ofereceu nenhum recurso	5	3,6
NR/NA	28	20,0
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	140	
Tipos de laboratório	Freq.	%
Informática	68	48,6
Biologia; Citologia; Ciências Naturais	11	7,9
Química	8	5,7
Física	7	5,0
Ciências (s/especificar)	4	2,9
Pedagogia	2	1,4
Eletrônica; Telecomunicações; Eletricidade	2	1,4
Diversas modalidades	2	1,4
Soldagem	1	0,7
Fazenda-escola	1	0,7
Matemática	1	0,7
Solos	1	0,7
Línguas	1	0,7
Não especificou que tipo de laboratório	1	0,7
TOTAL	78	55,7

FORTE: AbraEAD/2008 - amostra

Observa-se nas Tabelas 3.31 e 3.32 que o tipo de avaliação mais utilizada é a prova escrita presencial sendo 57,9% e 81,8%, respectivamente.

Tabela 3.31 – Tipo de avaliação durante o processo e no final do curso

Tipos de avaliações no processo	Durante o processo		Avaliação final	
	Freq.	%	Freq.	%
Prova escrita presencial	86	61,4	81	57,9
NR/NA	37	26,4	41	29,3
Trabalho de conclusão de curso	27	19,3	37	26,4
Trabalho de pesquisa	71	50,7	29	20,7
Trabalho prático	49	35,0	23	16,4
Outras	25	17,9	15	10,7
Prova prática presencial	23	16,4	13	9,3
Memorial	17	12,1	9	6,4
Prova escrita a distância	31	22,1		
Prova prática a distância	13	9,3		
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	140		140	

FORTE: AbraEAD/2008 - amostra

Tabela 3.32 – Tipo de avaliação final empregado em instituição de EAD segundo o nível de credenciamento

	Estadual		Federal		Total		TOTAL (SÓ RESPONDENTES) EM %
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Prova escrita presencial	29	60,4	52	56,5	81	57,9	81,8
NR/NA	11	22,9	30	32,6	41	29,3	----
Trabalho de conclusão de curso	5	10,4	32	34,8	37	26,4	37,3
Trabalho de pesquisa	9	18,8	20	21,7	29	20,7	29,2
Trabalho prático	9	18,8	14	15,2	23	16,4	23,2
Outras	5	10,4	10	10,9	15	10,7	15,1
Prova prática presencial	3	6,3	10	10,9	13	9,3	13,1
Memorial	1	2,1	8	8,7	9	6,4	9
TOTAL DE INSTITUIÇÕES	48		92		140		99

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

A Tabela 3.35 permite a reflexão sobre os motivos de evasão, que segundo a pesquisa é alto, chegando a 35% por questões financeiras e 22,9% por falta de tempo.

Tabela 3.35 – Motivos para evasão apontados nas pesquisas das instituições, por nível de credenciamento

	Estadual		Federal		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Financeiro	18	75,0	31	67,4	49	35,0
Falta de tempo	12	50,0	20	43,5	32	22,9
Não se adaptou ao método EAD	3	12,5	24	52,2	27	19,3
Achou que o método EAD era mais fácil	5	20,8	15	32,6	20	14,3
Obrigatoriedade de provas presenciais	3	12,5	3	6,5	6	4,3
Transferência para outra instituição	3	12,5	4	8,7	7	5,0
Insatisfação com o curso	1	4,2	6	13,0	7	5,0
Outros motivos	4	16,7	15	32,6	19	13,6
NR/NA	0	0,0	1	2,2	1	0,7
TOTAL DE RESPONDENTES	48	100,0	92	100,0	140	100,0
OUTROS MOTIVOS MENCIONADOS						
Saúde	2	4,2	3	3,3	5	3,6
Entrou numa faculdade/outro curso	1	2,1	0	0,0	1	0,7
Pessoais/mudou de endereço	1	2,1	4	4,3	5	3,6
Alunos de pós muito adiantados	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Distância; distância para fazer exames	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Mudança no quadro político	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Problema de acesso a computadores	0	0,0	3	3,3	3	2,1
Motivos de trabalho/viagens	1	2,1	0	0,0	1	0,7
Aposentadoria	1	2,1	1	1,1	2	1,4
Diversos	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Falecimento	0	0,0	1	1,1	1	0,7
Vai fazer depois	0	0,0	1	1,1	1	0,7
TOTAL DE RESPONDENTES	4	8,3	15	16,3	19	13,6

FONTE: AbraEAD/2008 - amostra

A evasão remete à qualidade, pois cabe a cada IES detectar os pontos de ajuste. Quando há a preocupação com a estrutura, pontualidade no atendimento ao aluno, contato pessoal com maior atenção, rápido feedback as suas necessidades; o aluno, mesmo encontrando dificuldades, sente-se amparado e incentivado a prosseguir seus estudos.

A relevância da análise de certos pontos dos Referenciais de Qualidade do MEC tornaram-se necessários à vista deste trabalho, pois

eles acentuam com precisão a qualidade do ensino oferecido aos alunos de EaD. O sistema avaliativo aqui proposto detectaria os pontos falhos e permitiria as IES os corrigirem possibilitando uma qualificação profissional mais holística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação é um processo integral, na plenitude da palavra, que nos ocupa a vida toda e não apenas em determinados momentos, quando estamos na sala de aula, por exemplo. Sob esta perspectiva qualquer modelo, que se restringe a um tempo e espaço, é incompleto. (BACCARIN, 2003, p. 182).

O ser humano busca, naturalmente, apropriar-se do conhecimento do mundo e das ciências para construir seu próprio alicerce intelectual.

Neste processo de busca, a educação e seus métodos o auxiliam. Hoje, a EaD sendo mais uma modalidade educacional recebe acentuada atenção, pois une distâncias e permite que as pessoas criem e ampliem seus conhecimentos.

Esta troca de saberes somente é possibilitada, pois a Internet e os atuais meios de comunicação a intermedeiam.

Dentro da *era digital* e na sociedade da informação, o docente precisa construir a prática individual e coletiva do conhecimento.

O indivíduo divisa sua descoberta e a disponibiliza para os demais, numa teia de conhecimento, a qual permite seu aperfeiçoamento e compartilhamento.

Cabe ao professor auxiliar o aluno na interpretação e contextualização das informações, pois as tecnologias praticamente fazem com que o aluno dependa cada vez menos dele.

A formação do ser humano que até então, ocorria unicamente pelas mãos do professor, adquire uma nova dimensão, passando a exigir do próprio indivíduo seu empenho, interesse e esforço.

Ao professor torna-se necessário o estudo prévio que possibilita o ensino direcionado, permeando as competências pedagógicas.

Com relação à ampliação e compartilhamento de saberes, a quantidade e a velocidade com que as informações são disponibilizadas nos meios comunicacionais tornam possível a formação das idéias, o aperfeiçoamento das teorias e a busca conjunta pela solução dos problemas pontuais das sociedades.

Neste processo de formação do “ser” insere-se a qualidade do processo educacional que o auxilia a alcançar a aprendizagem.

A criação de um sistema avaliativo que envolva todo o processo da EaD, que meça passo-a-passo os avanços, as dificuldades de cada indivíduo e compreenda seu processo cognitivo facilitaria e muito, o determinar e o quantificar em seu aprendizado.

A utilização de softwares e hardwares avançados, programas específicos e atividades dirigidas demonstrariam a qualidade do ensino oferecido por determinadas IES e garantiriam que formassem indivíduos mais humanos e comprometidos para a construção de futuras gerações.

Educação sem qualidade é tempo desperdiçado.

A evolução da sociedade do conhecimento exige profissionais ligados, pesquisadores, que gostem de desafios e que tenham comprometimento com a sociedade onde vivem.

Na atualidade vive-se na sociedade do conhecimento onde espera-se indivíduos que tenham uma postura interativa, colaborativa, criativa, ou seja, que integrem a inteligência emocional.

Toda preocupação formativa do ser nos leva a refletir na qualidade atribuída às IES que oferecem EaD.

Havendo uma indicação clara e confiável da qualidade do ensino oferecido por estas, haverá confiabilidade na formação e conseqüentemente, no profissional que através dela entrará no mercado.

Formar um cidadão para a atualidade é formá-lo com uma visão holística, sabendo-se que este pensa coletivamente, faz parte do sucesso

dos demais, participa das parcerias, trabalha no coletivo, sabe lidar com problematizações, reflete a realidade, administra os conflitos, respeita a opinião dos outros e sabe contra-argumentar.

Na realidade durante todo o desenrolar deste trabalho, buscou-se analisar a verdadeira importância da qualidade do ensino oferecido pela EaD e demonstrou-se sua importância.

O desenvolvimento de um Sistema Específico demanda tempo e estudos, e estes devem ser desenvolvidos por uma equipe de profissionais que saiba fazê-lo. Dentro do MEC há uma equipe que estuda e aperfeiçoa métodos e critérios de análise de avaliação. Caberia a esta equipe analisar e aperfeiçoar o SAEAD pontuando os critérios com maior destaque, assim como os publicados na Portaria n. 1264, de 17-10-2008.

Não houve a pretensão de produzi-lo, mas a demonstração de sua importância, sendo esta observada nas entrevistas e análises aqui realizadas.

O que realmente torna claro é a importância de se avaliar com conhecimento e especificidade esta modalidade educacional, visto que possui características e instrumentos específicos.

A aprendizagem a distância possibilitará o aprendizado e o compartilhamento de saberes, com extrema velocidade, personalização-subjetividade, assim como, a sociedade da informação permite que os indivíduos se comuniquem e estabeleçam uma relação única em busca de saberes comuns.

Hoje, a EaD não enfrenta mais tanto preconceito, mas demonstra as facilidades e aponta divergências na sistemática de sua aplicação. As IES procuram se nortear pelos Referenciais de Qualidade do MEC, mas uma escala de valores apontando onde ocorrem as falhas e detectando os itens que necessitam se aperfeiçoarem, facilitará o processo administrativo e organizacional delas mesmas.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane. *Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003.

ASSMANN, Hugo. *Redes digitais e metamorfose do aprender*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Curiosidade e prazer de aprender: o papel da curiosidade na aprendizagem criativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 26^a Reunião Anual da Anped. *Novo governo, novas políticas?: o papel histórico da Anped na produção de novas políticas*. Rio de Janeiro: Anped, 2003.

BACCARIN, Francisco. *Ciberespaço: um novo espaço para a educação*. Piracicaba: UNIMEP, 2003. 218 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Unimep, 2003.

BACHA FILHO, Teófilo. *Educação a distância: sistemas de ensino e territorialidade*. In: FRAGALE FILHO, Roberto (Org.). *Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi (Orgs.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BETTEGA, Maria Helena. *Educação continuada na era digital*. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPOS, F. C. A. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRAGALE FILHO, Roberto (Org.). *Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GONZALEZ, Mathias. *Fundamentos da tutoria em educação a distância*. São Paulo: Avercamp, 2005.

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmem I. *Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

LÈVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *Cibercultura*. Tradução por Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007.

_____. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Tradução por Maria Lúcia Homem; Ronaldo Entler. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução por Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

LUCENA, Carlos; FUKS, Hugo. *A educação na era da Internet*. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

MACHADO, Nilson J. *Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAIA, C. *Ead.br: experiências inovadoras em educação a distância no Brasil: reflexões atuais, em tempo real*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2003.

_____. *Guia brasileiro de educação a distância 2002/2003*. São Paulo: Esfera, 2002.

MAIA, C.; MATTAR, João. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação a Distância. *Referenciais de qualidade para educação a distância*. Brasília: MEC, 2007.

MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2006.

NISKIER, Arnaldo. *Educação à distância: a tecnologia da esperança: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

ROSENBERG, Marc J. *E-learning*. Tradução por Luciana P. Miquelino. São Paulo: Pearson Education, 2002.

ROVER, Aires José. A Educação a distância no ensino de graduação: contexto tecnológico e normativo. In: FRAGALE FILHO, Roberto (Org.).

Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANCHEZ, Fábio (Coord.). *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD.* 3. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2007.

_____. *Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD.* 4. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.

SANCHO, Juana M. *Para uma tecnologia educacional.* Tradução por Beatriz Affonso Neves, 2001.

SANTOS, Maria Lúcia. *Do giz à era digit@l.* São Paulo: Zouk, 2003.

SCHILLING, Flávia (Org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas.* São Paulo: Cortez, 2005.

SEIXAS, Carlos A.; MENDES, Isabel A. C. *E-learning e educação a distância: guia prático para implantação e uso de sistemas abertos.* São Paulo: Atlas, 2006.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). *Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?.* Tradução por Claudia Berliner; Silvana C. Leite. São Paulo: Cortez / Brasília: Unesco, 2004.

APÊNDICE

CONHECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUIÇÃO-ALUNO EM EAD

1) Numa escala avaliativa de 1 a 5, qual o número atribuído à preocupação da Instituição em apresentação do curso de EaD, suas características e necessidades, a seus alunos?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

2) A Instituição disponibiliza de forma fácil e clara, aos alunos, informações sobre a formação do corpo docente?

- Não.
- Sim. De que forma? _____

3) A divulgação do cronograma de atividades é previamente divulgada aos alunos?

- Não.
- Sim. De que forma? _____

4) Há disponibilidade de materiais didáticos suficiente para suprir a demanda?

- Sim.
- Não. Qual o motivo? _____

5) Descreva, à frente de cada item, qual a periodicidade de avaliação dos serviços abaixo relacionados:

- Material online: _____
- Biblioteca: _____
- Midiateca: _____
- Conteúdos e objetivos dos textos dos livros ou apostilas: _____

6) Numa escala de 1 a 5, como é caracterizado o grau de acesso dos alunos à:

- () Chats
- () Fóruns
- () Biblioteca virtual
- () Laboratórios específicos

7) Numa escala de 1 a 5, qual o nível de preocupação da Instituição frente a questões de referência bibliográfica e direitos autorais dos textos disponibilizados.

- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5

8) A linguagem do material didático é considerada de fácil entendimento? Os termos técnicos são bem explicados? Descreva uma breve explicação.

() Sim. _____

() Não. _____

9) Sob o foco do processo de ensino-aprendizagem, a Instituição busca encorajar, incentivar e envolver seus alunos em pesquisas? De que forma?

() Sim. _____

() Não.

10) A Instituição se preocupa em utilizar diferentes tipos de materiais e estratégias que acentuem o processo de aprendizagem? Em caso positivo elenque os principais.

() Não.

() Sim. _____

11) No processo avaliativo, a Instituição devolve um feedback ao aluno, em relação a suas necessidades e observações?

Não.

Sim.

12) É permitido ao aluno avaliar-se dentro deste processo? Em caso positivo, de que forma?

Não.

Sim. _____

13) Numa escala de 1 a 5, qual o grau de preocupação da equipe de apoio frente à:

- Design do material
- Acessibilidade ao material

14) Há serviço de apoio ao aluno e as suas necessidades, integrando-o à Instituição? Se possível descreva-o.

Não.

Sim. _____

15) Numa escala de 1 a 5, como pode ser avaliada a questão da pontualidade dos serviços de feedback frente aos:

- Alunos
- Equipe docente
- Equipe de apoio

16) Sobre o processo de avaliação, atribua numeração que qualifique a pontualidade e clareza das informações sobre:

- Pré-divulgação do processo
- Clareza da política utilizada
- Explicação de sistema de notas
- Avaliação de aprendizado, via online
- Avaliação de aprendizado, presencial